

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO:  
UMA TRAJETÓRIA DE MILITÂNCIA TRANS NA CIDADE DE JUIZ DE FORA  
2011-2016**

Marina Cápua Nunes

Juiz de Fora

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO:  
UMA TRAJETÓRIA DE MILITÂNCIA TRANS NA CIDADE DE JUIZ DE FORA  
2011-2016**

Marina Cápua Nunes

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCSO-UFJF) como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Professora Doutora Marcella Beraldo de Oliveira

Juiz de Fora, 2016.

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Nunes, Marina Cápua.

Processo de Transexualização : Uma trajetória de militância trans na cidade de Juiz de Fora (2011-2016) / Marina Cápua Nunes. -- 2016.

160 f.

Orientadora: Marcella Beraldo de Oliveira

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, 2016.

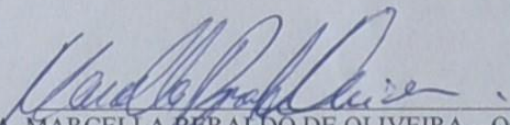
1. Transexualidade. 2. Trajetória de vida. 3. Militância. 4. Gênero.  
I. Beraldo de Oliveira, Marcella, orient. II. Título.

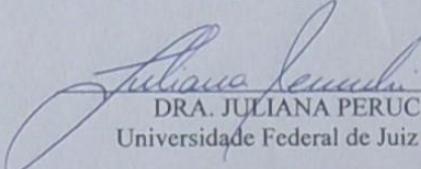
**PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO:**  
**UMA TRAJETÓRIA DE MILITÂNCIA TRANS NA CIDADE DE JUIZ DE FORA**  
**2011-2016**

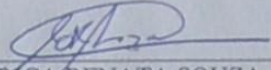
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (área de concentração: Antropologia) da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em 30/08/2016

**BANCA EXAMINADORA**

  
DRA. MARCELLA BERALDO DE OLIVEIRA – Orientadora  
Universidade Federal de Juiz de Fora

  
DRA. JULIANA PERUCCHI  
Universidade Federal de Juiz de Fora

  
DRA. ÉRICA RENATA SOUZA  
Universidade Federal de Minas Gerais

## AGRADECIMENTOS

Às minhas quatro “famílias” sou grata:

À família de minha pequena Alegre-ES, em especial minha irmã Lélia que com seu próprio exemplo me inspirou a seguir meus estudos fora de casa.

À das amigas que fiz em Juiz de Fora pelo acolhimento e incentivo, em especial pelo exemplo de força de Bruna Leonardo, a solidariedade de Jacqueline durante o mestrado e de Júlia na etapa final da escrita.

À família de meu companheiro que me “adotou” nesses dois anos de mestrado e, é claro a ele, Flavio, pelo amor e zelo.

Ao Coletivo da diversidade sexual e de gênero “Duas Cabeças” e ao VisiTrans por possibilitarem e cobrarem este trabalho, em especial a Bruna Rocha, Jade Dias, Solene Vidal, Danielli Rezende e Giselle Alves.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que angariou fundos para minha permanência na academia que espero tornar-se um retorno para as pessoas trans deste país.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, pela possibilidade de poder ter cursado o mestrado em Ciências Sociais.

À Professora Doutora Marcella Beraldo de Oliveira, que desde minha graduação incentivou neste tema de pesquisa.

À Professora Doutora Daniela do Carmo Kabengele, pelo auxílio na primeira fase da construção deste texto para o exame de qualificação.

À minha banca de qualificação, as Professoras Doutoras Juliana Perucchi e Érica R. Souza, pelas contribuições no arcabouço bibliográfico e orientações.

Mexo remexo na inquisição  
Só quem já morreu na foqueira  
Sabe o que é ser carvão  
Eu sou pau para toda obra,  
Deus dá asas à minha cobra  
Minha força não é bruta,  
não sou freira nem puta  
Nem toda feiticeira é corcunda,  
nem toda brasileira é bunda  
meu peito não é de silicone,  
sou mais macho que muito homem

(Rita Lee. Trecho da música “Pagu”)

## RESUMO

A presente dissertação visa descrever e analisar uma trajetória de militância trans na cidade de Juiz de Fora, a incluindo na discussão antropológica dos estudos de gênero e sexualidade. A saber, à trajetória de vida de Beatriz, entre 2011 e 2016 na cidade de Juiz de Fora, que participou da fundação do VisiTrans e é militante pelo Coletivo da Diversidade Sexual e de Gênero “Duas Cabeças”, e sua luta é pelas *“pessoas que passam pelo o que eu passo”*. Ou seja, não só pelo percurso das transformações corporais, mas pelas faltas e falhas de políticas públicas que patologizam sua subjetividade ao invés reconhecer pessoas trans como sujeitos de direito. Esta trajetória percorre o caminho da implementação das primeiras políticas públicas para a diversidade sexual e de gênero no Brasil e dos conflitos sexuais nacionais decorrentes desta concessão de direitos que reverberam na cidade mineira de Juiz de Fora. Especificamente esta pesquisa apresenta uma análise etnográfica sobre a paulatina introdução desta trajetória de vida na militância universitária pela diversidade sexual e de gênero na Universidade Federal de Juiz de Fora buscando refletir e compreender como esta trajetória, ao agenciar sua militância, segue negociando sua autonomia trans nos âmbitos da saúde, do direito e da política. Assim foi possível alcançar algumas considerações sobre três aspectos, o primeiro sobre a restrição da autonomia trans no âmbito da saúde e do direito que levaram esta trajetória a aderir e agenciar estratégias locais eficazes, porém, que demonstram a necessidade do aperfeiçoamento do processo transexualizador do SUS e a despatologização da transexualidade. O segundo sobre como em uma situação de conflito sexual na política a autonomia trans ao mesmo tempo pode ser cerceada e pode ser protagonizada em níveis distintos. E terceiro sobre em que termos políticos torna-se possível uma autonomia trans incorporada.

**Palavras-chave:** Transexualidade; Trajetória de vida; Militância; Gênero.

## ABSTRACT

This thesis aims to describe and analyze a trans militancy trajectory in the city of Juiz de Fora including in the anthropological discussion of gender and sexuality studies. Namely, the Beatriz trajectory of life, between 2011 and 2016 in the city of Juiz de Fora, who participated in the foundation of VisiTrans and she is militant by the Collective of Sexual Diversity and Gender "Duas Cabeças", and their struggle is for the "people who lives what I live". In other words, not just only by way of the body changes, but for the faults and public policy failures that pathologizing the subjectivity instead to recognize the transsexual people as subjects of law. This path runs along the path of implementation of the first public policies for the gender and sexual diversity in Brazil and of the national sexual conflicts arising from this grant of rights reverberate in the city of Juiz de Fora. Specifically this research presents an ethnographic analysis of the gradual introduction of this trajectory in the university militancy for gender and sexual diversity in the Universidade Federal de Juiz de Fora seeking to reflect and understand how this path to entice their militancy continues to negotiate its transsexual autonomy in the health, law and policy areas. Thus it was possible to achieve some considerations about three aspects, first of all on the transsexual restriction autonomy on the scope of health and rights that led this trajectory to subscribe to and procuring effective local strategies, though, demonstrating the need for improvement of SUS transsexual process and despathologization of transsexuality. The second on in a sexual conflict in the transsexual autonomy policy can be decreased and at the same time be carried out at distinct levels. And the third on which political terms it is possible a built transsexual autonomy

**Key-words:** Transsexuality; Life story; Militancy; Gender.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A (DES)PATOLOGIZAÇÃO É UM DIREITO? .....</b>	<b>35</b>
<b>1.1 O início da busca de Beatriz pela cirurgia: a festa de formatura e o Movimento Gay de Minas .....</b>	<b>43</b>
<b>1.2 A passagem para o “laudo”, de Juiz de Fora á cidade do Rio de Janeiro.....</b>	<b>47</b>
<b>1.3 O “laudo” garante direitos? .....</b>	<b>56</b>
<b>1.4 Processo transexualizador: entre a patologização e a autonomia trans .....</b>	<b>69</b>
<b>CAPÍTULO 2 – UMA MILITANTE TRANS NA GUERRA SEXUAL .....</b>	<b>74</b>
<b>2.1 Antecedentes e Desdobramentos da “Guerra Sexual” no Brasil .....</b>	<b>75</b>
<b>2.2 Limites do contra-ataque dos movimentos sociais .....</b>	<b>79</b>
<b>2.3. Beatriz militante trans na universidade e para além dela.....</b>	<b>81</b>
<b>2.4 Juiz de Fora na Guerra Sexual: os planos, a ideologia e a militância.....</b>	<b>90</b>
<b>2.5 Contramanifestação “Em defesa da família e do amor” .....</b>	<b>100</b>
<b>2.6 III Conferência Municipal de Direitos das Mulheres .....</b>	<b>106</b>
<b>2.7 II Conferência Municipal de Direitos LGBTs .....</b>	<b>112</b>
<b>2.8 Política de coalizão e política de identidade .....</b>	<b>117</b>
<b>CAPÍTULO 3 – TRANS EM “TRANSIÇÃO”: O PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO.....</b>	<b>124</b>
<b>3.1 Transicionando 1: de “alienígena andrógina” à “piriguete comportada” .....</b>	<b>127</b>
<b>3.2 Transicionando 2: Beatriz na universidade... Na militância universitária .....</b>	<b>136</b>

<b>3.3 Transicionando 3: da “aberração” á “bruxa” .....</b>	<b>140</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>145</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>150</b>

## LISTA DE SIGLAS

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF).....	10
Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF).....	10
Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual e de Gênero (MUDD*SE).....	17
Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero (LGBT).....	17
Miss Brasil Gay (MBG).....	17
Movimento Gay de Minas (MGM).....	17
Coletivo da Diversidade Sexual e de Gênero “Duas Cabeças” (CDC).....	17
Grupo de apoio e militância de travestis e transexuais da cidade de Juiz de Fora(VisiTrans).17	
Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIP).....	17
Núcleo de Pesquisa e Práticas de Psicologia Social, Políticas Públicas e Saúde da UFJF (Núcleo PPS).....	19
Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH).....	82
Plano Municipal de Política para as Mulheres (PMPM).....	88
Plano Municipal de Educação (PME).....	88

## INTRODUÇÃO

*“... Mas a pessoa escreveu na página da Tribuna<sup>1</sup>, pra todo mundo ver, que ele não iria se sentir confortável que a esposa dele, ou que a filha dele de 15 anos entrassem no banheiro feminino e vissem o ‘pau da travesti’. Agora, primeiramente eu tenho várias amigas travestis, e nunca vi o pau delas, nunca. Ando na rua, já andei muito na rua e já vi muito pau sim, de homem cis<sup>2</sup> hetero<sup>3</sup>, e sem eu pedir. Se eu tivesse pedido, né? Isso na luz do dia, à noite ou na luz do dia, várias idades. De senhorzinhos até, né?” [Beatriz, fevereiro de 2016]*

Marco o início de minha dissertação com essas palavras porque são emblemáticas da trajetória de vida, entre 2011 e 2016, a que este texto se dedica, a saber, a de Beatriz, uma trajetória de militância trans<sup>4</sup> na cidade de Juiz de Fora (MG). As considero como emblema por três motivos: primeiro pelo espaço onde elas foram proferidas, na Universidade Federal de Juiz de Fora. Segundo por seu contexto: Beatriz estava compondo um lugar à mesa em uma roda de conversa<sup>5</sup> promovida pela Diretoria de Ações Afirmativas (DIAAF) da mesma universidade para a campanha #liberameuxixi que versa sobre o uso inclusivo dos banheiros no âmbito dessa universidade por travestis e transexuais. Por último porque esboça um posicionamento político de Beatriz em defesa dos direitos das pessoas trans.

Entretanto, também coloco em epígrafe essas palavras de Beatriz, porque explicitam o aviltamento de pessoas trans em virtude do dimorfismo sexual como preponderante em nossa visão de mundo moderna e ocidental que justificam a vulnerabilidade destas pessoas ao preconceito e assédio. Evidencio essas palavras de Beatriz para apresentar a reflexão que move este texto. Como em sua trajetória marcada por este aviltamento ela estabelece este lugar e conteúdo de fala?

---

<sup>1</sup> Tribuna de Minas era o jornal a que Beatriz se referia que havia feito reportagem a respeito da adesão da UFJF à campanha “libera meu xixi”, que suscitou aquele comentário.

<sup>2</sup> Utilizo o termo “cis” como termo usado por Beatriz, minha interlocutora, e se refere a forma reduzida de “ciscônero”. Na literatura acadêmica e militante o termo, ao lado de “ciscôneridade”, vem sendo usual nos textos de transfeminismo como Jesus (2015).

<sup>3</sup> “Hetero” é a forma apocopada de heterossexual. Diz-se heterossexual aquela pessoa cujo desejo sexual é orientado para uma pessoa do gênero entendido como oposto ao seu.

<sup>4</sup> Uso aqui “trans” como um termo que vem sendo usado por minha interlocutora que abarca sua vivência de mulher transexual conjuntamente a outras vivências como: travesti, homens transexual e intersexo. Na literatura acadêmica sobre travesti ver KULICK (2008); BENEDETTI (2006), PELÚCIO (2011, 2012). Sobre intersexo ver MACHADO (2005A, 2005B).

<sup>5</sup> Evento nesta quinta discute transfobia por meio da campanha “libera meu xixi”. Disponível em: <http://www.ufjf.br/noticias/2016/02/23/evento-nesta-5a-discute-transfobia-a-partir-da-campanha-libera-meuxixi/>. Acesso em: 01 de março de 2016.

A minha pesquisa encontrou-se com a trajetória de vida de Beatriz em novembro de 2011. Eu estava no final do primeiro ano de minha graduação e Beatriz, pela primeira vez, iria participar de uma atividade universitária de cunho militante, tratava-se da II Semana da Diversidade Sexual<sup>6</sup> organizada pelo Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (Mudd\*Se)<sup>7</sup>. Beatriz ocupava um lugar na plateia, ocorria a mesa intitulada “Travestilidades e Transexualidades”, três pessoas a compunham, dentre elas estava João Nery, que lançaria seu livro “Viagem Solitária: memórias de um transexual trinta anos depois” na noite daquele dia.

Foi a presença deste homem trans em Juiz de Fora que motivou o deslocamento de Beatriz de sua casa, localizada em um bairro próximo à UFJF. Nesta casa, além dela, viviam – e ainda vivem – sua mãe, pai e irmã mais nova. Para a ocasião desta mesa havia pegado emprestado com sua mãe uma roupa porque ainda não possuía uma “*roupa feminina para o tipo de evento*”. Era um conjunto todo em cor de rosa claro, quase do tom de pele de Beatriz e tratava-se de uma vestimenta formal, composta de saia justa abaixo dos joelhos e blazer de mangas compridas. Naquele dia também se maquiou porque, segundo ela, queria “*esconder a barba*”, mas não possuía condição de arcar com os custos do procedimento de depilação a laser, visto que não exercia, e continua não exercendo até a data de publicação deste texto, nenhuma atividade remunerada e, portanto, dependia da renda da família, em especial de sua mãe.

Beatriz, com 30 anos naquela época, considerava estar em “*período de transição*”, e quando teve a oportunidade de conversar com uma amiga minha de projeto de pesquisa levantou a problemática de que não havia muitos estudos de pessoas trans em “*transição*”. Contudo Beatriz não era – nem é – acadêmica, não havia feito uma revisão de literatura sobre este tema, mas o que ela estava fazendo era uma proposta de pesquisa e ainda se mostrou disposta a contribuir com sua vivência para a realização de um estudo. E, em virtude disso a procurei. Portanto, esta dissertação é fruto da questão que ela trouxe para academia, enfim, foi Beatriz que deu voz<sup>8</sup> a presente pesquisa.

---

<sup>6</sup> II Semana da Diversidade Sexual. Disponível em: <http://semanadadiversidade.blogspot.com.br/>. Acesso em: 01 de março de 2016.

<sup>7</sup> Grupo de militância extinto em 2014, ver FACCHINETO (2014).

<sup>8</sup> Esta afirmação foi reelaborada no texto após as observações da banca de defesa, em especial da Professora Juliana Perucchi.

Sua vinda a UFJF e seu contato com o Mudd\*Se foi sua porta de entrada para uma relação com a universidade que se mantém até hoje, quando aos 35 anos, Beatriz está ocupando o lugar de fala à mesa e não mais na plateia. Ao expor sua vida em suas próprias palavras, demonstra o quão legítima é sua autoridade sobre o tema da transexualidade que parte de uma posição privilegiada para questionar e traçar críticas a respeito das normas sociais de gênero e sexualidade. E, fazendo isso, Beatriz, tanto contribui para desestabilizar a pretensão de tutela da academia sobre a voz das pessoas trans, uma vez que suas ações de militância ultrapassam este nível institucional, quanto demonstra ser imprescindível a inserção e permanência de pessoas trans na academia para a desconstrução das normativas de gênero reproduzidas neste âmbito<sup>9</sup>.

No entanto, é preciso destacar que o “*período de transição*” que Beatriz estava se referindo em 2011, era o trânsito de um corpo masculino para um feminino, para sentir-se “*inteira como mulher*”. Assim classificava-se como “*andrógina*”, ao meio deste caminho, mesmo já iniciado o tratamento hormonal, ainda possuía “*características masculinas*”: os pelos faciais, o pomo de Adão e ainda permanecia com o sexo de nascimento. E foi com esta perspectiva que iniciei uma pesquisa.

Na revisão de literatura, encontrei a expressão conceitual “processo de feminilização” e na época, entre 2011 e 2012, eu me detinha às entrevistas, e à “construção corporal” de Beatriz em sua busca pela “beleza”,<sup>10</sup> que originaram minha monografia de graduação. Até então me interessavam apenas os procedimentos estéticos que galgavam esta produção sem me preocupar com os aspectos políticos e jurídicos que envolviam esta fabricação de si, mas uma transição de abordagem estava por vir.

Conforme a aproximação de minha trajetória de pesquisa á trajetória de vida de Beatriz, entre os anos de 2013 a 2016 ambas foram “transicionando” para o sentido da militância. E por isso a sugestão da banca de qualificação da expressão “processo de transexualização” foi tomando espaço como conceito. Porque Beatriz, ao invés de buscar uma transição para um feminino ou uma integridade feminina, por meio da militância essa busca foi sendo questionada e negociada por ela que começou a expressar sua corporeidade como política por direitos das pessoas trans.

---

<sup>9</sup> As análises contidas neste parágrafo foram resultado das considerações feitas pela banca de defesa.

<sup>10</sup> Refiro-me aqui ao meu trabalho de conclusão de curso do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas finalizado no ano de 2012.

Assim acrescento que este trabalho visa contribuir para a compreensão dos processos socioculturais que conformam um campo para militância universitária e mais particularmente para a inserção de pessoas trans no contexto universitário, seja pela via convencional, seja pela via da troca de vivências que revigoram e renovam o debate sobre o campo de gênero e sexualidade na academia. Ao mesmo tempo, ao apontar limites e possibilidades de políticas públicas de saúde, pretende contribuir para o exercício de uma cidadania plena para as pessoas trans, em especial pela demanda de “retificação” do nome no registro civil.

O que se transcorreu textualmente até aqui pode ser entendida como uma breve apresentação, que em um primeiro momento justifica, em certa medida, a dedicação de minha pesquisa a uma única trajetória de vida por sua singularidade emancipatória. Em um segundo momento pondera sobre a relação entre minha trajetória de pesquisa e a biografia de Beatriz, iniciei a pesquisa com a temática da transexualidade por uma problematização devido a uma perspectiva privilegiada de pessoa trans de minha interlocutora. E finalmente levanta a reelaboração desta problemática que origina a discussão desta dissertação.

Para compreender a trajetória de vida de Beatriz como uma singularidade emancipatória me utilizo da ferramenta metodológica da história de vida unida à etnografia. Segundo Kofes (1994) a história de vida tem como ponto de partida o levantamento de parte ou de toda a vida de uma pessoa. Em minha análise realizei um recorte entre 2011 a 2016, que, no entanto, contempla relatos de Beatriz de sua infância, período escolar e de seu processo de transexualização. Houve duas fases da pesquisa, uma entre 2011 e 2012 em que produzi material proveniente de entrevistas, algumas com uso de gravador outras por diário de campo, em que os relatos foram motivados por mim com referência ao tema de pesquisa que Beatriz havia sugerido “processo de transição”.

A segunda de 2013 a 2016, diferencia-se da primeira radicalmente, porque foi após Beatriz ter me solicitado a ser sua acompanhante na cirurgia de “transgenitalização” e depois desta vivência prevaleceu entre nós um relacionamento de amizade, por meio do qual pude produzir um material por relatos e conversas, por suas publicações no facebook, matérias jornalísticas em que participou do evento coberto, de manifestações que fomos juntas ou foram por ela relatadas, suas falas em mesas de debate na UFJF e em algumas reuniões do VisiTrans e do Coletivo que comecei a participar no meio do ano de 2015.

Por isso três considerações precisam ser feitas. Primeira, que parto de um lugar de fala de pessoa cisgênera, acadêmica, militante pela diversidade sexual e de gênero, bissexual. Segunda, o material que foi analisado aqui não esgota as várias facetas da biografia de Beatriz, ele prima pela parcela de vida que diz respeito ao tema da pesquisa, como Jacqueline Gomes de Jesus (2014) ressalta, identidade de gênero não esgota subjetividades, pessoas trans são semelhantes a nós, pessoas cis, dotadas de toda a complexidade humana. Terceira, considerarei a trajetória de vida de Beatriz em duas dimensões como de análise para a pesquisadora e no caso das entrevistas na situação de entrevista, assim preconizou-se por especificar a ordem cronológica dos relatos.

Dentre as maneiras que esta ferramenta metodológica é utilizada pela antropologia, elencadas por Suely Kofes (1994) a mais próxima do que utilizo é a “reconstrução de um processo sociocultural através de uma experiência particular”, uma vez que a história de vida de Beatriz, em sua experiência particular, acompanha a implementação de políticas públicas brasileiras para pessoas trans, que denotam um processo sociocultural de inclusão social pela aplicação de direitos humanos numa temporalidade e num contexto político específico do país.

Conforme já mencionei a questão de pesquisa partiu de Beatriz por seu estranhamento em relação à academia da inexistência de trabalhos e pesquisas sobre o *período de transição* de pessoas trans. Assim, no início da pesquisa investi nesta problematização somando mais duas outras interlocutoras. No entanto, com o passar do tempo, por uma questão de afinidade entre nós e também pela proposta ter partido da própria Beatriz, fomos nos aproximando. Segui tentando compreender a representatividade da história de vida de Beatriz, levantando e testando algumas hipóteses em relação ao *período de transição* como, por exemplo, se ele redundaria em uma repetição ou subversão das normativas de gênero, e de que maneira isso se tornaria explícito.

mas é sabido que estas [hipóteses] devem ser modificadas ao longo do contato com os sujeitos pesquisados. Muitas vezes o “problema” focado sofre uma transformação radical em função de preocupações que só vêm à tona através da pesquisa de campo. É o dado particular que abre o caminho para interpretações abrangentes. (FONSECA, 1999:60)

Assim, a medida que Beatriz foi se engajando na militância e me motivando a participar junto com ela, principalmente em meados de 2015 – que é foco do segundo capítulo – fui buscando leituras sobre transfemismo que dialogassem com a sua vivência, em grande parte



das que tomei conhecimento por meio de minha participação no “Desfazendo Gênero<sup>11</sup>” ocorrido em Salvador-BA no ano de 2015. Apreciei também posições críticas como a de Indianara Siqueira<sup>12</sup> contra a elaboração de pesquisas protagonizadas por pessoas cis acadêmicas realizadas com pessoas trans não acadêmicas, fala que ouvi dela mesma durante um evento em Juiz de Fora no ano de 2016 em que Beatriz e ela participaram de uma roda de conversa.

Por isso meu diálogo com Beatriz a este respeito era constante, eu colocava minha autoridade em xeque para refletirmos juntas, enquanto sua posição neste sentido era de defender a continuidade da pesquisa enfatizando que enquanto não se fosse representativa a permanência das pessoas trans nas universidades a pesquisa que eu realizava com ela traria visibilidade para as demandas e reivindicações das pessoas não-cisgêneras.

Assim no processo de pesquisa e no subsequente processo de sua textualização tornou-se premente o que Cláudia Fonseca (1999) observa sobre o método etnográfico, a interação entre “nativos de carne e osso”. E principalmente que no trabalho de campo há que se primar pelo entendimento do que está sendo dito pela pessoa que estamos interagindo e por suas ações. Principalmente porque meu ponto de partida está em reconhecer a visão privilegiada que pessoas não-cisgêneras possuem para exercer críticas às normas sociais de gênero e sexualidade.

Então, para complementar esta maneira de utilização da história de vida unida à etnografia recorro a uma ferramenta metodológica que permite melhor evidenciar as estratégias individuais acionadas e negociadas por Beatriz em sua experiência particular no contexto do processo sociocultural que esta pesquisa pretende reconstruir. Trata-se de uma ferramenta metodológica para a história de vida desenvolvida por Gilberto Velho (2013), a ideia de “projeto individual”, que diz respeito à “conduta organizada para atingir finalidades específicas” (SCHUTZ, *apud* VELHO, 2013:132) pareceu dar conta desta dimensão.

Ao mesmo tempo, em minha análise não se pode perder de vista a forma como o processo sociocultural realiza-se, assim, a noção de “campo de possibilidades” de Velho (2013)

---

<sup>11</sup> II Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Disponível em: <http://www.desfazendogenero.ufba.br/>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

<sup>12</sup> Como consta em sua página no facebook, ela é descrita como: Puta, vegana e travesti, Indianara Siqueira é ativista em defesa da visibilidade e cidadania trans, de todas as mulheres e pessoas LGBTIQs. Indianare-SE. Disponível em: <https://www.facebook.com/indi.siqueira/>. Acesso em: 10 de outubro de 2016.

para lidar com o possível “viés racionalista” de projeto individual complementa a ferramenta metodológica de análise

evitando um voluntarismo individualista agonístico ou um determinismo sociocultural rígido, as noções de projeto e campo de possibilidades podem ajudar a análise de trajetórias e biografias enquanto compreensão de um quadro sócio-histórico, sem esvaziá-la arbitrariamente de suas peculiaridades e singularidades. (VELHO, 2013:132)

Neste contexto de sociedade complexa, Velho (2013) diz mais de uma heterogeneidade existente no contexto de grandes metrópoles e fluxos globais, e em especial contexto de imigração. Aqui, estou tratando de Juiz de Fora, ou seja, do contexto de uma cidade brasileira de médio porte com relativo grau de heterogeneidade que uma cidade de pouco mais que quinhentos mil habitantes no interior de Minas Gerais, onde preconizo a formação de um fluxo entre a universidade, movimentos de militância e ambientes de representação e participação política.

Velho (2013) destaca que assim como as pessoas mudam, os seus projetos também podem mudar. “Ou as pessoas mudam através de seus projetos. A transformação se dá ao longo do tempo e contextualmente” (VELHO, 2013:138). Neste sentido, esta ferramenta permite perceber as mudanças que ocorrem na trajetória de Beatriz, seja por processos tecnológicos de “transicorporação” (PRECIADO, 2014) ou por seu envolvimento a uma rede de militância desenvolvida na UFJF que marcam seus projetos de transformação corporal e de tornar-se militante.

\*\*\*

Assim apresento também nesta introdução o campo de possibilidades na trajetória de Beatriz que é emoldurado por um quadro sócio-histórico nacional e local que trabalho mais detidamente nos capítulos. No primeiro capítulo enfatizo a instituição do Processo Transexualizador no Brasil e a campanha internacional pela despatologização da transexualidade para a compreensão do campo de possibilidades para a saúde de pessoas trans. No segundo capítulo trago o contexto do programa Brasil Sem Homofobia e o Escola Sem Homofobia para a compreensão do conflito sexual que se imiscuiu a uma crise política no país que teve repercussões em Juiz de Fora<sup>13</sup> para tratar o campo de possibilidades da afirmação

---

<sup>13</sup> Juiz de Fora, cidade de médio do Estado de Minas Gerais, conforme o senso de 2010 possuía 516.247 habitantes.

de identidades não-cisgêneras. No terceiro capítulo trago uma intersecção destes dois campos de possibilidade para analisar como restringiram ou tornaram propício, e em que termos, a autodenominação de identidade de gênero de Beatriz.

Para a compreensão deste quadro sócio-histórico que permeia a trajetória de Beatriz também é preciso explicitar que possui um contexto local que envolve os movimentos de militância LGBT e pela diversidade sexual e de gênero na cidade de Juiz de Fora que se torna facilitador da integração de Beatriz na militância. A cidade foi palco de grandes repercussões nacionais de atividades que envolviam a temática no campo lúdico e de direitos civis por meio da militância Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT) que se articulou na cidade.

Estas atividades envolviam a organização do concurso “Miss Brasil Gay<sup>14</sup>” (MBG) e o Movimento Gay de Minas (MGM). E, no âmbito da Universidade Federal de Juiz de Fora, também despontaram dois grupos de militância universitária no início desta década, o Movimento Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (Mudd\*Se) já mencionado, que foi criado em 2011 e extinto no início de 2014, e o Coletivo da diversidade sexual e de gênero “Duas Cabeças” (CDC) criado em 2014 e ainda continua existindo.

Além destes, também em 2014, foi criado um grupo de apoio e militância para travestis e transexuais, organizado como parte de um projeto de extensão da UFJF que vem se articulando para a garantia de direitos destas demandas em específico, cujo nome é VisiTrans e Beatriz participou de sua fundação – nos capítulos esta relação será melhor apresentada.

O calendário oficial da cidade contemplou desde final da década de 1970 mais de 30 edições do concurso de beleza “Miss Brasil Gay”, um empreendimento de um transformista natural da cidade. E, no ano de 1998, houve a criação do evento “Rainbow Fest”, por um casal de homens, com a intenção de ser um complemento informativo ao concurso. Pouco tempo depois o mesmo casal fundou o MGM (Movimento Gay de Minas), no ano de 2000, e se estatuiu como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIP). O festival Rainbow foi idealizado pelo MGM para acontecer na mesma semana do concurso. Assim o MGM era responsável por outra programação que incluía a Parada do Orgulho Gay de Juiz de Fora, mesas de debates, exposições de arte e festas.

---

<sup>14</sup> Ver Rodrigues (2008).

Durante 2012, realizei uma incursão a campo no Rainbow Fest, ano em que houve o primeiro cancelamento do Miss Brasil Gay, embora tenha acontecido uma edição em 2013, que foi a última, e a presenciei no Cine-Theatro Central da cidade. Da mesma forma, nesses últimos anos o Rainbow Fest e o MGM vêm experimentando um declínio. No entanto, foram as edições de 2014 e 2015 que Beatriz participou apresentando-se como militante transexual, como detalharei melhor no segundo capítulo.

Mas dentre as contribuições do MGM para os direitos dos cidadãos LGBTs juiz-forano foi a Lei Municipal 9.791<sup>15</sup>, ou Lei Rosa, instituída em 12 de maio de 2000, que dispõe sobre a ação do município no combate às práticas discriminatórias, em seu território, por orientação sexual.

O Mudd\*Se, por sua vez, com o MGM e a Prefeitura de Juiz de Fora, foi responsável por organizar a primeira conferência LGBT do município, em 2011. Esse movimento fez parte de uma extensa rede<sup>16</sup> de movimentos pela diversidade sexual no Estado de Minas Gerais. Realizou na UFJF a II Semana da Diversidade, quando Beatriz travou o primeiro contato com a militância universitária. O grupo mantinha uma relação com o Núcleo PPS<sup>17</sup> da UFJF que realizou a I Semana da Diversidade. Segundo Fachinetti (2014) havia um perfil dos estudantes membros do MUDD\*Se:

Primeiro, logicamente, universitários; depois, brancos, estudantes de ciências humanas ou pedagogia. Não há predomínio de sexo (masculino ou feminino) nem orientação sexual [...] tem homossexuais, heterossexuais e bissexuais atuando no ‘núcleo’, sendo que apenas uma integrante é transexual, [...] não há obrigatoriedade de uma definição explícita da orientação sexual para ingressar no grupo. (FACHINETTO, 2014)

O MUDD\*Se foi extinto em 2014, segundo Fachinetti (2014) foi em grande parte porque seus membros foram concluindo seus cursos e havendo, assim, um esvaziamento do grupo, mas também porque decidiram por elas mesmas acabar com o grupo. Em sua pesquisa essa autora dizia que havia um outro grupo surgindo na universidade, mas não menciona qual.

Era o Coletivo “Duas Cabeças”, que surge em 2014 na UFJF em virtude de um caso de lesbofobia em uma calourada. Foi responsável pela organização da II Conferência LGBT de Juiz de Fora em 2015. A atuação do coletivo acontece mais no âmbito da universidade, mas

---

<sup>15</sup> Lei nº 9791 de 12 de maio de 2000. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/2000/979/9791/lei-ordinaria-n-9791-2000-dispoe-sobre-a-acao-do-municipio-no-combate-as-praticas-discriminatorias-em-seu-territorio-por-orientacao-sexual.html>. Acesso em: 01 de julho de 2016.

<sup>16</sup> Ver FACHINETTO (2014).

<sup>17</sup> Núcleo de Pesquisa e Práticas de Psicologia Social, Políticas Públicas e Saúde.

existe o projeto de desenvolver uma forma mais ampla de atuação na cidade de Juiz de Fora. Realizou uma mesa de debates: “As experiências trans e suas intersecções com os sistemas de saúde e jurídico: reflexões acerca da (des)legitimação de identidades” em que Beatriz, e um amigo seu, trans, participaram contribuindo com suas falas, ao lado de especialistas da área. No entanto, diferente do antigo movimento, a criação do grupo e seu ‘núcleo’ predominam sexo masculino e homossexuais. Mas há lésbicas, bissexuais e atualmente um dos fundadores e um novo membro, estão performando como Drag Queens. Como também aceitam heterossexuais e não é preciso definir-se quanto orientação sexual e identidade de gênero para se candidatar a membro.

O perfil dos membros do grupo se diferencia do MUDD\*Se principalmente por que não são só universitários, há pessoas de fora da UFJF que souberam da existência e da atuação do Coletivo e tornaram-se membros como Beatriz e um casal cujo marido se autodenomina como intersexo. Como também a distribuição quanto a raça é mais diversa e há predominância de pessoas com o perfil socioeconômico que se enquadram nas exigências para a bolsa de apoio estudantil para se manterem e permanecerem na universidade.

Como no âmbito da UFJF esse coletivo se constitui de referência para a apresentação de demandas, chegou ao “Duas Cabeças” um aluno trans reivindicando o respeito de seu nome masculino no âmbito da UFJF, esta demanda foi levada á DIAAF. O coletivo ainda esteve relacionado á promoção da campanha #liberameuxixi, que se originou na ocupação discente da Reitoria em maio de 2015. A ocupação ocorreu devido a um posicionamento restritivo da UFJF quanto as bolsas de assistência estudantil, explicitarei melhor a relação deste ato político estudantil do banheiro inclusivo para travestis e transexuais no capítulo dois.

O VisiTrans<sup>18</sup>, é um grupo de apoio criado por meio de um projeto de extensão desenvolvido pelo Núcleo-PPS de psicologia, cuja ação tem tido resultado na criação de uma rede que congrega assistência jurídica vinculada ao Escritório Escola da Faculdade de Direito da UFJF, e tem traçado articulações no campo da saúde, e encontra-se bem encaminhado um projeto de ambulatório trans na cidade.

Assim o campo de possibilidades de Beatriz está entre certa decadência do tradicional movimento “LGBT” na cidade de Juiz de Fora que convive com a ascensão de movimentos pela diversidade sexual e de gênero, ou para pessoas trans. Leandro Colling (2015)

---

<sup>18</sup> Ver PERUCCHI et all (2015)

trata de duas categorias que contemplam respectivamente ambos os tipos de militância desenvolvidas em Juiz de Fora, o

movimento LGBT institucionalizado são aqueles que possuem sede própria, vários anos de existência, estrutura legal e uma administração hierarquizada. São os que mais acionam e são acionados diretamente pelo Estado para interlocução e realização de políticas públicas em prol da população LGBT, quase sempre com pautas muito similares que conforma uma certa “globalização gay descrita com ufanismo, condescendência e falta absoluta de senso crítico”(COLLING, 2015:22).

E “os coletivos queer como não normalizados, que se caracterizam por manter a organização assembleiária, que auto-gestionam suas próprias iniciativas, demandas, resistências e alternativas. São coletivos que se posicionam de forma crítica ante as múltiplas diferenças excludentes” (MIRANDA, citada por Colling, 2015:22). Quanto a esses ainda acrescenta que não necessariamente o queer seja um conceito que congrega todos eles, pois nem todos se identificam como queer, como também estão ou não desenvolvidos em âmbito universitário (COLLING, 2015).

Assim como os novos movimentos que surgiram no início da década de 2010, tal qual o Coletivo Duas Cabeças que congrega pessoas de qualquer orientação sexual e de gênero, inclusive as hegemônicas, e o VisiTrans que é aberto também á participação dos familiares das pessoas trans<sup>19</sup> se contrapõem ao movimento LGBT institucionalizado, nos quais historicamente é predominante a dominação dos movimentos pelos homens gays com prejuízo da representação de lésbicas, bissexuais, transexuais e transgêneros (FACCHINI, 2002; FRANÇA, 2006). Desta forma, ainda que Beatriz mantivesse uma relação com o movimento institucionalizado, sua militância e seu protagonismo na mesma, desenvolveram-se melhor após seu contato com os grupos mais contemporâneos.

## **Antropologia e os estudos de gênero e sexualidade**

Na Antropologia o estudo das “transformações de gênero<sup>20</sup>” segue um itinerário que acompanha a história da disciplina, desde as monografias clássicas das análises interculturais,

---

<sup>19</sup> Ver PERUCCHI et all (2015).

<sup>20</sup> Expressão cunhada por Benedetti (2005:21): “Nas primeiras elaborações da antropologia sobre esses fenômenos, utilizava-se para definir e analisar essas práticas, o termo ‘inversão’ sexual, depois substituído por ‘inversão’ gênero. Utilizo a expressão “transformação” do gênero, que julgo ser mais ampla e abrangente, porque compreende em seus escopo um sem-número de possibilidades de práticas e gêneros. O termo ‘inversão’, por sua vez, foi construído dentro de um quadro de pensamento que só existem dois gêneros, identificados com a

passando pelos estudos de antropologia urbana inspirados na escola sociológica de Chicago<sup>21</sup>, até produções mais recentes que em grande medida possuem influência da genealogia da sexualidade foucaultiana e seus desdobramentos na teoria *queer*. Assim, neste item, pretendi menos realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema e mais perpassar por esse itinerário que, inclusive, acompanha também reflexão de movimentos militantes, para analisar a relação da disciplina antropológica com conceitos como *sexo*, *gênero* e *corpo*. E, como será demonstrado, este itinerário paulatinamente permitiu o desenvolvimento desta temática nas ciências humanas deslocando de seu lugar de “criação” entre as ciências médicas e psi, possibilitando, posteriormente, o intercruzamento entre as áreas e o refinamento de seu debate que repercutiu na legitimidade das demandas da militância da diversidade sexual e de gênero.

*Diálogo entre feminismo e sexologia: a separação entre sexo e gênero por evidências etnográficas*

O ano 1949 comemora a máxima “não se nasce mulher, torna-se” da obra “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir, uma das precursoras na década de 1960 do feminismo<sup>22</sup> de segunda onda. Muito embora, naquele mesmo ano, na sexologia, Cauldwell reutilizaria o termo “transexualpsíquico” – cunhado em 1910 por outro sexólogo, Hirschfeld – para o caso de um transexual masculino e, pela primeira vez, um trabalho desta ordem explicitaria uma separação entre “transexuais”, “travestis” e “homossexuais” (LEITE JR, 2011; BENTO, 2014). Foi justamente neste campo de ciências psi e médicas e pelas discussões em torno destas três categorias, que aparece o termo *gênero*.

Beauvoir intensificava o debate sobre o questionamento das determinações biológicas para a existência feminina na sociedade moderna ocidental, de forma análoga à antropológa

---

diferenciação anatômica parecendo como algo essencializado, bem ao estilo das ciências biológicas. Creio que o termo inversão seja reducionista e estreito. Prefiro adotar a expressão “transformação”, que considera as características culturais e sociais presentes nos processos abordados.”

<sup>21</sup> Ver Don Kulick (2008); Silva (1984).

<sup>22</sup> O feminismo, como explana a professora Céli Pinto (2010), foi classificado mais tarde por dois momentos históricos, a primeira e a segunda onda. A primeira onda do feminismo ocorreu nas décadas finais do século XIX na Inglaterra e depois foi se disseminando na Europa, foi quando mulheres organizaram-se para lutar por seus direitos, iniciando pelo sufrágio feminino, por isso foram chamadas de “sufragetes”, conquistando o direito ao voto no Reino Unido em 1918. A professora ainda demonstra como este movimento se manifestou no Brasil por volta de 1910, quando uma bióloga brasileira recém-chegada dos estudos na Europa também promove campanha pelo voto, que veio a ser instituído somente em 1932, mas nesta mesma década de 1930 se esmaece. E a segunda onda do feminismo, que é a que me refiro, como destaca ainda Céli Pinto (2010) ocorreu na década de 1960, e um livro que marcou esta nova onda foi “O Segundo Sexo” de Simone de Beauvoir publicado pela primeira vez entre a primeira e a segunda onda, em 1949.

Margareth Mead ([1935]1979) que trabalhara a questão pelo viés do relativismo cultural. No entanto, um bom tempo ainda se passaria até que a temática da transexualidade se deslocasse deste viés patológico, inclusive dentro da antropologia e ciências afins. Sob a égide de reflexões das ciências médicas, ao longo da década de 1950, acontece a defesa da especificidade do “fenômeno transexual”, quando Bento (2014) localiza a construção do “dispositivo da transexualidade<sup>23</sup>”. Entre eles, o psicólogo John Money, em 1955, usa pela primeira vez o conceito de *gênero* para se referir às diferenças sexuais por influência do conceito sociológico “papal social” de Talcott Parsons (LEITE JR, 2011; BENTO, 2014). Entretanto, Money defendia a diferença dos sexos como natural, logo suas teses sobre o conceito de *gênero* “não eram da determinação do social sobre o natural, mas de como o social, mediante o uso da ciência e das instituições poderia fazer com que a diferença dos sexos [...] fosse assegurada” (BENTO, 2014).

Apenas na década de 1960, uma proposição do psicanalista americano Robert J. Stoller vai realmente separar *sexo* e *gênero* com o termo *Identidade de gênero*:

A mescla de masculinidade e feminilidade em um indivíduo, significando que tanto a masculinidade quanto a feminilidade são encontradas em todas as pessoas, mas em formas e graus diferentes. Isso não é igual à qualidade de ser homem ou mulher, que tem conotação com a biologia; a identidade de gênero encerra um comportamento psicologicamente motivado. Embora a masculinidade combine com a qualidade de ser homem e a feminilidade com a qualidade de ser mulher, sexo e gênero não estão, necessariamente, de maneira direta relacionados (STOLLER, citado por LEITE JR, 2011:45)

Segundo Carvalho (2014) este conceito será apropriado pela socióloga inglesa Ann Oakley, em 1972 no livro “Sex, gender and Society” e tornar-se-á referência para o conceito de *gênero* nas teorias feministas

Para Oakley, ser homem ser mulher iria além do gestual e da genitália e reconheceu que diferentes culturas estabelecem um diferencial de gênero a partir do critério dual de divisão biológica do sexo. Dialogando com Stoller, a autora defende que sexo e gênero são independentes e este último seria moldado pela cultura, apresentando-se de forma plástica (Carvalho, 2014:72).

---

<sup>23</sup> Aqui Berenice Bento (2014) faz uso da elaboração de dispositivos de poder de Foucault (2011, p. 244). Bento apresenta este recurso teórico/metodológico para compreender aquelas reflexões acerca da transexualidade como produções heterogêneas de práticas discursivas ou não cuja função é exercer de forma estratégica a dominação sobre quem incide esta classificação. De forma que isso se exerce na forma de um poder disciplinar, cuja eficácia está na relação mútua entre discursos teóricos, como a comprovação de que a transexualidade é uma patologia devido a incongruência entre sexo e gênero, e entre práticas reguladoras como o “tratamento” pela cirurgia de transgenitalização.



Naquela década de 1970, Henrietta Moore (1997) destaca que foi justamente contra a pressuposição de que *sexo* determinaria *gênero* que antropólogas feministas argumentaram a favor da distinção entre *sexo* biológico e *gênero* socialmente e culturalmente construído, inspiradas naquele trabalho de Margareth Mead ([1935]1979), sobre a considerável variabilidade cultural nas definições de feminilidade e masculinidade.

Ainda Moore (1997) enfatiza que a diferenciação entre “sexo biológico” e “gênero” foi de fundamental importância para o desenvolvimento da análise feminista nas Ciências Sociais, uma vez que possibilitou a demonstração de que “as relações entre mulheres e homens e o significados simbólicos associados às categorias de ‘mulher’ e ‘homem’ são socialmente construídos e não podem ser considerados fixos ou predeterminados” (MOORE, 1997:2) uma vez que esses “dados culturais comparados forneceram evidências empíricas que as diferenças de gênero e as relações de gênero são cultural e historicamente variáveis.” (MOORE, 1997:2)

Mas ao mesmo tempo, Moore (1997) questiona em que medida essa separação é possível em termos de uma análise intercultural, uma vez que analisa que na separação entre *sexo* e *gênero* se permanece com a problemática levantada pela etnografia clássica de Mead ([1935]1979) de que conforme nossos próprios costumes tendemos a achar que o *corpo* e o *sexo* são uma base inata onde se opera a cultura. Assim, o que Moore (1997) vai dizer embasada em mais evidências etnográficas é que a forma que nossa cultura compreende o *corpo* é só mais uma dentre outras e desta forma tanto *sexo* quanto *gênero* são sociais.

#### *Questionando o binarismo sexo X gênero: introdução ao conceito de corpo*

Também durante a década de 70, em específico em 1975, a antropóloga Gayle Rubin em “O Tráfico de Mulheres” analisa esta diferenciação entre *sexo* e *gênero*, mas demonstra como ela opera em nosso contexto cultural, com a proposição do “sistema sexo/gênero” que, “numa definição preliminar, é uma série de arranjos pelos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nos quais essas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1975:3). Sua formulação do sistema sexo/gênero se inspirou em Freud e Lévi-Strauss pela “profunda consciência do lugar ocupado pela sexualidade na sociedade, e das profundas diferenças entre a experiência social de homens e mulheres” (RUBIN, 1975:4).

De sorte que Rubin (1975) trouxe sua contribuição ao fornecer uma metodologia que permitiu relacionar estruturas psíquicas às estruturas sociais deslocando o lócus da opressão feminina de um vínculo com os modos de produção econômica, para, ainda que com alguns limites, um sistema sexual que é autônomo. “A formação de identidade de gênero é um exemplo de produção na esfera do sistema sexual. E um sistema de sexo/gênero implica mais que ‘relações de procriação’, mais do que reprodução no sentido biológico” (RUBIN, 1975:13).

Outra autora que, em meados da década de 1980, também traz a discussão para uma análise intracultural é Joan Scott (1998[1986]). Historiadora, ela criticava a forma descritiva com que a mulher vinha sendo estudada na história e propunha elaboração do conceito de *gênero* como categoria de análise. Evidenciava que, para além das variações culturais, o *gênero* poderia assumir uma variação histórica e ainda articulada à noção de poder. Assim, sua formulação era de que o “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1998, p.14). Assim este conceito de gênero provocava não só uma análise das mulheres na história, mas como tanto os significados de homem quanto o de mulher são construídos em relações de poder.

E em diálogo com Rubin, Scott (1998 [1986]) esboçou os limites desta primeira autora. O aspecto do *gênero* que levanta se trata da identidade subjetiva, em que a historiadora se coloca crítica à ideia da antropóloga ter se utilizado da psicanálise por sua pretensão universal e argumenta:

Mesmo que a teoria lacaniana possa ser útil para a reflexão sobre a construção da identidade sexuada, as (os) historiadoras (es) tem necessidade de trabalhar de forma mais histórica. Se a identidade de gênero é unicamente e universalmente fundada sobre o medo da castração, a pertinência do questionamento histórico é negada. Mais ainda: os homens e as mulheres reais não cumprem sempre os termos das prescrições da sua sociedade ou de nossas categorias de análise. (SCOTT, 1998:15)

Por sua vez Scott (1998 [1986]) sistematiza um conceito de *gênero* explicitando, enquanto categoria de análise, sua autonomia teórica. Levantando exemplos de como sua categoria analítica se aplica Scott afirma que

Estas interpretações estão fundamentadas na ideia de que as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o sentido e que a diferença sexual é um modo principal de dar significado à diferenciação. O gênero é então um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. (SCOTT, 1998:17)

Assim, a abordagem de Rubin (1975) ainda peca pela questão da universalidade da assimetria de poder entre homens e mulheres, diferente da posição de Scott (1998 [1986]) que pretende que a categoria *gênero* sirva de critério analítico para compreender, em momentos históricos distintos, como se processa o poder simbólico do *gênero* compreendido para além da categoria mulher.

Acompanhando então o raciocínio destas duas autoras, Moore (1997) ressalva que a relação *sexo* biológico e a construção cultural de *gênero* não tiveram um suficiente exame quando ela revela que tal relação foi vista como não-problemática. Essa constatação partiu da evidência de que embora se reconheça que as diferenças sexuais biológicas não determinem as construções de gênero, existe, em muitos textos de Ciências Sociais, uma tendência para assumir que categorias de gênero e os sentidos de gênero são artifícios culturais destinados a compreender e gerir o fato óbvio das diferenças sexuais binárias, que, no entanto, não são tão óbvias assim. Mas, naquela produção textual, são consideradas como visíveis nos atributos físicos do corpo humano e são reforçadas pela compreensão de que são diferenças cruciais para a reprodução biológica das populações humanas.

Com isso Moore (1997) conclui também que é preciso se atentar para forma como outras culturas apreendem a propagação deste modelo hegemônico das diferenças sexuais biológicas como subjacentes às categorias de gênero e as relações de gênero, mesmo que não as determinem. Ao invés de cometermos dois erros, pressupor que a subordinação feminina é universal, sendo esse feminino definido por seus atributos sexuais escamoteados na noção de gênero, ainda que não intencionalmente, e pressupor que outras culturas apenas assimilam de forma passiva o sistema *sexo/gênero*.

Nesta mesma linha de Moore (1997), Linda Nicholson (2000) parte da observação sobre as duas formas contraditórias sobre as quais o *gênero* vem sendo usado pelas feministas, a primeira se trata do que ela designou por “fundacionalismo biológico”.

[...] gênero tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que tenha a ver com a distinção masculino/feminino, incluindo as construções que separam corpos ‘femininos’ de corpos ‘masculinos’. Esse [...] uso apareceu quando muitos perceberam que a sociedade forma não só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo aparece. Mas se o próprio corpo é sempre visto através de uma interpretação social, então o ‘sexo’ não pode ser independente do ‘gênero’; antes sexo nesse sentido deve ser algo que possa ser subsumido pelo gênero.” (NICHOLSON, 2000:10)

Ou seja, Nicholson (2000) estava criticando a posição de feministas que ignoravam completamente a problemática do determinismo biológico e que reforçavam que identidade feminina era designada pelo sexo que era uma marca universal de todas as mulheres.

Já a segunda, refere-se a esta forma binária *sexo* e *gênero* que já destaquei, em que *gênero*, socialmente construído, refere-se à personalidade e comportamento, não ao *corpo* que se remete ao *sexo* que é biologicamente dado. Ou seja, Nicholson (2000), compreende que as diferenças sexuais binárias correspondem a uma cosmologia própria da sociedade moderna europeia fundada do desenvolvimento científico, então a autora problematiza que o *sexo* nada mais é que um elemento próprio e constitutivo de tal sociedade, e que por isso mesmo é lido como origem do feminino. Desta maneira, equivocadamente, o *sexo* biológico como separado do *gênero*, justamente para evocar às possibilidades feministas fora do determinismo biológico, acaba que retoma esta determinação numa leitura que coloca novamente os corpos femininos sob a subjugação da mesma função de seres reprodutivos.

Foi neste sentido que Nicholson (2000) chamou atenção para o fato de que a “guinada ginocêntrica” negou especificidades culturais tanto de outras sociedades quanto das que existem dentro de nossa sociedade, como é o caso das/dos transexuais. “Assim não é de se surpreender que a guinada ginocêntrica dos anos 70 logo se transformou nos protestos de mulheres negras, lésbicas e das classes trabalhadoras que não viam suas experiências refletidas nas histórias contadas” (NICHOLSON, 2000:10) e análises de feministas da época, foram consideradas como heterossexual, branca, ocidental e da classe média.

### *Performatividade de gênero e Identidade de gênero: estudos queer e transfeminismo*

Seguindo este ponto de vista crítico que desnudam o caráter colonizatório de uma abordagem que opõe *sexo* e *gênero* e que limita expressões corporais é que caminham os questionamentos da teoria *queer*<sup>24</sup>. Em especial os questionamentos de uma de suas principais

---

<sup>24</sup> Jorge Leite Jr.(2011) chama os *Queer studies* de “filho bastardo” dos estudos de gênero e dos Gay and Lesbian studies, e conta que surgiram no final da década de 1980 por meio das correntes pós-estruturalistas e pós-feministas (Gamson *apud* Leite Jr., 2011). Sua transposição em português, Teoria Queer pode denotar algo de sofisticado, mas a observação de Miskolci (2013) sobre o termo em inglês que a adjetiva, “queer”, designa algo

colaboradoras, Butler (2003), tomam espaço na discussão sobre o problema da identidade de gênero que, em conformidade com as inquietações de Rubin (1975), Scott (1998 [1986]), Moore (1997) e Nicholson (2000), indaga: “Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais?” (BUTLER, 2003, p. 25).

Este questionamento de Butler (2003), que dialoga com Foucault, se coaduna também com uma problematização provocada por Laqueur (*apud* HEILBORN, 1999) em “Making sex” quando ele situa a invenção das diferenças entre os sexos em fins do século XVIII. Esta sua tese é explicada por Heilborn (1999):

Não se trata de dizer que diferenças entre os corpos não eram de todo percebidas antes deste período, mas que, virada entre o século XVIII e o XIX delinea-se uma nova concepção sobre os sexos que passaram a ser concebidos como opostos e incomensuráveis. Apesar da empresa científica ter-se lançado a perscrutar os corpos, tais concepções antecedem em muito às “descobertas” científicas, articulando-se com uma nova ordem social relativa ao gênero e a sexualidade, que se apresenta sob o liberalismo político. Uma série de transformações na ordem política e ideológica das sociedades ocidentais está na origem dessa mudança de percepção dos sexos, o que veio a construir a problemática da diferença sexual. Esta passou a ser concebida como inscrita nos corpos e percebida como fundacional da distinção entre os gêneros. Segundo Laqueur, é o gênero que inventa o sexo. Se os seres humanos passaram a ser declarados como iguais, diz o autor, era necessário buscar na natureza a base para a introdução de uma desigualdade. (HEILBORN, 1999:203)

Dessa maneira existem, histórica e culturalmente, interesses políticos e sociais na manutenção das diferenças sexuais como fundadoras das desigualdades de *gênero*. E mais, o que está sendo questionada é a própria oposição natureza/ cultura de abordagens que se fundamentaram no pressuposto da dicotomia sexo/ gênero. E esta oposição reflete nossa tradição ocidental em que “o objeto de conhecimento é matéria para o ato do sujeito que analisa e a “natureza” é tão somente matéria prima para cultura” (HARAWAY *apud* HEILBORN, 2015, p. 591).

Para Butler (2003), assim como o *sexo*, portanto, os *corpos* não são um meio passivo onde opera a cultura ou o discurso, são em si mesmos um resultado desta fabricação

---

como “mariquinha”, e ainda conforme Pelúcio (*apud* Leite Jr., 2011) “viado” ou “bicha”. Segundo Miskolci (2013) este termo suscita á sua distinção dos estudos gays cuja maioria “eram estudos sobre homens que adotavam uma postura masculina, uma postura de respeitabilidade social [...] como um homem de classe média ou alta, branco, másculo” (Miskolci, 2013, p. 32), estudos que deixaram abandonados aqueles que rompiam normas de gênero, como por exemplo, “meninos femininos”, “meninas masculinas”, “pessoas andróginas”, etc.

cultural e, por isso também, não possuem uma anterioridade às marcas de seu *gênero*. Então ela levanta a questão: “em que medida pode o corpo *vir a existir* na(s) marca(s) do gênero e por meio delas? (BUTLER, 2003, p. 27)

Uma delas é a coerção pelo limite da linguagem em relação ao *gênero*, segundo Butler (2003), que problematiza por isso a presença nas formulações de Beauvoir do dualismo mente/corpo que reitera a tradição filosófica desde Platão que sustenta relações de subordinação e hierarquias políticas e psíquicas bem discutidas no campo da filosofia e do feminismo.

Butler (2003:37) segue complexificando e ampliando o conceito de *gênero*, evidenciando que sua “totalidade é permanentemente protelada, jamais exibida em qualquer conjuntura considerada”. Por sua vez a *identidade de gênero* não corresponde, para Butler (2003), uma unidade e também não se exaure á categoria *mulher*, pontua que: “Seria errado supor que a discussão sobre a “identidade” deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com os padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero” (Butler, 2003:37). E esses padrões para Butler (2003) compreendem em dizer que *identidade de gênero* é uma relação de suposta coerência entre *sexo*, *gênero* e *prática sexual/desejo*, regulada pela heterossexualidade compulsória<sup>25</sup>. Esta heterossexualidade compulsória é também naturalizada e “requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre feminino e masculino, em que esses são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e ‘fêmea’.” (BUTLER, 2003:38-39)

Muito embora Butler (2003) levante que não existe uma identidade anterior à expressão desta inteligibilidade regulada pela heterossexualidade compulsória, é preciso entender que:

o gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero [...] não há identidade de

---

<sup>25</sup> Heterossexualidade compulsória trata-se de uma ideia formulada por Adrienne Rich em 1980, no ensaio “Heterossexualidade e existência Lésbica”, que foi traduzido pela revista Bagoas em 2010. Rich (2010 [1980]) desenvolve essa ideia a partir de um questionamento direcionado ao feminismo na tentativa de atentá-lo sobre a invisibilidade da existência lésbica entre as reflexões das feministas, para chegar à formulação de que existe uma orientação compulsoriamente heterossexual das mulheres que não estava sendo problematizada pelas feministas. E esta não problematização redundaria em obscurecer o entendimento de características do poder masculino. Rich (2010) elenca uma série de exemplos para demonstrar como a heterossexualidade compulsória está presente nestas características, apenas para ilustrar, cito um quanto à característica do poder masculino em “restringir a criatividade feminina” existe a “exploração sexual da mulher por homens artistas e professores”.

gênero por trás das expressões do gênero; esta identidade é *performativamente* constituída, pelas próprias ‘expressões’ tidas como seus resultados. (BUTLER, 2003:48)

Esta forma de tornar evidente a ficção instituída da heterossexualidade pode ser ilustrada por Butler (2003) ao levantar limites para a ideia de algumas teóricas feministas da possibilidade de uma sexualidade emancipada como subversiva à matriz masculinista da identidade. Explica que:

Se a sexualidade é construída culturalmente no interior das relações de poder existentes, então a postulação de uma sexualidade normativa que esteja “antes”, “fora” ou “além” do poder constitui uma impossibilidade cultural e um sonho politicamente impraticável, que adia a tarefa concreta e contemporânea de repensar as possibilidades subversivas nos próprios termos do poder (BUTLER, 2003:55)

As possibilidades subversivas da sexualidade para Butler (2003) então, estariam na própria repetição da lei, não de forma acrítica, mas de maneira que leve ao seu deslocamento. Ou seja, a partir do momento que há uma repetição de convenções heterossexuais em uma lógica homossexual, nos termos de Butler (2003), isto não se trata, pura e simplesmente, de pretensa conformação ou imitação por parte dos homossexuais de tais convenções, mas inclusive, escancara a desnaturalização destas mesmas convenções. O que implica em dizer que tais convenções não possuem o caráter verdadeiro de uma heterossexualidade “natural” e “original”, mas que esta própria heterossexualidade nada mais é que uma cópia, sendo o “original” nada mais do que uma paródia da ideia do natural e do “original”.

Complementando a coerência da heterossexualidade compulsória, Preciado (2014) insere a problematização do “corpo sexuado” como definição e distinção entre o humano e o não humano:

A mesa de atribuição da masculinidade e da feminilidade designa os órgãos sexuais como zonas geradoras da totalidade do corpo, sendo os órgãos não sexuais meras zonas periféricas. Isto é, a partir de um órgão sexual preciso, este marco abstrato de construção do “humano”, nos é permitido reconstruir a totalidade do corpo. O corpo só tem sentido como sexuado, um corpo sem sexo é monstruoso. Segundo essa lógica, a partir de um órgão periférico (o nariz, a língua, ou então os dedos, por exemplo) é impossível reconstruir a totalidade do corpo como sexuado. Assim, então, os órgãos sexuais não são somente “órgãos reprodutores”, no sentido que permitem a reprodução sexual das espécies, e sim, que são, também e sobretudo, “órgãos reprodutores” da coerência do corpo como propriamente humano. (PRECIADO, 2014: 130-131)

E Preciado (2011), no mesmo caminho das proposições filosóficas de Butler (2009), concorda que não há como embasar-se em uma sexualidade emancipada para subverter a matriz masculinista e sim perceber como seus deslocamentos ocorrem na mesma medida em que demonstram o caráter ficcional desta matriz. Então quando retoma sucintamente questões sobre o conceito de *gênero* que foram discutidas aqui, pensa Preciado:

De noção posta ao serviço de uma política da reprodução da vida sexual, o gênero se torna o indício de uma multidão. O gênero não é o efeito de um sistema fechado de poder nem uma ideia que recai sobre a matéria passiva, mas o nome do conjunto de dispositivos sexopolíticos (da medicina à representação pornográfica, passando pelas instituições familiares) que serão o objeto de uma reapropriação pelas minorias sexuais. (PRECIADO, 2011: 14)

Assim, o que Preciado (2011) propõe para o caráter subversivo destas identidades de gênero é que esta reapropriação pelas minorias sexuais vai se constituir de uma política da multidão *queer*, ou seja,

Sob o impacto da crítica pós-colonial, as teorias *queer* dos anos 1990 contaram com enormes recursos políticos da identificação “gueto”; identificações que tomariam um novo valor político, já que, pela primeira vez, os sujeitos de enunciação eram as “sapatas”, as “bichas”, os negros e as próprias pessoas transgêneros. Aos que se agitam sob a ameaça de guetização, os movimentos e as teorias *queer* respondem por meio de estratégias ao mesmo tempo hiperidentitárias e pós-identitárias. Fazem uma utilização máxima dos recursos políticos da produção performativa das identidades desviantes. A força política de movimentos como *Act Up*, *Lesbian Avengers* ou *Radical Fairies* vem de sua capacidade para investir nas posições de sujeitos “abjetos” (esses “maus sujeitos” que são os soropositivos, as “sapatas”, os “viados”) para fazer disso lugares de resistência ao ponto de vista “universal”, à história branca, colonial e *straight* do “humano”. (PRECIADO, 2011, p. 15)

Assim encontra-se que o espaço de enunciação das multidões *queer* vem sendo ampliado analogamente à ampliação que outrora o movimento feminista propiciou às mulheres e a que por sua vez o movimento gay e lésbico o fez com tais identidades, mas há que se ressaltar que ainda existem disputas entre essas identidades e movimentos sociais, acrescidas de intersecções de raça e classe que esta discussão não deu conta de analisar. E, aquele conceito de *gênero*, originalmente centrado em uma categorização patologizante com a participação das áreas psi e da sexologia como já discuti, historicamente vai se reapropriando de deslocamentos da matriz heterossexual.

O conceito de *gênero*, então, vem caminhando para um sentido cada vez mais despatologizante, em especial nas reapropriações de referenciais teóricos recentes de produção estrangeira delineando o que vem sendo chamado de transfeminismo. No Brasil esta nova



corrente de pensamento reverbera em produções acadêmicas e movimentos sociais protagonizado por pessoas trans como Jaqueline Gomes de Jesus, organizadora do livro “Transfeminismos”. Nesta mesma obra esta autora fornece um entendimento introdutório sobre o transfeminismo:

O transfeminismo, algumas raras vezes chamado de feminismo transgênero, prolifera pela internet, anuncia-se em blogs e se confraterniza em redes sociais, e pode ser definido como uma linha de pensamento e de prática feminista que rediscute a subordinação morfológica do gênero (como construção psicossocial) ao sexo (como biologia), condicionada por processos históricos, criticando-a como uma prática social que tem servido como justificativa para a opressão sobre quaisquer pessoas cujos corpos não estão conforme à norma binária homem/pênis e mulher/vagina, incluindo-se aí: homens e mulheres transgênero, mulheres cisgênero histerectomizadas e/ou mastectomizadas; homens cisgênero orquiectomizados e/ou “emasculados”; e casais heterossexuais com práticas e papéis afetivossexuais divergentes dos tradicionalmente atribuídos, entre outras pessoas. (JESUS, 2014: 05)

O transfeminismo nestes termos dialoga com o que venho discutindo sobre a crítica à dicotomia natureza/cultura, tem uma perspectiva crítica à ideia de cisgeneridade. Este conceito fala da coerência entre *sexo*, *gênero* e *corpo* no sentido de que o *sexo* enquanto compreendido como natural define os demais e como esta compreensão de sexo diz respeito a um momento histórico específico e a um contexto geográfico europeu. E, portanto, o transfeminismo questiona o cunho colonizador da perspectiva dicotômica dos *sexos* instaurada sobre a classificação patológica das identidades trans. Inclusive é neste sentido que outra transfeminista, Viviane Vergueiro (2012:2) trabalha as “estruturas sociais que colonizam as identidades transgêneras e não-cisgêneras”. Assim posicionando-se a favor da descolonização e, portanto, da despatologização das identidades trans, por isso no contexto do Manifesto da Rede Internacional pela Despatologização Trans de 2011, a autora pondera:

Se é verdade que as individualidades transgêneras e não-cisgêneras têm sido capazes de expressar suas perspectivas politicamente e até mesmo conquistar alguns direitos na contemporaneidade, também é evidente que estas possibilidades são severamente limitadas pela ausência praticamente absoluta delas em posições decisórias, sejam elas em instituições médicas, jurídicas, ou acadêmicas. (VERGUEIRO, 2012:2)

Assim, Vergueiro (2012:7) trabalha as identidades trans ou transgêneras e não-cisgêneras como forma de “denúncia da cisgeneridade como norma, atentando para o fato de que estas individualidades têm uma diversidade significativa de objetivos existenciais e

demandas políticas.” E ainda, esta autora, compreende e explicita uma conexão entre cisgeneridade e colonização:

tomar consciência da vigência de um regime colonial de gênero consistiria, assim, em enxergar criticamente a hierarquização sistêmica das perspectivas cisgêneras acima das transgêneras e não-cisgêneras, e em encontrar formas de resistência individuais e sociais a este regime. (VERGUEIRO, 2012:92)

Por isso, mesmo o transfeminismo possui como proposta teórica não apenas entender o caráter subversivo das identidades transgêneras ou não-cisgêneras com o foco nas mudanças corporais e no sentido fluido destas identidades, mas como deixa claro Vergueiro (2012:5), definir um “horizonte de possibilidades que as tenham como posição privilegiada a partir da qual se podem compreender criticamente os sistemas de poder em relação a gênero”.

Portanto, o transfeminismo, conforme Vergueiro (2012), busca dura crítica às classificações médicas em relação às identidades trans. Esta crítica se embasa na análise da cisgeneridade enquanto norma de cunho colonizador impondo opressões a estas identidades. Vergueiro (2012) explicita que devido a este “cistema”, esta dura crítica transfeminista recai também sobre a academia quando ressalta a ausência de pessoas trans em posição de decisão e influência, em especial na produção acadêmica, no entanto, ocupam o espaço de sujeitos-objetos de estudo.

Á guisa de como Vergueiro (2012) coloca esta questão implica em atenção nesta minha pesquisa para a presença de “aspectos colonizatórios” e suas decorrentes “limitações teórico-políticas”. Ou seja, a teoria transfeminista não deslegitima meu trabalho, mas traz o desafio, à medida que estou em relação de pesquisa com uma pessoa trans, de evitar a qualquer custo tomar Beatriz como sujeito-objeto de estudo em favor de minha produção acadêmica, mas apontar horizontes de possibilidades que legitimem seu discurso e sua vivência trans com privilegiados no exercício de crítica ao “cistema” para “desestabilizar os fundamentos nos quais se assentam os discursos dominantes de gênero” (Vergueiro, 2012: 13).

## **Apresentação dos Capítulos**

O desenvolvimento dos capítulos preconizou três temas distintos sobre a trajetória de Beatriz, que seguem mais ou menos certa ordem cronológica. O primeiro versa sobre as primeiras percepções de Beatriz como transexual, seu projeto de vida em busca pela cirurgia,

que a fez travar o primeiro contato com o MGM. No entanto, foi fora da militância que isso redundou em sua participação em uma rede informal no campo da saúde pública de Juiz de Fora. Aborda também sua relação com o Processo Transexualizador na cidade do Rio de Janeiro e as consequências disto para a requisição de direitos como o fornecimento dos hormônios, o laser para os pelos faciais e a retificação do nome concomitante a sua entrada na militância. Importa assim discutir as estratégias que Beatriz agenciou em meio ao campo de possibilidades para travar parcerias na saúde pública de Juiz de Fora e do Rio de Janeiro e na Universidade Federal de Juiz de Fora, fora e dentro da militância.

O segundo trata do ano de 2015, emblemático para a visibilidade de Beatriz na militância, tanto no que se refere aos embates na Câmara Municipal de Juiz de Fora pela inclusão de discussões de gênero e orientação sexual nos planos municipais de direitos das mulheres e o de educação, quanto no que resultou disso, como o contato de Beatriz com outros movimentos sociais de Juiz de Fora e o Conselho Municipal das Mulheres. Esse seu envolvimento redundou em sua participação na Conferência Municipal por Direito das Mulheres e indicação para a conferência Estadual. E também, marca a organização da Conferência Municipal dos Direitos LGBTIs<sup>26</sup>, quanto também foi indicada para a Estadual. Contudo, não pôde participar de nenhuma das etapas estaduais, em virtude disto discutirei os limites de uma política de coalisção quando existem sujeitos de direitos historicamente bem delineados conforme a heterossexualidade compulsória e a cisgeneridade.

O último capítulo retoma alguma destas passagens da trajetória de Beatriz para analisar sua performatividade corporal e de gênero ao longo dos anos de 2011 a 2016 relacionada ao seu processo de transexualização que flerta com sua constituição como militante. Neste sentido será retomado seu primeiro contato com o movimento de militância universitário e núcleo de pesquisa entre 2011 e 2012, a composição do VisiTrans e do Coletivo Duas Cabeças em 2014, e seu envolvimento nas disputas da Câmara Municipal em 2015. Assim para fins analíticos respectivamente trarei análise da trajetória de vida de Beatriz nas suas passagens pelo VII Encontro de Travestis e Transexuais da Região Sudeste, em maio de 2012, e pelas Paradas do Orgulho Gay de Juiz de Fora de 2013, 2014 e 2015. Assim, neste capítulo demonstro como o projeto de vida de Beatriz foi “transicionando” e, ainda que devido a

---

<sup>26</sup> A sigla aqui ganha um “I” de intersexual porque o Coletivo Duas Cabeças possuía um membro que se autodesignava como intersexo, e achavam por bem incluir todas as letras que teriam representantes no grupo.

situações extraordinárias, e também de forma sutil, está desestabilizando algo no campo de possibilidades.

Ao fim deste texto trago a reflexão inicial, em breves considerações que retomarão os capítulos anteriores de como em sua trajetória marcada por aviltamento, Beatriz estabelece um lugar de fala na Universidade Federal de Juiz de Fora demonstrando um conteúdo desestabilizador da cisgeneridade.

## CAPÍTULO 1

### A (DES)PATOLOGIZAÇÃO É UM DIREITO?

Tanto os debates e inovações ocorridos no campo de estudos de gênero e sexualidade que apontam para a ampliação de abordagens sobre o corpo e identidade no âmbito das ciências humanas – apresentados na introdução – quanto as transformações sociais e políticas que mobilizam a questão das identidades trans suscitaram uma campanha internacional a partir de 2009, pela despatologização da transexualidade. Contudo, apesar da trajetória de Beatriz tangenciar a essa demanda, suas preocupações nesta época estavam mais orientadas para sua recente inserção no Hospital Pedro Ernesto da Universidade Estadual do Rio de Janeiro quando o campo de possibilidades se tornou propício ao seu projeto individual de realizar sua “cirurgia de transgenitalização” ao pleitear uma vaga no Processo Transexualizador<sup>27</sup>, criado em 2008 pelo Sistema Único de Saúde (SUS), como será visto aqui neste capítulo mais adiante.

Estas preocupações de Beatriz estão presentes em uma entrevista que realizei, em julho 2012, quando ela retornara do VII Encontro de Travestis e Transexuais da Região Sudeste ocorrido no início do mês de maio daquele ano. Estávamos conversando sobre o encontro e a questioneei sobre quais foram as atividades que havia se envolvido e depois de sua resposta continuamos conversando a respeito:

*Beatriz – Eu participei do GT de saúde né? Porque o que mais me interessa neste momento é isso, processo transexualizador, né? É o SUS poder oferecer todo o tratamento: os hormônios, o laser, não só a cirurgia<sup>28</sup>. Toda a transformação visual, pra gente estar vivendo é... Como é que eu posso te dizer, é... Estar adequada<sup>29</sup> visualmente.*

*Marina – E o que foi discutido sobre a patologização? Sobre a disforia de gênero?*

*Beatriz – Não, não isso não. Eu até acho que foi falado isso foi antes, sabe? Antes de a gente chegar, a gente chegou no dia seguinte, que foi iniciado o encontro, parece que em uma mesa anterior a nossa chegada.*

---

<sup>27</sup> Sua instituição e portarias vão ser discutidas ao longo deste capítulo.

<sup>28</sup> Esta fala de Beatriz será retomada no item 1.3 desse capítulo para análise quando discuto que o diagnóstico se constitui como premissa para o acesso público a esses outros procedimentos da transformação corporal. E também tocarei no assunto no capítulo 3.

<sup>29</sup> Estes termos que Beatriz se utiliza “adequada” e “inadequada” serão retomados no capítulo 3 onde irei analisá-los na perspectiva de Butler (2009) sobre o diagnóstico.

*Marina – Hum entendi.*

*Beatriz – E depois disso não foi discutido, entendeu?*

*Marina – É porque tinha se esgotado no primeiro dia?*

*Beatriz – Unrrum.*

*Marina – Entendi. E como você vê essa questão? Da transexualidade ser considerada como “doença”?*

*Beatriz – Então assim...*

*Marina – Eu acho um absurdo isso. E você?*

*Beatriz – No atual momento que estamos vivendo, no Brasil, no nosso país, né<sup>30</sup>? O Sistema Único de Saúde só oferece a cirurgia porque ela é considerada é, necessária para a adequação do corpo à mente. Porque a única forma de estar adequando a pessoa trans. Da pessoa trans estar é... Tendo uma vida plena. Porque para o SUS isso é uma doença e que a única alternativa é a cirurgia<sup>31</sup>.*

*Marina – Que seria como você entende um “tratamento”?*

*Beatriz – Isso, isso. O que antigamente era feito pela psiquiatria e a psicologia, tipo assim: vamos tratar as pessoas, vamos mudar a cabeça das pessoas. Hoje em dia a cirurgia só é feita porque eles sabem que não tem como mudar a cabeça da pessoa, né?*

*Marina – Hum, entendi a visão.*

*Beatriz – Né? O que é possível é mudar o corpo da pessoa. Então assim, SUS só faz a cirurgia porque é considerado uma doença, um transtorno mental.*

*Marina – Você acha que o Sistema Único de Saúde poderia estar disponibilizando essa cirurgia sem necessariamente a transexualidade ser considerada doença?*

*Beatriz – No Brasil de hoje não. Em que a bancada evangélica e católica interfere nas decisões do Supremo Tribunal Federal, não.*

*Marina – E o que você considera como sendo o Brasil de hoje? Pode me explicar melhor?*

*Beatriz – Um Brasil em que as religiões predominantes interferem na política. (Entrevista com Beatriz, 12 de julho de 2012)*

Por meio dessa conversa, que levanta também a possibilidade de outras análises que se darão ao longo desta dissertação, a posição de Beatriz quanto ao diagnóstico mostrou-se oposta àquela da campanha pró despatologização, por este motivo intitulei este capítulo propondo uma problematização em torno destas duas posições. Segundo Butler (2009) o debate sobre

---

<sup>30</sup> O contexto do Brasil a que Beatriz se refere aqui e ao longo dessa nossa conversa será discutido no segundo capítulo, quando realizo análise sobre a “guerra sexual” no país e suas reverberações em Juiz de Fora levantando a reação de fundamentalistas religiosos contra programas de governo como o “Brasil Sem Homofobia”.

<sup>31</sup> Retomo esta fala de Beatriz assim como as seguintes sobre a forma de “tratamento da adequação do corpo a mente” no item 1.4 desse capítulo para analisa-los na perspectiva de Butler (2009) sobre o diagnóstico.

despatologização da transexualidade envolvia estas duas posições, no entanto em sua análise a autora não as compreende como necessariamente opostas entre si, seja aquela em defesa do diagnóstico, pois é um facilitador ao acesso economicamente viável para os procedimentos de transformação corporal que Beatriz compartilha e que, no caso do Brasil, é gratuito à usuária do Sistema Único de Saúde (SUS), seja a posição contra o diagnóstico porque “insiste em considerar como doença o que deveria ser entendido como uma possibilidade entre outras, de autodeterminação do gênero” (BUTLER, 2009:95) que consistia na demanda da campanha. Butler (2009) compreende que ambas passam por conceitos distintos de autonomia, mas que a segunda posição, contra a patologização, deve prevalecer em vista de que a outra restringe a possibilidade de uma autonomia mais plena e ampla, não apenas a liberdades pontuais e individuais como a outra, assim a despatologização é uma porta de entrada mais segura para forjar uma rede jurídica, assistencial e social para as pessoas trans. De forma que constituindo esta rede elas não fiquem a mercê de argumentos conservadores e religiosos que, além de ferirem os direitos civis delas, tentam instituir políticas reacionárias – que irei abordar com maior ênfase no segundo capítulo – que apenas legitimam a transfobia e incentivam crimes de ódio que contribuem apenas para dizimar a população trans.

Assim a campanha “Stop Trans Pathologization” já vem colhendo frutos de sua articulação que foi iniciada em 2009 quando estavam em curso as formulações sobre o DSM-V (Manual Diagnóstico de Doenças Mentais - quinta edição) que foi lançado em 2013 pela Associação de Psiquiatria Norte-Americana (APA) como discutirei adiante. Mas esses frutos não deram conta de sua principal pauta, a despatologização da transexualidade, instaurada desde 1980 na terceira versão desse manual onde foi incluída como “transexualismo” e reelaborada na quarta versão como “Transtorno de Identidade de Gênero”.

Outro documento de relevância na área médica em que a campanha vem surtindo efeito é o Código Internacional de Doenças (CID) responsável no ano de 1980 pela inserção da transexualidade como patologia, que por causa disso foi incluída no DSM-III já mencionado. E, atualmente, está em jogo a formulação do CID-11 que será lançado em 2017 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em que a campanha tem começado a alcançar resultados positivos. Estes resultados podem ser sentidos em um recente estudo na área de psiquiatria em que se discute que a classificação da transexualidade como um “transtorno de identidade mental” reflete para pessoas trans a precarização de seu estatuto legal, a violação de seus direitos humanos e criação de empecilhos ao seu acesso á cuidados de saúde. (ROBALDO, *et all* , 2016).

Em uma análise crítica sobre a evolução da patologização da transexualidade nos DSM-III, IV e V e do CID-10, Tamara Adrián (2010) demonstra o caminho percorrido no aprimoramento das classificações de modo que se justifica entender os frutos colhidos pela campanha e o estudo citado acima como um avanço. No DSM-III aparecem quatro categorias de “transtorno” de Identidade de gênero dentre elas o “transexualismo”.

Transexualismo: caracterizado también por un malestar persistente y un sentimiento de inadecuación respecto al propio sexo anatómico, pero en una persona que ha alcanzado la pubertad y acompañado por una preocupación persistente acerca del cómo deshacerse de las características sexuales primarias y secundarias del propio sexo y adquirir las de opuesto. Puede considerarse como las formas más extremas de los problemas de Identidad de Género. (DSM-III *apud* ADRIÁN, 2010:15)

Sobre o DSM-IV publicado em 1994, Adrián (2010), enfatiza que uma forte crítica é mobilizada e, por isso em 2001, foi retirada daquele documento a categorização da transexualidade como o “extremo” da classificação patológica referente a gênero, como ainda o termo classificatório mudou para “Transtorno de Identidade de Gênero” (TIG) que passou a abarcar como forma típica, a ausência de intersexualidade “física” e, como forma particular com a presença dela (ADRIÁN, 2010). E esta mesma autora pondera que no DSM- IV:

El Trastorno de Identidad de Género aparece así como el sentimiento profundo e irreversible de pertenecer al sexo contrario al aparente y legalmente establecido (o sea, al de nacimiento, ratificado por la apariencia genitales) y asumir el correspondiente rol (el contrario del esperado), y de recurrir si es necesario a un tratamiento hormonal y quirúrgico encaminado a corregir esta discordancia entre la mente y el cuerpo. (ADRIAN, 2010:17)

Desta forma ainda esta autora pontua como esse diagnóstico da quarta versão do DSM está carregado de estereótipos de gênero como podemos notar em um de seus trechos:

A. Una fuerte y persistente identificación cruzada de género (y no un deseo derivado de la percepción de las ventajas culturales de ser del otro sexo).

En los niños, este trastorno se manifiesta en cuatro (o más) de los siguientes:

1. Repetido señalamiento de desear ser, o insistencia que él o ella es, del otro sexo.
2. En los niños, preferencia por vestirse con atuendos femeninos o simulando atuendos femeninos. En las niñas, insistencia en usar únicamente ropas masculinas.
3. Fuertes y persistentes preferencias por roles cruzados haciendo creer cuando juega o persistentes fantasías de ser del otro sexo.
4. Deseo intenso de participar en los juegos típicos y pasatiempos del otro sexo.
5. Fuerte preferencia por compañeros de juegos del otro sexo.



En los adolescentes y adultos, el desorden se manifiesta por síntomas tales como la manifestación del deseo de ser del otro sexo, el hecho de pasar a menudo como del otro sexo, el deseo de vivir y ser tratado como del otro sexo, o la convicción que él o ella tiene las reacciones típicas del otro sexo.

B. Persistente sentimiento de incomodidad con su sexo o sentido de falta de adecuación en el rol de género usual en ese sexo.

En los niños, el desorden se manifiesta por cualquiera de los siguientes:

- En los niños, declaración que su pene o sus testículos son repugnantes o desaparecerán o declaración que sería mejor no tener pene, o aversión hacia los juegos rudos y rechazo de los juguetes, juegos y actividades estereotipadamente masculinos.

- En las niñas, rechazo de orinar en posición sentada, declaración que ella tiene o le crecerá un pene, o aseveración que ella no quiere que le crezcan senos o menstruar, o marcada aversión hacia la ropa femenina.

- En los adolescentes y adultos, el trastorno se manifiesta en síntomas tales como la preocupación de eliminar los caracteres primarios y secundarios sexuales característicos (i.e., solicitud de hormonas, cirugía u otros procedimientos para alterar las características sexuales y simular las del otro sexo) o la creencia de que pertenece al sexo erróneo.

C. El trastorno no es concurrente con una condición intersexual

D. El disturbio causa clínicamente un agudo desasosiego o falta de integración social, ocupacional, u otras importantes áreas de funcionamiento. (DSM-IV apud ADRIÁN, 2010:18)

Ao que concerne ao CID-10, Adrián (2010) ressalta que nele se usa o termo classificatório “transexualismo”, e ao mesmo tempo ele contém uma perspectiva diferente ao compará-la com a da APA, uma vez que o código elaborado pela OMS prevalece os “síntomas” de natureza psicossocial em detrimento dos critérios psiquiátricos que marcam os DSMs, Adrián (2010) destaca um critério de classificação que evidencia essa assertiva: “El desorden no es un sintoma de una enfermedad mental o de una anomalía cromosómica” (CID-10 apud ADRIÁN, 2010:18)

E, quanto ao DSM-V, que sairía apenas no ano de 2013, Adrián (2010) analisa uma primeira versão disponibilizada durante sua formulação, onde já prevalecia a ignorância da APA quanto a principal reivindicação da campanha pela despatologização, assim na versão final do DSM-V<sup>32</sup>, a transexualidade permaneceu na mesma condição de patologia. Entretanto, como aponta Adrián (2010) já sobre aquela primeira versão, houve duas mudanças em relação

---

<sup>32</sup> Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5) da Associação Americana de Psiquiatria. Disponível em: <http://c026204.cdn.sapo.io/1/c026204/cldfile/1426522730/6d77c9965e17b15/b37dfc58aad8cd477904b9bb2ba8a75b/obaudoeeducador/2015/DSM%20V.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2016.

ao “diagnóstico” da transexualidade. A mais básica delas foi a mudança dos conceitos de “Transtorno Identidade de Gênero” para “Disforia de gênero”:

Los argumentos que la APA da para justificar el cambio es que el elemento central del “trastorno” es el desajuste psicológico derivado de la incongruencia entre el género asignado a la persona en el momento del nacimiento y la identidad de género que la persona siente y manifiesta. Se deja fuera de la definición, por tanto, conceptos como el sexo biológico o la presencia o no de determinados órganos genitales. (ADRIÁN, 2010:19)

Outra mudança significativa é que ao contrário das outras versões deste manual, esta quinta edição possibilita a retirada do diagnóstico após o processo de redesignação, ou uma “cura” da disforia visto que se entende que foi estabelecida a congruência entre identidade e corpo (ADRIÁN, 2010). Segue os critérios diagnósticos da versão publicada do DSM-V, que confirmam as colocações de Adrián (2010):

#### Disforia de Gênero em Crianças 302.6 (F64.2)

A. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses, manifestada por no mínimo seis dos seguintes (um deles deve ser o Critério A1):

1. Forte desejo de pertencer ao outro gênero ou insistência de que um gênero é o outro (ou algum gênero alternativo diferente do designado).

2. Em meninos (gênero designado), uma forte preferência por cross-dressing (travestismo) ou simulação de trajes femininos; em meninas (gênero designado), uma forte preferência por vestir somente roupas masculinas típicas e uma forte resistência a vestir roupas femininas típicas.

3. Forte preferência por papéis transgêneros em brincadeiras de faz de conta ou de fantasias.

4. Forte preferência por brinquedos, jogos ou atividades tipicamente usados ou preferidos pelo outro gênero.

5. Forte preferência por brincar com pares do outro gênero.

6. Em meninos (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente masculinos e forte evitação de brincadeiras agressivas e competitivas; em meninas (gênero designado), forte rejeição de brinquedos, jogos e atividades tipicamente femininas.

7. Forte desgosto com a própria anatomia sexual.

8. Desejo intenso por características sexuais primárias e/ou secundárias compatíveis com o gênero experimentado.

B. A condição está associada a sofrimento clinicamente significativo ou a prejuízo no funcionamento social, acadêmico ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.

Especificar se:

Com um transtorno do desenvolvimento sexual (p. ex., distúrbio adrenogenital congênito, como 255.2 [E25.0] hiperplasia adrenal congênita ou 259.50 [E34.50] síndrome de insensibilidade androgênica).

Nota para codificação: Codificar tanto o transtorno do desenvolvimento sexual como a disforia de gênero.

#### Disforia de Gênero em Adolescentes e Adultos 302.85 (F64.1)

A. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e o gênero designado de uma pessoa, com duração de pelo menos seis meses, manifestada por no mínimo dois dos seguintes:

1. Incongruência acentuada entre o gênero experimentado/expresso e as características sexuais primárias e/ou secundárias (ou, em adolescentes jovens, as características sexuais secundárias previstas).

2. Forte desejo de livrar-se das próprias características sexuais primárias e/ou secundárias em razão de incongruência acentuada com o gênero experimentado/expresso (ou, em adolescentes jovens, desejo de impedir o desenvolvimento das características sexuais secundárias previstas).

3. Forte desejo pelas características sexuais primárias e/ou secundárias do outro gênero.

4. Forte desejo de pertencer ao outro gênero (ou a algum gênero alternativo diferente do designado).

5. Forte desejo de ser tratado como o outro gênero (ou como algum gênero alternativo diferente do designado).

6. Forte convicção de ter os sentimentos e reações típicos do outro gênero (ou de algum gênero alternativo diferente do designado).

B. A condição está associada a sofrimento clinicamente significativo ou prejuízo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo.

Especificar se:

Com um transtorno do desenvolvimento sexual (p. ex., distúrbio adrenogenital congênito, como 255.2 [E25.0] hiperplasia adrenal congênita ou 259.50 [E34.50] síndrome de insensibilidade androgênica).

Nota para codificação: Codificar tanto o transtorno do desenvolvimento sexual como a disforia de gênero.

Especificar se:

Pós-transição: O indivíduo fez uma transição para uma vida em tempo integral no gênero desejado (com ou sem legalização da mudança de gênero) e fez (ou está se preparando para fazer) pelo menos um procedimento médico ou um regime de tratamento transexual – a saber, tratamento hormonal transexual regular ou cirurgia de redesignação de gênero confirmando o gênero desejado (p. ex., penectomia, vaginoplastia em um gênero masculino ao nascimento; mastectomia ou faloplastia em um gênero feminino ao nascimento)<sup>33</sup>.

<sup>33</sup> Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (DSM-5) da Associação Americana de Psiquiatria. Disponível em: <http://c026204.cdn.sapo.io/1/c026204/cldfile/1426522730/6d77c9965e17b15/b37dfc58aad8cd477904b9bb2ba8a75b/obaudoeeducador/2015/DSM%20V.pdf>. Acesso em: 03 de janeiro de 2016.

Assim especificados os avanços no diagnóstico suscitado pela campanha, ainda fica o argumento das pessoas que se posicionam contra a despatologização e que Beatriz também levantou, sobre o acesso economicamente viável, ou gratuito, como é no Brasil, dos procedimentos de mudança corporal. Antes de tocar nesta questão é preciso considerar que as mudanças de perspectiva no DSM em relação ao diagnóstico estão tendo a direção percebida por Adrián (2010) sobre o CID-10, a saber, a de levar o diagnóstico para uma prevalência de critérios psicossociais em detrimento dos psiquiátricos. Neste caminho vai a análise do artigo da área de psiquiatria, em que seus autores, Robaldo, et al (2016) já mencionado, desloca a ideia da transexualidade como “transtorno” individual para a ideia de que a sociedade possui uma parcela de responsabilidade, principalmente na violação de direitos humanos, em restringir a autodenominação de gênero ao postular pessoas trans como “disfóricas”.

E, por consequência, lhes retirar a autonomia equivale a submetê-las a um “tratamento” cujas opções de mudança corporal são delineadas de antemão conforme o binarismo de gênero, a heteronormatividade e a cisgeneridade, onde prevalece a cirurgia de “redesignação sexual”. Ainda nesse aspecto, restringe o acesso a procedimentos como a hormonioterapia e depilação facial. E, além disso, lhes restringe o acesso às mudanças de registro civil. Na trajetória de vida de Beatriz estão presentes todas estas restrições, e neste capítulo darei ênfase a elas.

Também irei contemplar a contextualização de algumas das políticas de saúde brasileiras que compuseram o campo de possibilidades em que a trajetória de Beatriz acompanhou em seu projeto individual pela busca de seu desejo em realizar a cirurgia, assim vou retomar a discussão sobre o acesso à saúde pública sem o diagnóstico ao final do capítulo. Por ora, já foi contextualizada a situação atual do diagnóstico, resta então localizar que Beatriz foi “diagnosticada” em 07 de abril de 2009, quando vigiam os critérios do DSM-IV.

Assim, no próximo item deste capítulo vamos entender o percurso de sua trajetória partindo de onde ela partiu para alcançar estas políticas de saúde: de seu projeto pela busca de sua cirurgia, que marca seu primeiro contato com o movimento LGBT institucionalizado em Juiz de Fora. Posteriormente abordarei sua entrada definitiva no Processo Transexualizador na cidade do Rio de Janeiro e como isto suscitou o início de uma rede informal onde Beatriz mediava a relação entre pessoas trans de Juiz de Fora e o atendimento no HUPE, em uma negociação com casos de constrangimentos e a distância do atendimento. E, depois que recebe

seu “laudo” – como Beatriz chama o diagnóstico – trago sua imersão em uma disputa com o poder judiciário que perpassa por seu outro projeto individual, o de se tornar militante.

### **1.1 O início da busca de Beatriz pela cirurgia: a festa de formatura e o Movimento Gay de Minas**

Beatriz, em nossa primeira entrevista em 09 de dezembro de 2011, ao referir-se a sua infância me contou como interpretou um momento que passou na escola em relação à sua autopercepção como pessoa transexual: *“Fui me ver como mulher na puberdade. Quando criança era um menino tímido, nasci em Belo Horizonte e logo depois fomos morar no nordeste. Tinha vergonha do meu corpo com meninos, com meninas não”*. Narrou que num banho de mangueira durante a pré-escola, ao ter que trocar a *“sanguinha”* e *“biquininho”* na frente de todos, ficou desorientada em despir-se diante deles. Disse-me depois de ter contado o episódio: *“Já estava aqui dentro!”*.

Apesar de dizer que detestava jogar bola, para ela: *“Brincadeiras que são de menino e de meninas não definem gênero. Minha família não me podia por brincar de boneca”*. O preconceito já sentira na pré-adolescência quando: *“Por volta dos meus 13, 14 anos já me via transexual, reprimia muito meu desejo por medo de apanhar na escola”*. Confessou ter medo dos meninos e dos homens. Disse: *“Eu desejava eles, mas tinha medo.”* Na vida dela, quando me contou em 2011 com 30 anos, falou que *“ficou”* duas vezes, uma aos 26 e outra aos 27, disse: *“Meu primeiro beijo foi horrível, mas nem sei saber por quê”*. Comentou nestas duas situações: *“Fiquei longe das pessoas. Não queria que outras pessoas vissem, não me arrependo, mas hoje não faria de novo.”*

Neste sentido Beatriz não demonstrava uma essencialização de uma identidade de gênero feminina, isso é notado na forma como se vê em relação às brincadeiras da infância e a posição de sua família. Ela prioriza contar episódios de constrangimento e de medo da discriminação, principalmente no período escolar. E também se repreendia pelo medo de expressar seu desejo por homens, que reverberou em não tornar explícitos os seus próprios relacionamentos.

E, mais ainda, não pesava sobre ela o fato de sentir-se “*errada*”, sua vontade era “viver plena”. Esta convicção torna-se explícita na forma como se expressava com sua família. Em nossa primeira entrevista contou que seu irmão, três anos mais velho: “*Implicava comigo queria que eu fosse um menino, queimou meu cabelo. E tacava as coisas em mim! Não só quando criança, mas na adolescência também.*” Quanto ao seu pai falou: “*Meu pai implicava muito comigo, apesar de nunca ter dito ‘vira homem menino’ me falava implicitamente. Encarar meu pai me deu certeza que eu era assim. Nunca me senti errada, envergonhada, eu era daquele jeito.*” [Beatriz, 09 de dezembro de 2011]

Beatriz, nesta mesma entrevista, lembrou-se de um evento que viveu de forma angustiante, porque se viu obrigada a usar um traje formal masculino. Foi quando recebeu o convite de uma amiga para sua cerimônia de formatura no curso de Direito. Beatriz não estava se sentindo “*adequada visualmente*” para ir de vestido. Expressou pra mim que achava a gravata um “*símbolo fálico*”, e que vestir terno era o “*ápice do masculino*”. Ao arrumar-se com o traje, suas amigas disseram que ficara muito bem e comentaram o que Beatriz me repetiu: “*que se era pra eu desmunhecar que eu desmunhecasse entre quatro paredes*”. Revelou pra mim que: “*a festa foi linda, mas me senti como um espantalho, horrível!*”. Resolveu então a partir daquele momento usar mesmo “*roupas andrógenas*”, comprou um “*tênis plataforma da Sandy*” e começou a usar calças de modelo “*pantalona*” ela disse “*que eu sentia que era uma saia, sempre fui romântica*”.

Sobre essa situação da formatura do Direito explicou-me, em outra entrevista de 12 de julho de 2012, que teve que alugar o terno o que ocasionou a curiosidade de sua família, Beatriz disse: “*Eu trouxe o terno, todo mundo aqui em casa queria me ver de terno eu não deixei. Vesti na casa de uma amiga minha na época*”. Beatriz ainda explicou mais detalhes sobre como se sentiu na festa de formatura da amiga e como gostaria de ter se sentido: “*Não aproveitei a festa, não curti em nenhum momento, aquela roupa estava me incomodando. E eu via as meninas de vestido, as minhas amigas de vestido, maquiagem, cabelo e vestidos longos e... Nossa, assim, e eu queria estar daquele jeito e não podia*”.

Beatriz quando tomou esta decisão estava com 25 anos, e quanto ao fato de vestir-se de forma “andrógina” eu a questioneei por que. Ela já havia me dito que não podia se vestir como queria, pois não se sentia “*adequada visualmente*”. No entanto existiam elementos mais específicos pelos quais explicitou em outra entrevista. Eles acabaram demarcando de forma mais precisa sua autopercepção enquanto trans e seu desejo por mudanças:

*Porque eu não queria me travestir<sup>34</sup>, né? Eu sempre soube que se eu fizesse isso, se eu chegasse a esse ponto, na hora em que eu tivesse que tirar aquilo tudo, eu ia voltar a ser o que? A minha aparência seria o que? Masculina. Então assim seria pior porque você viver o que você... Eu num sei se vou conseguir explicar... Você estar adequada visualmente ao que você é e depois você desmontar aquilo tudo e voltar a realidade, é pra mim... Que sou trans seria um choque. Então eu comecei, aos poucos, nesse momento a pensar, eu não quero viver assim. Eu quero operar, eu quero ser uma mulher inteira. Eu não quero me travestir. Eu e o que quero ser, envolve um tratamento hormonal, transformação do corpo, né? É... Seios... É... não ter pelos no rosto, não ter barba, que são características femininas que o tratamento oferece, então eu fui procurar a cirurgia. [Beatriz, 12 de julho de 2012]*

Enfim, Beatriz não se sentia confortável com a ideia de “voltar a ser” ou “ter a aparência masculina”. E a partir disto foi delimitando seu vir a ser trans: o desejo de operar, ser “mulher inteira”, “tratamento” hormonal, transformação do corpo e não ter pelos no rosto. Vale ressaltar, no entanto, que aquela Beatriz de 2005, ano em que aconteceram essas situações que a Beatriz de 2011 e 2012 narrou, segundo esta última, aquela não tinha conhecimento sobre o “tratamento”, nem sobre o termo “transexual”, apenas sabia da possibilidade da cirurgia. Isso pode ser entendido a partir da continuidade de sua fala após a sua vivência da festa de formatura no fim do ano de 2005 quando ela decidiu buscar a cirurgia:

*Foi quando por coincidência, comentando com uma amiga minha que eu tinha vontade... Porque realmente eu não podia pensar nisso pra depois, eu queria agora, né? Que eu fiquei sabendo que a cirurgia estava sendo feita pelo SUS no Rio Grande do Sul. E eu pensei: Gente! Me deu um ânimo, porque eu não tinha condição financeira, se fosse juntar dinheiro pra isso eu ia fazer... Eu não ia ter perspectivas de tão cedo fazer a cirurgia e não ia conseguir aguentar. Ela me contou. Eu falei: Então gente! Deve ter algum outro lugar, uma outra cidade, que faça essa cirurgia mais próximo de Juiz de Fora, né? Foi quando eu procurei o MGM e... Lá ... [Beatriz, 12 julho de 2012]*

Assim Beatriz via a possibilidade de realizar a cirurgia como uma oportunidade ou favor por não poder arcar com as despesas, não como um direito como cidadã (BENTO, 2014:71), mesmo que em 2005 ainda não houvesse sido instituído o Processo Transexualizador, embora a cirurgia de transgenitalização já fosse descriminalizada (no próximo item trabalho melhor essa questão). Esta percepção de Beatriz é demonstrada também por um misto de gratidão e prestígio, exibidos em uma fotografia que tem em seu quarto com o urologista da equipe do Processo Transexualizador do HUPE.

Quando Beatriz buscou e foi atendida pelo Movimento Gay de Minas, num primeiro momento, em virtude da proximidade das férias de fim de ano, foi orientada a voltar no início do ano de 2006. Então, retornando ao MGM naquele ano indicado, Beatriz me contou como

---

<sup>34</sup> Quanto a este verbo “travestir”, é preciso explicitar que Beatriz não se referia ao termo “travesti”. Na vivência de minha interlocutora tal verbo coaduna-se ao verbo “montar-se” e por isso mesmo, mais aos termos “transformista” ou “drag queen”.

foi recebida, iniciando sua fala se justificando de ter ido lá em virtude da qualidade de referência LGBT

*Isso porque eu pensei, lá eles devem ter um, eles poderiam estar me indicando um local, mais próximo, né? Por ser uma ONG LGBT. Só que eles não souberam me informar. Só souberam falar sobre a transexualidade em si o que era, né? O X. [um dos membros da diretoria] imprimiu várias matérias sobre transexualidade. Depoimentos de pessoas trans, e como a cirurgia era feita e tal. Basicamente como as pessoas se viam e se descobriam trans, tal. Isso daí nunca me importou, nunca precisei de uma referência assim, quando eu me vi assim, não foi porque eu vi uma pessoa igual a mim: “Ah eu sou assim, igual aquela pessoa!” Tem gente que fala: “Ah eu descobri quando me falaram da Roberta Close !” Então não. **Eu não sabia... Eu não conhecia o termo, né? Transexual.** Eu fiquei conhecendo lá no MGM, antes disso eu não conhecia, sabe? **Eu sabia que eu queria fazer a cirurgia, e que a cirurgia era possível de ser feita!** Então, comecei a frequentar o MGM porque **eles ficaram de tentar saber, né?** Onde era feita e tal. Porque eu não tinha acesso a internet, computador. Hoje em dia você joga isso na internet, você acaba descobrindo, né? E você acaba descobrindo os **centros de referência** do país e, na época, eu não tinha acesso e eu nem sei se isso estava na rede também”. [Beatriz, 12 de julho de 2012]*

Aqui abro um parêntesis para ressaltar que a procura de Beatriz pelo Movimento Gay de Minas em 2005 revela por estas falas como ele se constituía como único ponto de referência para as pessoas da cidade de Juiz de Fora. Porque foi o primeiro lugar que Beatriz pensou em procurar informações. O MGM<sup>35</sup>, fundado no ano de 2000, se estatuiu como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIP), consta em seu Estatuto que a palavra “gay” tem uma amplitude, visto que tal denominação

*Refere-se ao estado de Minas Gerais e à **diversidade de orientações sexuais** contidas no conceito original inglês da expressão “gay” e engloba **gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros**. O MGM acredita na construção de um mundo sem preconceitos e discriminação em relação à orientação sexual. (ESTATUTO MGM) [grifo meu]*

Não obstante a esta amplitude, ela se restringe a ideia de “orientação sexual”. O termo “transgêneros”, não contemplaria, portanto a ideia de “diversidade de gênero” ou “identidade de gênero”. MGM, no Capítulo II artigo 4º de seu Estatuto

*Constitui finalidade fundamental do Movimento Gay de Minas - MGM a **defesa da liberdade de orientação sexual**, especificamente a homossexual, a promoção da cidadania dos homossexuais e a defesa dos seus direitos humanos. (ESTATUTO MGM) [grifo meu]*

Apesar disso, e de Beatriz não ter conseguido a informação que precisava, ela conseguiu ter acesso e conhecer o que viria a ser “transexual”. Mas também não ficou satisfeita, não houve

---

<sup>35</sup> As informações sobre o Movimento Gay de Minas (MGM) foram retiradas de seu estatuto.



afinidade dela com os depoimentos que leu. E, pela insatisfação, mas também por ser o único local de referência, permaneceu na situação de frequentadora para buscar mais informações, inclusive via internet<sup>36</sup> que naquela época era um bem inacessível em termos de classe, principalmente. No entanto, foi no convívio com frequentadores do MGM que ela conseguiu informações relevantes que a levaram a um contato no Sistema Único de Saúde de Juiz de Fora que pode a orientar.

*Mas, enfim, comecei a frequentar o MGM. E durante o ano de 2006 eu conversando com uma pessoa lá, ele comentou que outra pessoa que trabalhava com ele conhecia um homem trans. E que seria operado no Rio de Janeiro, que fazia tratamento hormonal, e que era de uma cidade próxima daqui, né? E que fazia terapia, inclusive fazia terapia lá no MGM. E ele me falou desta pessoa e tinha outra pessoa que acompanhava ele, uma Assistente Social<sup>37</sup> do PAM Marechal<sup>38</sup> que encaminhou ele para o Rio de Janeiro pro hospital de referência. E esse... Gente fugiu o nome dele agora, essa pessoa que comentou, né? Me deu o telefone da Assistente Social do PAM e me deu o endereço e tal, pediu pra eu procurar ela, pois poderia estar me ajudando, né? Pra tá ingressando no programa para a cirurgia. [Beatriz, 09 de dezembro de 2011]*

Nas próximas subpartes deste capítulo serão apresentados os desdobramentos desta indicação pelo funcionário do MGM dos contatos vinculados à inserção de Beatriz no Sistema Único de Saúde (SUS) de Juiz de Fora e como esta inclusão lhe permitiu alcançar o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE) na cidade do Rio de Janeiro, lugar habilitado a realizar a cirurgia de transgenitalização devido à configuração de estratégia: uma rede informal entre Beatriz e funcionárias do SUS.

## **1.2. A passagem para o “laudo”, de Juiz de Fora á cidade do Rio de Janeiro**

Como explicitiei no item anterior, Beatriz, frequentando o MGM no ano de 2006, segundo ela, depois de meses sem o movimento “tocar no assunto”, soube da existência de um homem trans, inclusive fazendo terapia psicológica pela OCIP. E obteve o contato de uma Assistente Social do PAM efetiva do SUS de Juiz de Fora que foi quem o havia encaminhado para o Rio de Janeiro. Essa, segundo Beatriz, “engajada” Assistente Social era vinculada ao

<sup>36</sup> No próximo capítulo eu tocarei melhor nesta dimensão da internet.

<sup>37</sup> Durante o texto desta dissertação omitirei o nome desta pessoa apenas substituindo por Assistente Social, ou do PAM, ou do COAS, sigla que logo será explicada.

<sup>38</sup> Pronto atendimento médico localizado no centro da cidade de Juiz de Fora, em específico na rua homônima Rua Marechal Floriano.

Centro de Orientação e Apoio Sorológico Prevenção (COAS)<sup>39</sup> que a encaminhou para um Urologista de Juiz de Fora<sup>40</sup> que por sua vez deu mais detalhes para Beatriz do caso do homem trans que estava acompanhando.

Beatriz ainda tomou conhecimento por meio deste Urologista de Juiz de Fora da possibilidade de terem ocorrido cirurgias de transgenitalização em Belo Horizonte, no Hospital das Clínicas. Beatriz chegou a se deslocar por sua conta para a capital mineira, para constatar a informação. Soube *in loco*, porém, que tal cirurgia era feita apenas em clínicas especializadas e particulares, portanto não haveria a cobertura dos gastos pelo SUS, e ela não teria como arcar os custos.

Beatriz disse-me ter voltado de lá: *“Murchinha, murchinha, porque achei que não ia conseguir no Rio.”* Mas, por meio da mesma Assistente Social do COAS, soube que o SUS poderia cobrir sua passagem e o “tratamento”. Porém, ainda assim, Beatriz teria de arranjar um alojamento por sua conta e também ela mesma marcar a consulta. Mas, enfim, o mês de abril de 2007 marca sua entrada definitiva para atendimento no programa de urologia do HUPE.

No ano de 2007 o HUPE realizava as cirurgias de transgenitalização por meio de sua equipe de urologia com base em resoluções do Conselho Federal de Medicina. No Brasil, como bem lembra Jaqueline Gomes de Jesus (2014), nosso Código Civil, no Capítulo II relativo aos direitos da personalidade, em seu artigo 13º consta: “Salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes”. Jesus (2014:8) conclui que: “Tal posicionamento, aparentemente cauteloso, é um obstáculo à plena liberdade de uso do próprio corpo, submetendo a garantia dos direitos humanos e coletivos de pessoas, em especial as trans, ao alvedrio de profissionais de saúde e de operadores do Direito”.

---

<sup>39</sup> “Inicialmente foi implantado o Centro de Orientação e Apoio Sorológico (COAS) sendo inaugurado em 1º de dezembro de 1995, Dia Mundial de Luta contra AIDS. Em 28/09/1996, foi inaugurado o Serviço de Assistência Especializada. - SAE, com a finalidade de prestar assistência as pessoas HIV positivas e seus familiares. Em 2001, a Coordenação Nacional DST e Aids, propôs a mudança de nome dos 197 COAS existentes no Brasil para CENTRO DE TESTAGEM E ACONSELHAMENTO - CTA, considerado mais consonantes com as atividades desempenhadas. O serviço tem como princípios organizacionais à acessibilidade; a gratuidade; agilidade; a resolutividade; confidencialidade e anonimato. Atualmente o Programa DST/Aids realiza a sorologia anti-HIV e VDRL (sífilis) e hepatites virais, conforme o fluxograma recomendado pelo Ministério da Saúde, através do Laboratório Central do SUS/JF. Realiza também a contagem de CD4/CD8 e carga viral dos pacientes soropositivos (exames realizados no laboratório Macrorregional DST/Aids do Programa, que é referência para Zona da Mata e Região)”. Disponível em: [https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/saude/aids\\_dst/programa.php](https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/saude/aids_dst/programa.php). Acesso em: 27 de janeiro de 2016.

<sup>40</sup> Do mesmo modo em que me utilizei da profissão para nomear a assistente social prosseguirei assim com este médico, Urologista de Juiz de Fora.

Dessa forma apenas o Conselho Federal de Medicina (CFM), com aval da lei brasileira em 1997, pode descriminalizar<sup>41</sup> a cirurgia de transgenitalização pela Resolução CFM 1492/97<sup>42</sup>. Beatriz foi beneficiada por esta resolução ao ser indicada e aceita para o “tratamento” do Hospital Universitário Pedro Ernesto. Ela foi ainda mais beneficiada por sua revogação – Resolução CFM 1652/2002<sup>43</sup> – quando o CFM retirou o caráter experimental da neocolpovulvoplastia – tipo de procedimento cirúrgico para o seu caso – embora mantivesse este mesmo caráter para o tipo neofaloplastia – caso dos homens trans, caso optem pela cirurgia. Muito embora esta revogação de 2002, em detrimento dos homens trans, segundo SANTOS e ALMEIDA (2015:83) tenha instituído “assimetrias entre o modelo assistencial dirigido a mulheres e homens transexuais no país que se mantém até o presente momento e manteve o caráter patológico da transexualidade inalterado”.

Sob esta égide do CFM, somente em 2008, o Ministério da Saúde expede duas portarias, a primeira do dia 18 de agosto, Portaria nº 1.707<sup>44</sup>, que instituiu o Processo Transexualizador no âmbito do SUS. E a segunda, expedida no dia seguinte, em 19 de agosto, Portaria nº 457<sup>45</sup> que regulamenta este mesmo processo. Beatriz, então, estava em seu segundo ano de “tratamento” no HUPE quando estas duas portarias começaram a vigor. Este hospital foi credenciado pelo Ministério da Saúde, conforme as exigências da Portaria nº 457, juntamente com mais três que necessariamente tinham que possuir o caráter de Ensino.

Assim as prescrições da Resolução CFM 1652/2002 que configurariam na implementação do Processo Transexualizador exigiam

Art. 4º Que a seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de **equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social**, obedecendo os critérios abaixo definidos, após, no **mínimo, dois anos de acompanhamento conjunto**:

1. Diagnóstico médico de transgenitalismo;
2. Maior de 21 (vinte e um) anos;
3. Ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia.

<sup>41</sup> Digo descriminalizar porque a Resolução do CFM 1.492/97, em uma de suas considerações entende que a cirurgia de transformação plástico-reconstrutiva da genitália externa, interna e caracteres sexuais secundários não constitui crime de mutilação previsto no artigo 129 do Código Penal, visto que tem o propósito terapêutico específico de adequar a genitália ao sexo psíquico;

<sup>42</sup> Resolução CFM 1492/97 Disponível em: [http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/1997/1482\\_1997.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/1997/1482_1997.htm). Acesso em: 27 de janeiro de 2016

<sup>43</sup> Resolução CFM 1652 Disponível em: [http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1652\\_2002.htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1652_2002.htm). Acesso em: 27 de janeiro de 2016

<sup>44</sup> Portaria MS nº 1.707 agosto de 2008 Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707\\_18\\_08\\_2008.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html). Acesso em: 27 de janeiro de 2016

<sup>45</sup> Portaria MS 457 de 9 de agosto de 202. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457\\_19\\_08\\_2008.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2008/prt0457_19_08_2008.html) Acesso em: 27 de janeiro de 2016.

Então, para que Beatriz alcançasse a cirurgia, era preciso que passasse por essa avaliação. Contudo, Beatriz me relatava que não era assim que acontecia, havia muitas disputas dentro do HUPE que não possibilitavam a multidisciplinaridade. Beatriz relatava que os setores de psiquiatria e da equipe cirúrgica da urologia eram os mais envolvidos. Também era evidente que, embora estivesse uma psicóloga na equipe, seu atendimento se tornava não funcional em virtude da disparidade da relação entre a distância do Rio e a frequência requisitada para o acompanhamento. Quanto à assistência social, Santos e Almeida (2015) forneceram uma análise que corrobora com a vivência de Beatriz, antes de 2010 este setor só era funcional para questões burocráticas referentes ao Tratamento Fora de Domicílio (TFD), que envolvia o pedido de financiamento de passagens para quem não residia na cidade do Rio de Janeiro.

Como forma de demonstrar uma parte deste atendimento à Beatriz, recorro a uma narrativa sua sobre o início de suas consultas com o Psiquiatra do HUPE. Quando ela ainda não fazia uso dos hormônios, como já demonstrei, seu vestuário estava *andrógino*, e isso levou o psiquiatra a levantar dúvidas quanto à transexualidade dela. Berenice Bento (2005) chama a atenção para a exigência dos protocolos médicos com relação à estética apropriada para o gênero apropriado:

Nas negociações efetivadas com a equipe médica e com o contexto hospitalar sobre o masculino e o feminino, a forma como o/a candidato/a se apresenta é um dos indicadores mais importantes na determinação dos graus de feminilidade /masculinidade que cada um possui (BENTO, 2005:178).

Dessa maneira Beatriz narra que por conta deste *visual andrógino* então, passou pelo crivo do psiquiatra em relação ao seu grau de feminilidade e ela explicou-me como esclareceu esta questão para ele:

*Meu visual realmente era andrógino, então, quando eu comecei o tratamento o psiquiatra falou que eu era andrógino. Mas não falou com aquele tom de crítica, só comentou: 'eu te vejo muito mais andrógina, em termos visual'. Mas aí eu acho que depois disso eu comentei com ele que eu só ia me sentir confortável em estar adequada visualmente depois que eu tivesse primeiro, um pouco de peito, mais formas, né? Porque eu sempre fui muito magrinha, o corpo muito reto. E foi dito e feito conforme os hormônios foram agindo no meu corpo, fui passando a usar blusas femininas. E de acordo com meu corpo, como eu ainda não usava sutiã, eu usava camisetas femininas mais básicas sem nenhum decotinho e tal ... Pra não tá também muito destoando, né? Só fui usar sutiã quando eu já estava com um pouco de peito. Aí sim eu passei a me vestir mais próximo do que... Como é que eu posso dizer... Do que eu sou: uma mulher. E isso foi gradativamente e hoje estou mais próxima ainda, estou usando vestido, usando saia embora eu não tenha feito o laser no rosto. Eu já*

*estou me permitindo usar roupas bem femininas apesar de ter essas características masculinas que são a barba e o pomo de Adão. [Beatriz, 12 de julho de 2012]*

A propósito ainda do atendimento multidisciplinar, quanto ao setor de endocrinologia que deveria compor aquele quadro da Resolução CFM 1652/2002 Beatriz contou-me:

*É muito importante a gente ter um atendimento com um endocrinologista. Porque ele que trata destas questões hormonais. É o profissional mais capacitado pra isso, o endocrinologista. E no programa [referindo-se ao programa de urologia do HUPE, que na época já consistia como “Processo Transexualizador”] a gente não tem. E a que tem aqui [Juiz de Fora] não tem interesse. É complicado!” [Beatriz, 23 de agosto de 2012]*

Então em 2008, quando Beatriz iniciou seu “tratamento” hormonal, agora pelo Processo Transexualizador, a prescrição não foi feita pela especialidade médica endocrinológica e, sim, pela urologia.

Quanto á terapia psicológica, também prescrita pelo CFM, Beatriz havia começado em 2006 no MGM, mas não se deu bem com o psicólogo que era o mesmo daquele homem trans, sobre isso disse: *“Se entendiam... Homens né? Nem sei! Não gostava do psicólogo da postura dele.”*

Assim, para suprir este terapeuta e não ficar dependente da distância do Rio de Janeiro, Beatriz questionou a Assistente Social do COAS se haveria alguém que poderia lhe atender. Assim lhe indicou uma psicóloga que trabalhava pelo Serviço de Atendimento Especializado (SAE). Quando ela e Beatriz se encontraram para discutir esta possibilidade, a Psicóloga do SAE confirmou que teria como atendê-la, mas a perguntou se não ficaria constrangida, visto que sua função ali era noticiar a presença do vírus HIV às pessoas que necessariamente seriam seus pacientes. Minha interlocutora não viu empecilhos e prontamente começou as seções, desde aquele mês de maio de 2008 e até hoje é sua psicóloga.

Dessa forma Beatriz viveu o início da implementação do Processo Transexualizador no SUS por meio de sua admissão no HUPE e pode vivenciar as dificuldades práticas que tal empreendimento suscitou como a efetiva constituição de uma equipe multidisciplinar. E algumas destas barreiras foram sendo superadas por meio de ações localizadas em Juiz de Fora num esforço, que começou a se fazer perceber nesta fase de 2007 a 2009, consequência da constituição de um vínculo entre Beatriz, a Assistente Social do COAS e a Psicóloga do SAE. Como apresentarei adiante, essas barreiras tinham especificidades relativas às pessoas de Juiz de Fora que tinham que se deslocar até o Rio de Janeiro para realizar o atendimento no HUPE. A primeira delas era que ambas funcionárias do SUS já mencionadas supriam a nível local dois

setores daquela equipe multidisciplinar prevista pela Resolução CFM 1652/2002, os âmbitos da assistência social e da psicologia.

E uma segunda barreira superada por um contato constante entre estas duas e Beatriz – embora a Assistente Social do COAS tenha se aposentado no ano de 2012 – era em relação ao deslocamento propriamente dito destas pessoas para atendimento no HUPE. A dinâmica então, se processava de uma maneira conforme surgiam outras pessoas trans a procura do Processo Transexualizador, ao entrarem em contato com a Assistente Social do COAS ela, por sua vez, às indicava para a Psicóloga do SAE e, concomitantemente, apresentava-as para Beatriz com o propósito de se fazerem conhecer e trocar experiências quanto o atendimento no HUPE.

Beatriz se dispunha a esta função realizando uma intermediação entre estas novas pessoas trans e o atendimento do SUS em Juiz de Fora, e principalmente para o encaminhamento delas para o Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), ela interpretava essa ponte como uma forma de militância. Na mesma conversa com Beatriz com a qual abri este capítulo, ela me explicou como era sua atuação como militante diante de um Brasil em que religiosos interferem na política: *“Milito de uma forma assim, digamos é... fugiu o termo agora. Vinculada a uma ONG, a um grupo, né? Digamos assim, em causa própria. E de quem passa pelo mesmo que eu passo. Por sentir isso na pele”*. (Beatriz, 12 de julho de 2012)

Aos poucos Beatriz foi se tornando conhecida e conhecendo muitas pessoas trans, ela *“colocava a cara a tapa”* como ela se referia a atitude que pessoas trans deviam ter. Por isso empenhou-se em auxiliar na conexão entre essas duas instâncias, porque este traslado de Juiz de Fora para a cidade do Rio de Janeiro envolvia o cadastro do Tratamento Fora de Domicílio (TFD) de Juiz de Fora, com setor próprio em uma sala no PAM-Marechal. E, ainda, a viagem até a cidade do Rio e a necessidade de localizar o e no HUPE.

Sendo que a relevância do papel de Beatriz não está só na conexão e deslocamento propriamente ditos, mas no enfrentamento de situações de constrangimento. Para entender este enfrentamento, no ano de 2012 eu a acompanhei em uma das vezes em que ela foi ao TFD de Juiz de Fora para apanhar uma requisição de passagens. Quando chegamos defronte da porta da sala do setor, havia um senhor fazendo o atendimento alocado em uma mesa bem diante da entrada. No entanto, Beatriz passou batido o ignorando e já foi direto para outra sala no interior daquela, onde, aí sim, pediu atendimento a uma funcionária. Feitos os trâmites, fiquei sem entender porque ela havia ignorado o funcionário bem em nossa frente, quase barrando a entrada. Assim a perguntei sobre isso e pude entender a possibilidade de amparo que outras

peças trans poderiam ter pelas experiências de Beatriz no lidar com setores da saúde pública. O tal funcionário, segundo ela, tinha já se mostrado por duas situações “preconceituoso” e “babaca”, ela me contou alguns dos acontecimentos.

O primeiro foi quando um casal, já conhecido por ser “escandaloso” entre os funcionários – e pela própria Beatriz – solicitou de uma forma incisiva o uso do nome social<sup>46</sup> na requisição de passagens para a companheira, a isso aquele funcionário respondeu que “iriam rir da cara dela” no guichê onde pegaria a passagem. Beatriz comentou então pra mim: “Claro que não iriam rir da cara dela, o nome estaria adequado á imagem dela!”.

Outro caso também contado por Beatriz, mas que ela não vivenciou, foi quando uma outra mulher trans, estava aguardando ser atendida e entre os que estavam na fila de espera, uma senhora comentou para quem quisesse ouvir: “Nossa que moça ombruda. Que tratamento ela faz?”. Ao que a funcionária só disse que ela viera pegar passagem pra tratamento no Rio. Sobre essa resposta Beatriz disse e continuou me contando:

*Simples assim. Porque não se pode ficar expondo a vida da outra pessoa. Funcionário público não pode ficar espalhando a vida do paciente pra qualquer um, pra ninguém, né? Aí o cara lá de dentro gritou que ela ia fazer “cirurgia de mudança de sexo”. A senhora ficou revoltada e falou: “Sangue de Jesus tem poder! Deus vai queimar esta repartição toda!” Ficou revoltada porque ela dever ter pensado: “Como assim vocês estão atendendo este tipo de gente?”. Como se a gente não fosse ser humano, e não tivéssemos os mesmos direitos. [Beatriz, 23 de agosto de 2012]*

Assim Beatriz se colocava sempre a disposição de fazer companhia às pessoas trans quando se viam na necessidade de serem atendidas por esses setores, e que se viam em grande possibilidade de viver constrangimentos como esses. Reforçando ainda mais o sentido das conexões promovidas por Beatriz retomo o TFD para frisar que este serviço ligado à saúde pública, garante o direito ao usuário do SUS que se tratar fora da cidade onde reside de um acompanhante na viagem, assim Beatriz se solidarizava em assumir este papel. Enquanto isso, ao mesmo tempo, novas amizades surgiam ao guiar essas pessoas pelos caminhos das pedras até a entrada no processo transexualizador do HUPE. Como ainda existia o costume das pessoas de Juiz de Fora que estão neste processo combinarem entre si, de se ajudarem, na marcação de

---

<sup>46</sup> Instituído no âmbito do SUS pela Portaria MS nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, que dispõe sobre os direitos e deveres do usuário da saúde, entre eles o direito do nome social. Em seu artigo 4º, inciso I - identificação pelo nome e sobrenome civil, devendo existir em todo documento do usuário e usuária um campo para se registrar o nome social, independente do registro civil sendo assegurado o uso do nome de preferência, não podendo ser identificado por número, nome ou código da doença ou outras formas desrespeitosas ou preconceituosas.

consultas no HUPE que só poderiam ser feitas lá na cidade do Rio, assim aproveitavam a viagem uma das outras.

Inclusive em uma das viagens que fez com um amigo trans ao HUPE no ano de 2012, Beatriz me convidou para ir como sua acompanhante visto que ambos consultariam no mesmo dia e havia vaga para mim. Era o mês de novembro, e pude ter a experiência da jornada da viagem, entender a necessidade da ajuda que Beatriz poderia oferecer. Descrevo tal jornada rapidamente aqui para ilustrar esta necessidade.

Primeiramente, a viagem era de madrugada, no ônibus de 02:00 horas saindo Juiz de Fora destino cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de se chegar o mais cedo possível para o início do atendimento no HUPE. Em Juiz de Fora ainda, isto significava pegar duas conduções para chegar à rodoviária, uma do bairro de Beatriz até o centro e outra do centro para lá. Os horários de chegada à rodoviária de Juiz de Fora e a partida do ônibus para o Rio não coincidiam. Inclusive fomos mais cedo porque a mãe de Beatriz dizia que sair do bairro dela mais tarde era “*perigoso*”. Então, chegamos a rodoviária por volta das 23:00 horas e aguardamos cerca de três horas para embarcarmos.

Embarcados no ônibus em direção ao Rio, cerca de duas horas e meia transcorriam de estrada e, ao desembarcarmos, as 04:45 horas tínhamos que esperar o dia amanhecer na rodoviária, porque ali estávamos mais protegidos. Isso correspondia cerca de uma hora, para então, sairmos em direção ao terminal do município carioca que não era muito longe. Fomos a pé, enfrentar uma fila e pegar o ônibus até Vila Isabel, bairro do HUPE, e por fim, chegar lá e aguardar o atendimento.

Além da prestatividade e companhia para este trajeto tão cansativo, pude perceber a solidariedade envolvida nos embarques tanto de ida quando do retorno no ato dela e de seu amigo de trocarem as carteiras de identidade, em vista dos gêneros impresso nos nomes. E em relação á este documento ainda, uma vez Beatriz foi usar o banheiro da rodoviária da cidade do Rio de Janeiro, ao que o atendente lhe perguntou: “*Você é homem ou é mulher? Deixa eu ver sua identidade.*” Beatriz reclamou pra mim que ele não tinha o direito de lhe pedir a identidade e ainda mencionou que ao retornar e sentar-se ao lado do amigo o atendente perdeu a coragem de insistir ou lhe fazer algo pior, porque sabia que estava acompanhada, por fim me disse: “*Coisas que a gente passa que já me acostumei mas que ainda machucam.*”



No próprio HUPE, em maio de 2009, portanto seguramente sobre a vigência tanto da Portaria MS nº 457/08 quanto da Portaria MS nº 1820 de agosto de 2009, ocorreu outro constrangimento que ela também presenciou. Este seu amigo foi internado para realizar a mamoplastia masculinizadora<sup>47</sup> e Beatriz estava o acompanhando. Quando ele foi realizar a internação a recepcionista ignorou seu nome social que constava entre parêntesis em seu cartão e o chamou pelo nome feminino. Segundo Beatriz, a recepcionista: *“Riscou o nome dele e falou que essa pessoa não existe!”*. E isso se repetiu em uma segunda internação dele no HUPE e com a mesma recepcionista. E ainda esta recepcionista fez deboche com Beatriz referindo-se a “ela” como “ele”, e a chamou pelo nome masculino, como se a tentasse a todo tempo. Mesmo assim Beatriz me confessou não ter ido denunciar ponderando: *“O que a gente da conta a gente dá! Ficar insistindo na denúncia só aumenta o desgaste por causa da cirurgia”*.

Também no HUPE, Beatriz contou que mesmo sendo direito de todos usarem o banheiro respectivo, houve queixa de uma mulher por minha interlocutora se utilizar do banheiro feminino. Indignada ela me questionou: *“Qual constrangimento eu posso causar para uma mulher num banheiro feminino? Tinha portas o sanitário e o chuveiro, sempre me portei como uma mulher!”*

Estas situações enfrentadas por Beatriz e por pessoas trans que buscavam o atendimento em Juiz de Fora e no HUPE, explicitam porque muitas delas desistem de procurar ajuda médica inclusive para outras finalidades que não relativos á transexualidade em si.

---

<sup>47</sup> Pelas palavras de Luciano Palhano em entrevista para página NLucon é possível compreender a consolidação desta demanda por esta cirurgia: “Fiz a minha cirurgia em 2008, na época, a mamoplastia, ainda chamada pela categoria médica de mastectomia, era apenas experimental. E não podia ser realizada em clínicas particulares. Fiz a minha cirurgia clandestinamente e o meu cirurgião, me fez prometer que não divulgaria seu nome sob o risco de perder seu registro no CRM”. (<http://www.nlucon.com/2016/03/luciano-palhano-homens-trans-morrem.html>)

Os movimentos ativistas de homens trans no Brasil organizaram-se inclusive em torno desta demanda, um deles, o “IBRAT [Instituto Brasileiro de Transmasculinidades], através de seus ativistas, participou de conquistas importantes para toda a população de travestis, mulheres transexuais e homens trans no Brasil, dentre elas podemos destacar:

Mamoplastia masculinizadora (retirada de mamas) e histerectomia total (retirada de ovários e útero)

No dia 3 de setembro de 2010, o Conselho Federal de Medicina (CFM) publicou uma nova resolução sobre a assistência a transexuais no Brasil (Resolução 1.955/2010). A partir desta data o CFM passou a considerar que os procedimentos de retirada de mamas, ovários e útero no caso de homens transexuais deixavam de ser experimentais, podendo ser feitos em qualquer hospital público/e ou privado que siga as recomendações do Conselho. Antes disso, a realização de qualquer uma dessas cirurgias para homens trans, mesmo na assistência privada, era considerada mutilação, exceto em caráter experimental. Participou desta conquista o companheiro Alexandre Peixe dos Santos, membro fundador e atualmente coordenador Regional Sudeste do IBRAT”. (Revista Geni: <http://revistageni.org/07/homens-trans-da-invisibilidade-a-luta/>).

Retornando um pouco ao atendimento de Beatriz no HUPE, passados o tempo mínimo de acompanhamento psiquiátrico estipulado pelo Conselho Federal de Medicina, ou seja, dois anos de Beatriz ter realizado sua entrada naquele atendimento do programa de urologia do HUPE – que posteriormente, em 2008, veio a ser designado por Processo Transexualizador – foi em 07 de abril de 2009, ela estava com 28 anos, que o setor de perícias da unidade docente assistencial de psiquiatria do HUPE emitiu seu “diagnóstico médico de transgenitalismo”, ou, o “laudo”, como ela costumava falar. Para Beatriz tratava-se do passaporte para cirurgia, ou melhor, para fila da cirurgia.

Sobre este processo cirúrgico e a importância deste documento, ela comentou já em nossa primeira entrevista em dezembro de 2011: *“Teoricamente com o laudo você tem acesso a cirurgia.”* Descreveu ainda: *“Em meu procedimento pós-cirúrgico são dois dias sem se movimentar com tampão. Mas toda transformação por mais que esteja preparada é dolorosa. E só no terceiro dia é que posso ingerir alimentos”*. Mesmo com essas restrições ela falou mais sobre seu desejo pela cirurgia: *“É o que mais quero. E cada vez mais eu estou lidando com isso com mais naturalidade”*. E sobre os ensinamentos acerca do acompanhamento da mamoplastia masculinizadora daquele seu amigo afirmou: *“Foi bom para o meu crescimento, sempre fui uma lady.”*

O próximo tópico se dedica a trajetória de Beatriz após seu diagnóstico, quando ela considera ter conseguido também o passaporte para tentar efetivar outros direitos em uma saga com o poder judiciário, primeiro a gratuidade da hormonioterapia pelo SUS que vai contar ainda com o apoio daquela rede informal construída com a Assistente Social do COAS e de sua Psicóloga do SAE, no caso desta última em especial, para o processo com entrada em 2012 do laser para a retirada dos pelos faciais. Como ainda a entrada de seu processo de retificação de nome em 2011.

### **1.3. O “laudo” garante direitos?**

Não obstante ao entusiasmo de Beatriz por seu diagnóstico, foi justamente por conta da ansiedade gerada por ele que no final daquele mesmo ano de 2009, Beatriz assumiu por ocasião de nossa primeira entrevista: *“Eu entrei em crise depressiva por conta da espera. Porque sou forte, mas tenho sangue nas veias! Sou ser humano! Eu tinha vontade de morrer, pânico... E*

*culpa por não conseguir sentir a felicidade*". Marcou então psiquiatra em Juiz de Fora ressaltando que *"não é todo profissional que tem capacidade de atender esse público"*.

Por indicação dele começou a tomar anti-depressivos dos quais faz uso até hoje. E ainda enfatizou outro aspecto que colaborou com sua recuperação foi a religião: *"Sou de família católica apostólica romana mineira! Credo! Não quero isso pra minha vida, é uma hipocrisia tão grande. Me encontrei no espiritismo que junto com o psicólogo, psiquiatra, médicos me ajudou muito."* Por um momento parou pensou e por fim disse uma fala meio solta da conversa: *"Eu estaria bem se tivesse o laser."*

Beatriz então viveu este momento de depressão, dentre outros motivos pelo fato de que, embora tenha recebido finalmente o "laudo", passaporte para sua cirurgia, teria que conviver com a angústia de aguardar na fila a sua vez. Um pouco desta angústia pode ainda ser percebida nesta mesma entrevista de dezembro de 2011 em que ela dizendo que continuava indo ao HUPE uma vez por mês, foi me dando detalhes da cirurgia e as estratégias dos funcionários responsáveis por organizar as chamadas da fila, e a despeito delas Beatriz já sabia a sua colocação na espera: *"tem que saber que a estrutura não será a mesma, que a funcionalidade e o prazer serão ressignificados. Os profissionais do processo não revelam informações sobre a fila de cirurgias para evitar a ansiedade dos pacientes, ou terem que por urgência, colocar alguém na frente. Mas ouvi dizer que sou a sétima"*.

Ainda nesta mesma entrevista, de dezembro de 2011, Beatriz fornece mais aspectos sobre sua convivência tensa com a espera, lembrou que estava na fila desde abril de 2009, e que estava *"controlando a ansiedade o tempo todo"*. Descreveu: *"Eles ligam um mês antes para parar o tratamento hormonal porque ele raleia o sangue"*. Confessou que saber que operaria ano que vem, no caso em 2012, já a tornava feliz mesmo que não tivesse certeza da data, em suas palavras: *"É uma satisfação pessoal me sentir inteira como mulher, não é por inclusão social ou namoro, ao contrário da barba."* Completa: *"Não me prendo a rótulos, mas a sociedade rotula! Aí eu acabo me rotulando! Ser vista como homem é inadmissível!"*

Por outra perspectiva o "laudo" para Beatriz não se restringia a ansiedade da (in)certeza da espera pela cirurgia, como foi colocada sua fala. Mas com o "laudo" do Processo Transsexualizador, Beatriz estaria habilitada para acionar a justiça para requerer de forma gratuita aqueles outros procedimentos que listou na sua fala no início deste capítulo, para a transformação corporal que ela almejava mais: a hormonioterapia e a depilação a laser dos pelos faciais.

Assim já no ano de 2009, procurou pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais o fornecimento gratuito do hormônio e do inibidor de testosterona, e conseguiu naquele ano mesmo. No ano de 2011 deu entrada ao seu processo de retificação de nome do registro civil, que veio a se concretizar apenas em 2016. E no ano de 2012 a requisição da depilação facial definitiva a *laser*, pela Defensoria Pública da União, que conseguiu realizar em 2013. Segundo Beatriz, ela foi a primeira transexual do Estado de Minas Gerais a ter acesso gratuito à hormonioterapia, e abriu precedente jurídico para que outras pessoas conseguissem a depilação facial a *laser*, como foi o caso de uma das mulheres trans que conheceu pela Assistente Social do COAS.

Passarei a tratar agora de cada um destes processos, mas não em ordem dos anos de entrada e sim relativos aos anos da decisão. Assim, o primeiro processo aberto por Beatriz foi para a hormonioterapia em 2009, e naquele ano mesmo lhe foi assentido o direito. Destoando de outras vivências trans que começam a fazer uso dos hormônios femininos por conta própria e quando são mais jovens, Beatriz só utilizou destes medicamentos quando possuía 27 anos, ou seja, após sua admissão no HUPE. Os primeiros hormônios foram prescritos pelos urologistas do HUPE em 2007 já que, como foi visto, não havia atendimento de endocrinologista. Estes do início da possibilidade de acesso foram comprados por ela mediante ajuda de sua mãe e de uma amiga cisgênero dos tempos de escola. Apenas depois do “laudo” em abril de 2009 é que ela pode requisitar da justiça o fornecimento gratuito deles.

Contudo, além disso, para que Beatriz pudesse dar prosseguimento à ação judicial era preciso que a sua prescrição do hormônio e do inibidor de testosterona fosse feita por um médico de Juiz de Fora. Foi a Assistente Social do COAS que articulou essa receita médica com o mesmo urologista que atendeu Beatriz no início de seu contato com o SUS de Juiz de Fora. Inclusive tal urologista de Juiz de Fora, segundo Beatriz, era conhecido do médico coordenador da equipe de urologia do HUPE. Assim, mais uma vez, apenas em virtude de uma rede informal e por estratégias também informais, foi possível dar andamento ao processo que, naquele ano mesmo de 2009, deu ganho de causa a Beatriz. Sendo que ela foi a primeira trans a conseguir pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais o acesso gratuito via SUS a estes medicamentos.

O segundo processo que vou tratar teve um desfecho diferente, tanto pelo fato de ter havido recorrência quanto pela recepção na mídia. Ela o abriu no início de 2012 e sua resposta ao processo foi positiva. Já em 23 de maio de 2012 a Defensoria Pública do Município de Juiz

de Fora intimou o secretário de saúde da mesma cidade para fazer cumprir o procedimento. Contudo o município recorreu, e assim o desejo de Beatriz de realizar a cirurgia já sem a “barba” não foi efetivado, sua cirurgia ocorreu em 25 de janeiro de 2013, e apenas no mês de março iniciou as sessões finalizando-as em maio de 2013.

Este processo de Beatriz foi recepcionado de forma negativa pela mídia, em específico por um jornal online que realizou uma matéria já encabeçada com uma comparação infeliz, e ainda a tratando pelo artigo masculino: “Enquanto muita gente aguarda uma vaga no Sistema Único de Saúde (SUS) para fazer exames e cirurgias, por exemplo, **um** transexual de Juiz de Fora conseguiu na justiça o direito de fazer um tratamento de depilação a laser para retirar pelos do rosto”<sup>48</sup>.

No entanto, além de negativa a reportagem é equivocada, ao invés de ter que questionar Beatriz tornando injusta a conquista dela ao direito à saúde, visto que pela ótica da reportagem esta conquista se deu em detrimento de uma outra parcela da sociedade carente dos serviços de saúde. A reportagem deveria questionar o próprio SUS pela não capacidade de atendimento adequado a toda população que necessita de seus serviços, inclusive atender demandas de setores sociais mais invisibilizados, dentre outros a própria população trans.

O que denota o cunho moral ao que a reportagem se pautou. Viés moral que reflete, mais uma vez, na atitude de desistência de pessoas trans em buscar atendimento no sistema de saúde, ou fazer uso de outros serviços públicos. Justamente porque tal moralidade fomenta atitudes como da recepcionista do HUPE e do funcionário do TFD. Lembro que Beatriz me ligou para contar desta reportagem muito angustiada e revoltada.

O terceiro processo, é o da retificação do nome de registro aberto por Beatriz em 2011 e até hoje sem resultado definitivo. Por isso aqui darei saltos temporais de 2011 a 2016 para a análise deste processo, assim relembro que foi neste período, no ano de 2014, que ela começou a participar dos grupos de militância VisiTrans e Coletivo da diversidade sexual e de gênero Duas Cabeças . Assim, vale ressaltar que em 2014, o Escritório Escola do curso de Direito da UFJF, em virtude dos desdobramentos do envolvimento de Beatriz no VisiTrans, se ofereceu para prosseguir com esse seu processo e assim o retirou das mãos de seu advogado público ficando sobre os cuidados do mesmo professor e advogado que participou ao lado de Beatriz

---

<sup>48</sup> Jornal Alterosa: “Transexual vai fazer tratamento a laser pelo SUS”. Disponível em: <http://www.alterosa.com.br/app/belo-horizonte/noticia/jornalismo/ja---1ed/2012/06/20/noticia-ja-edicao,17008/transexual-vai-fazer-tratamento-a-laser-pelo-sus.shtml>. Acesso em: 20 de dezembro de 2015.

de uma mesa de debates<sup>49</sup> no auditório da faculdade de Direito e Serviço Social da UFJF organizada pelo Coletivo Duas Cabeças em dezembro de 2014.

Inclusive é uma fala de Beatriz marcada por ser sua primeira participação de em um debate, no caso ela ocorreu na UFJF a convite do Coletivo Duas Cabeças como membra tanto deste coletivo, como do VisiTrans. A partir desta sua fala quero destacar os pedidos de perícia requisitados pela promotoria à Beatriz para a concessão de sua retificação do nome nos registros civis. Foram perícias médicas tanto psiquiátrica e ginecológica, como ainda perícia de avaliação psicossocial. Segue o desabafo de Beatriz naquela mesa:

*Eu já abri processo para a retificação do nome e a justiça não tem nada que regulamentize a pessoa operar e mudar o nome, não. A gente depende do juiz e infelizmente aqui em Juiz de Fora, os juízes não estão preparados para levar esses casos, esses processos. Eu entrei em 2011, já tinha o laudo psiquiátrico, já estava... Visualmente já era uma mulher, tinha todas as declarações: de provar que eu não tenho nome sujo, de que eu não tenho fixa criminal, que eu sou uma cidadã, digamos, que eu não tenho nenhuma pendência e a juíza disse... A primeira coisa que ela disse é que se ela me desse a retificação do nome eu sofreria mais constrangimento porque eu seria um homem num corpo de mulher, tá? [de ironia] Concediam a mudança do nome quando a pessoa passasse pela cirurgia, tudo bem. Me operei no ano de 2013 anexe o laudo médico que eu estava operada e tive que passar por uma perícia psiquiátrica para saber se eu tinha sanidade mental para requerer mudança de nome, sendo que o laudo já estava anexado... Por um especialista em transexualidade! E depois ela pediu uma perícia médica para saber se eu tinha características sexuais compatíveis com o sexo feminino, eu já estava operada, já tinha! Poxa seria muito mais fácil marcar audiência. Depois disso, passei por todas essas experiências, agora estou aguardando uma perícia psicossocial da justiça, porque eu já tenho da minha Psicóloga do SAE a 6 anos, da Assistência Social do COAS também a 7 anos. [...] E eu fico assim gente, quando eu apresento os documentos não é O NOME DE REGISTRO<sup>50</sup> que está ali que assina, não é. É a Beatriz. Eu fico assim: “Poxa, como assim? Eu estou totalmente transicionada, né? Toda digamos documentada, laudos médicos e psicológicos e psiquiátricos... Não cometi um crime para fugir da justiça, eu acho isso muito louco... Ai eu penso: “Poxa, as pessoas – só para concluir – as pessoas, o ser humano tem a cabeça, as pessoas tem lá as interferências no corpo, os halterofilistas, as pessoas ... As pessoas tatuam, as pessoas mechem no rosto, as pessoas fazem coisas hoje em dia que antigamente todo mundo assim: Poxa, como assim? E essas pessoas não precisam de laudo psiquiátrico, não precisam de aprovação de ninguém, né? Porque que eu preciso? Porque eu tenho que provar a todo momento que eu sou a Beatriz, que biologicamente eu não sou mais um homem, que sou uma mulher. Eu defendo todo direito de uma pessoa transexual e travesti a ter o nome adequado a sua identidade e o gênero também, porque a identidade de gênero é uma coisa que só pertence a gente, acho que ninguém deva estar opinando. Bom como a gente tem que avançar, e eu sou otimista, por isso que eu estou aqui, né? E eu acredito que um dia a gente*

<sup>49</sup> Especialistas discutem vivências trans em evento do anfiteatro de Estudos Sociais. Disponível em: <http://www.ufjf.br/secom/2014/12/11/especialistas-discutem-as-vivencias-trans-em-evento-no-anfiteatro-de-estudos-sociais/>.

<sup>50</sup> Ao invés de criar um nome de registro fictício para Beatriz, quando ela o menciona irei me referenciar textualmente desta forma.

*vai conseguir conquistar essa autonomia que já existe na Argentina*<sup>51</sup>. [Beatriz, dezembro de 2014]

No dia da perícia psicossocial, no início do ano de 2015 me ofereci para acompanhá-la, não pude entrar com ela, mas fiquei próxima da sala aguardando. Houve um momento em que as vozes lá dentro se exaltaram e depois de transcorrido mais alguns minutos Beatriz saiu. Eu quis saber como havia sido, ela estava meio irritada, as vezes se falasse ficaria mais tranquila. E foi o que acabou acontecendo. Ela me disse que apenas a assistente social pode atendê-la e que marcariam depois com a psicóloga.

Beatriz também disse que se exaltou quando viu que o nome pelo qual deseja a retificação estava errado, porque seu prenome é composto, e o seu segundo nome está no gênero masculino e simplesmente ele havia sido extirpado sem ter sido consultada, ao que ela se exaltou respondendo que era conhecida pelos dois nomes e queria manter os dois além do sobrenome. Outro ponto é que foi questionada se ela possuía namorado, possivelmente em uma tentativa de buscarem validação para sua transexualidade nos termos de uma heterossexualidade compulsória.

A assistente social perita ainda a indagou se os seus pais a “aceitavam”, ao que Beatriz disse que sim, mas falou comigo que isso seria indiferente, já que, por exemplo, se uma pessoa trans cujos pais não a aceitam quisesse fazer a retificação do nome, iria depender desta aceitação. Mas ela respondeu na perícia que seus pais a “aceitavam”. Posteriormente por conta da resposta positiva de Beatriz a esta questão a assistente quis marcar uma conversa com seus pais. Beatriz a princípio disse na perícia que falaria com a sua mãe para estar indo, mas que seria difícil por ela trabalhar. Quando Beatriz contou pra mim isso, falei com ela que estavam podendo sua autonomia, que por todas as perícias que ela havia passado, principalmente a perícia ginecológica que eu havia julgado como uma das mais invasivas, não havia mais o que provar. Ela ficou meio ressentida a princípio, mas depois assentiu.

Após todas essas situações a que Beatriz foi submetida, em fevereiro deste ano de 2016 houve um convite para uma banca de defesa de monografia no curso de Direito da UFJF sobre “a luta de pessoas transgênero perante o Poder Judiciário”<sup>52</sup>. Lá conheceu duas professoras do curso de Direito da UFJF, ambas estavam envolvidas com alunos do Núcleo de Assessoria

---

<sup>51</sup> Estrangeiros na Argentina podem trocar de gênero na identidade. Disponível em: <http://www2.stf.jus.br/portalStfInternacional/cms/destaquesNewsletter.php?sigla=newsletterPortalInternacionalNoticias&idConteudo=230872>.

<sup>52</sup> Assim que estava escrito na publicação da fotografia registrando a defesa no *facebook*.

“Gabriel Pimenta”<sup>53</sup>, e ao ouvir os apuros de Beatriz em relação ao seu processo de retificação de nome, sugeriu de realizar uma manifestação em frente ao Fórum contra a morosidade de seu processo. A outra se colocou a prontidão de também ajudar.

Beatriz comentou comigo e também me coloquei a disposição, e ela ficou de averiguar se o Coletivo Duas Cabeças iria assentir á ideia. Ela queria que acontecesse no dia 8 de março, dia Internacional das Mulheres para aproveitar que o centro estaria movimentado por conta disto. O Coletivo concordou em colaborar, Beatriz contatou a mídia juiz-forana para fazer a cobertura. E fomos nós todos.

Quando cheguei já estavam todos diante do Fórum, uns quatro membros do Coletivo Duas Cabeças, quase o mesmo número de membros do NAJUP- “Gabriel Pimenta” Direito, entre eles a aluna que confeccionou a monografia já mencionada e também aquela professora que havia se colocado disponível. A professora mesmo que sugeriu a manifestação chegou posteriormente, especificarei mais adiante quando tivemos que ir ao Ministério Público. E, ainda, a mãe de Beatriz e, inclusive, o pai dela passou por lá para participar da cobertura da mídia. Ficamos em silêncio até que a gravação da reportagem acabasse, isso durou cerca de uma hora. E assim que começamos a fazer uso de apitos e de palavras de ordem, passaram talvez cinco minutos e logo já avistamos um senhor saindo do fórum acompanhado de um policial.

O policial de farda e boina e o senhor com uma capa preta quase arrastando no chão, devido tanto a sua estatura quanto ao tamanho do traje, e, bordado de vermelho no braço direito na altura dos ombros havia uma balança, símbolo da justiça. Dirigindo-se a nós o homem trajado com a capa aberta mostrando sua roupa cotidiana, blusa gola polo e calça jeans perguntou: *“Quem é o responsável pela desta manifestação?”*

Beatriz um pouco intrigada, mas com o olhar tranquilo nos entreolhou disse pra nós: *“Sou eu, né?”* E voltando-se para o homem o respondeu: *“Sou eu!”*. Ele só respondeu: *“O diretor do fórum quer falar com o responsável! Mas só o responsável!”* E eu pensei, ao mesmo tempo que falei, para os mais próximos: *“Vamos entrar todo mundo!”*. As pessoas se voltaram

---

<sup>53</sup> Como está descrito em sua página na internet: “É um Núcleo de Assessoria Jurídica Popular organizado por estudantes e profissionais da cidade de Juiz de Fora, com o objetivo de atuar na luta pela efetivação dos Direitos Humanos e na defesa dos direitos de grupos sociais marginalizados e subalternizados na cidade e região, por meio de métodos alternativos ao exercício tradicional do Direito, como a Educação Popular e o apoio, articulação e assessoria jurídica de modo a contribuir para o empoderamento de movimentos sociais e organizações populares”. Disponível em: <https://najupgp.wordpress.com/>. Acesso em: 06 de abril de 2016.



pra mim, e julgaram esperar Beatriz se manifestar e nos chamar. Por fim, acharam melhor um grupo ficar e outro entrar, também porque alguns dos meninos estavam de bermuda e este tipo de traje é proibido naquele estabelecimento. Nós que entramos subimos de elevador para o segundo andar e ficamos aguardando a conversa de Beatriz com o diretor do Fórum praticamente na porta da sala.

Quando ela saiu já veio comunicando: *“Ele defendeu ela [referindo-se a juíza responsável pelo julgamento de seu caso]. E falou para eu ir conversar com a escritã dela lá em baixo na vara!”* Nós fizemos isso, quem nos atendeu foi uma secretária que depois de ouvir que queríamos falar com a escritã, pediu que aguardássemos um pouco pois ia chama-la. Assim que ela chegou, a professora do Direito solicitou o processo, e para este acesso Beatriz teve que fornecer seus documentos de identidade requisitados pela Escrivã.

Ali foi constatado, pelos alunos do direito e pela professora, que havia partido do Ministério Público a solicitação, em 8 de maio de 2015, das mesmas certidões do início do processo: negativa de feitos da Justiça do Trabalho; negativa dos cartórios distribuidores de protestos desta Comarca; negativas do SPC e SERASA e negativas dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais desta Comarca. Ou seja, todas as certidões que Beatriz já havia entregado teriam de ser atualizadas. E os mesmos acharam este pedido indevido.

E, devido a isso, nos dirigimos ao Ministério Público, e fomos em um grupo menor, algumas pessoas do Coletivo tiveram que ir embora, mas todos do Direito permaneceram e ainda, aí sim, somou-se a nós aquela professora de Direito que havia sugerido a Beatriz a manifestação. Ao chegamos lá adentramos todos, éramos nove pessoas, e ficamos todos de pé com a promotora em sua sala para extrairmos explicações com relação às certidões e a morosidade do processo. Assim aconteceu uma conversa, cujo conteúdo será posto aqui, que foi iniciada pela professora que estava recém chegada entre nós que lançou a primeira pergunta relativa à morosidade do processo, e obtive a seguinte resposta da promotora:

*“Antes o processo dela estava na Vara de Registro Civil Comum, e eu não sei como foi parar na Vara de Registro Público para a Vara da Família, a da Família a pouco tempo atrás a Dr<sup>a</sup>. Juíza<sup>54</sup> estava com dificuldade com funcionário, tinha funcionário de férias, funcionário de licença, funcionário que sai para ter neném... Essas coisas assim, é uma pena. As vezes anda rápido, mas tem hora que não anda. O processo dela é mais um na vara comum. Quer dizer, se você não anda atrás, e tem a burocracia... O processo não acaba, mas tem que acabar”. [Promotora, dia 08 de março de 2016]*

---

<sup>54</sup> Seguindo a lógica dos outros nomes que evito mencionar, ao invés de criar nomes fictícios uso do cargo ocupado pelas pessoas.

Assim a conversa que vai se desenrolando foi protagonizada pelas professoras e pela promotora muito embora Beatriz tivesse feito algumas poucas colocações, bem pertinentes que são utilizadas pelas professoras durante suas argumentações. No entanto, muitas das vezes a promotora usa de sua posição institucional para interromper falas e deslegitimar os argumentos antes mesmo de serem colocados. Assim segue o restante da conversa:

*Professora 1: Então perfeito, é possível então, por exemplo a assessoria jurídica fazer uma petição solicitando então o julgamento. Porque na verdade, os documentos já foram ...*

*[Foi interrompida]*

*Promotora: Se estiverem juntados eles mandam pra mim eu dou o parecer, e a juíza dá a sentença se tiver tudo no lugar. Aí tem que conversar lá na vara. Para poder ver o que está acontecendo. Nem precisa fazer a petição, você vai lá e conversa, tem jeito de mandar. Agora confere se estão todos lá porque as vezes o povo fala: 'Ah juntei tudo!'. Aí infelizmente esqueceu um que era de fato especial.*

*Professora 1: Mas aí com...*

*[Foi interrompida]*

*Promotora: Você... Como boa promotora de justiça eu brigo mesmo porque quero as certidões todas. Porque olha, não é errado. A gente pega réu na justiça criminal, pega gente com nome protesto no SPC ou no SERASA. Porque as pessoas as vezes só troca de nome pra poder dar cana nos outros.*

*[Beatriz entra pela primeira vez na conversa sem conseguir interromper a fala da promotora que continua falando junto com ela]*

*Beatriz: Mas estas pessoas queriam mudar de sexo?*

*[Há uma rápida pausa para a resposta que denota a necessidade de um exercício de reflexão para prosseguir na resposta]*

*Promotora: Não, qualquer pessoa. Imagina ...*

*Beatriz: Porque no meu caso...*

*[A promotora não deixa Beatriz terminar e continua a fala]*

*Promotora: Você não imagina a quantidade de gente, é muita gente. Isso não tem nada a ver com você trocar de sexo. Como você quer também trocar de nome você cai na vara comum de todos os outros.*

*[Professora 2 começa também a argumentar]*

*Professora 2: Mas, por exemplo, quando você analisa o conjunto, né? Onde se apresenta principalmente esta demanda da identidade de gênero, que nem a Beatriz, você vê aqui que é uma mulher. Quando a gente trata com o mesmo olhar da questão do registro, fica com uma sensação que você cria um estereótipo que, por exemplo, a pessoa que quer fazer a mudança, necessariamente quer fazer esta fraude, e quando você ...*

*[Foi interrompida]*

*Promotora: Não, não cria. Só que como os outros acontecem numa mesma esfera acaba todo mundo entrando em uma vara comum.*

*Professora 2: Mas você diz assim, todas as outras pessoas querem fazer cirurgia de mudança de sexo?*

*Promotora: Não, todas as pessoas que querem mudar de nome.*

*Professora 2: Perfeito.*

*Promotora: Ela quer mudar o nome de Registro<sup>55</sup> para Beatriz, não é isso?*

*Professora 2: Isso.*

*Promotora: Então ela está trocando. Então conforme ela está trocando todos tem o mesmo pedido. Igual o João que quer virar Joana. Ou igual a Joana que quer virar Joana D'arc. Tem gente que quer tirar o Aparecida porque acha feio. Ah meu nome é Maria Eterna, detesto o Eterna... Então tem que pegar as certidões da Maria Eterna. Então, nada a ver com o sexo.*

*Professora 2: Foi bom a vinda aqui, porque era mais para entender assim, que se fosse um fator realmente só desta questão do registro esta sua preocupação é de fato muito importante, sabe? Que realmente tem a questão de segurança. Só que assim esta análise que fizemos do processo, a gente ficou sem a sensação de que ele estava correndo. Porque na verdade você entra nesta lógica de quem só entra para mudar o nome e trás para cá também quando é uma pessoa que esta assim... Não tendo dignidade por causa disto. E aí todos estes pedidos...*

*Promotora: Mas eu quero é que ela tenha, agora o processo as vezes demora até as certidões demoram, as pessoas ficam sem entender o porque, mas é isso.*

---

<sup>55</sup> Novamente usei caixa alta como recurso para não criar um nome fictício masculino de registro civil para Beatriz, mas foi a este nome masculino de registro o usado pela promotora.

*Professora 2: Porque assim é um entendimento mesmo divergente, as pessoas não tem porque exigir esta documentação quando é o caso específico...*

*[Foi interrompida]*

*Promotora: Exijo porque eu sou promotora de registro público e eu vejo as coisas acontecerem. O que não é o caso dela.*

*Professora 1: Pois é, mas na verdade o que a Beatriz alega é que, no caso dela, em que é claramente configurada a intencionalidade na medida em que ela muda o sexo e quer correspondência entre o nome e o seu sexo. De um modo geral quem planeja uma fraude contra o sistema social não é o caso.*

*[Alguns alunos comentam juntos concordando]*

*Promotora: Mas não obstante isso tem gente que faz.*

*Aluno: É, mas até agora não se tem conhecimento.*

Quando a promotora vai retrucar esta fala do aluno, ela se protege alegando que somente a competência institucional dela tem acesso a informações que atestam sua preocupação com as certidões e para isso usa o jargão do “segredo de justiça”. Como se não fosse o suficiente, sua colocação demonstrou toda a contrariedade que processos como de Beatriz exercem sobre sua conduta, que se demonstra pautada na cisgeneridade como única alternativa possível para a identidade de gênero:

*Promotora: Mas tem, você não tem conhecimento porque é segredo de justiça. Eu tenho muita dificuldade, e não é preconceito quando a pessoa quer trocar o nome, mas não quer trocar o sexo. **Eu fico pensando como é que fica uma carteira de identidade com um nome feminino e está lá sexo masculino.** Mas será que isso também não é preconceituoso, não é o sexo que troca?*

Nós ficamos inquietas incomodadas com a colocação da promotora até que Beatriz então, acostumada com os constrangimentos pertinentes á portar tal documento de identificação e sabedora de quais informações civis nele consta, retrucou:

*Beatriz: A carteira de identidade não tem sexo é só o nome.*

A promotora tenta consertar o estrago embora ainda relutante, isenta Beatriz da sua colocação infeliz sobre sua “dificuldade” de entendimento com a finalidade de voltar ao argumento de uma morosidade intrínseca ao sistema judiciário, a que Beatriz responde com um “urrrum” incrédulo:

*Promotora: Mas na certidão de nascimento tem. Mas não é o seu caso. Mas se fosse o seu caso também, o que importa é que você está feliz. Agora infelizmente*

*pra chegar nessa felicidade total você tem que percorrer este caminho. O processo demora.*

*Beatriz: Unrrum.*

E ainda com o argumento focado naquela morosidade intrínseca, a promotora anexa mais um argumento que provoca nas professoras uma reação de ir de encontro à desconstrução do mesmo:

*Promotora: Ainda mais que no caso dela que ela fez a cirurgia no curso do processo, entendeu? **Porque quem já chega com a situação pronta não é um processo demorado.***

*Professora 2: Outro dia eu até estava conversando isto com minha mãe, uma aluna minha estava contando sobre uma pesquisa muito bacana que fez um recorte de todas as decisões de toda região sudeste, dos recursos dos tribunais regionais, colocando esta questão. **E assim, já está mudando muito esta questão, e nem está precisando da cirurgia. Então assim, a Beatriz para ter se submetido a isso para começar o pedido já não era correto, né?** E aí quer dizer, ela tem que fazer porque ainda se tem esta mentalidade ainda.*

*Professora 1: Existe um controle social muito intenso ainda né? Inclusive no **campo médico** sobre o poder da vontade do ser social.*

*Promotora: **De qualquer jeito, a gente está com o pensamento em evolução. Isso a gente pode ver porque não existia um processo destes a 15 anos atrás, não tinha. Hoje você já tem amanhã vai ser uma coisa banal.***

*Professora 1: **Eu também acredito que amanhã a pessoa vai querer mudar o nome mas não necessariamente mudar o sexo. Que na verdade é uma outra opção.***

A outra professora começa a falar junto aos alunos que falavam entre si, a promotora aproveita para se desvencilhar da conversa faz um comentário que não disse muita coisa e já interpela a secretária para fornecer as informações que ela mesma não detém sobre o processo de Beatriz:

*Promotora: Assim como vai existir **gente querendo mudar o sexo e não mudar o nome. Ou o que for mais importante pra ela.** Mas o processo dela é ... A minha secretária aqui que vai saber ...*

*Secretária: Se vierem todas certidões que foram pedidas, comprovando assim que não tem nenhum processo criminal contra ou que não tem nenhuma dívida ou que ... Alguma coisa assim. Tá pronto para o parecer.*

As professoras tiraram mais umas dúvidas quanto a paginação do processo e depois veio uma dúvida que mereceu ser registrada, não só pela oportunidade que a promotora teve de reiterar a importância de seu pedido das certidões, mas também para demonstrar certa contradição na fala da promotora que uma hora se isenta de responder por outras varas que não a sua, mas depois declara saber sim sobre qual parecer todas seriam favoráveis:

*Professora 2: No geral quando chega este tipo de pedido, chegam muitos? Como é que tem sido a visão do MP sobre isso?*

*Promotora: **Pra trocar o nome? A gente tem dado parecer favorável, desde que tenham as certidões, tenha todo o procedimento.***

*Professora 2: Então é visto como um pedido que tem embasamento jurídico.*

*Promotora: Isso não tem dificuldade não.*

*Professora 2: **Então o MP abraça também essa questão.***

*Promotora: **É mas o MP sou eu aqui, você tem 4 varas de família. Na minha vara são 3 promotoras, eu trabalho com 60% dos processos. E por acaso eu peguei o processo dela. Então eu não posso falar por todos. Mas eu tenho a impressão que todo mundo troca, troca o sexo e troca o nome, tá?***

*Professora 2: Ah que bom!*

*Promotora: Eu não vejo dificuldade.*

*Todos nós vamos organizando nossa saída e a promotora se dirige a Beatriz como forma de frisar os dois argumentos principais de sua fala, a necessidade das certidões e a morosidade intrínseca á justiça:*

*Promotora: Pega as certidões porque não é para ser demorado. Só que o seu processo demora, porque infelizmente a justiça demora mesmo.*

*Beatriz: Então é para eu ir lá e pegar todas certidões de novo?*

*Promotora: Não, não. Só as que estão faltando para o processo.*

Neste final de conversa da fala da promotora a sua negativa foi efusiva ao se dirigir a Beatriz como se ela não tivesse entendido o que havia sido discutido ali até então.

No dia seguinte ao ato e a esta conversa com a promotora, Beatriz, retornou á Vara de Família com a aluna que havia feito a monografia para retirar mais algumas cópias do processo para análise. E cerca de três semanas depois disto seu defensor, o advogado do Escritório Escola, contata Beatriz para lhe dizer que uma das certidões que ele providenciou e protocolou na entrega não estava nos arquivos daquela vara. E assim ela publica no *facebook*:

*Querid@s , algo muito sério e suspeito aconteceu dentro do Fórum de Juiz de Fora MG. Ontem à tarde o meu advogado me ligou dizendo que a certidão negativa trabalhista que faltava para a promotora e a juíza se posicionarem sobre o meu processo de retificação de nome e gênero desapareceu dentro do Fórum, ele protocolou a mesma para que fosse anexada ao processo e quando ele foi ao Fórum*

*para ver se a promotora e a juíza já tinham se posicionado ele foi informado que a certidão não tinha chegado aonde deveria chegar. Muito suspeito isso, digo isso porque no dia 8 de março fiz uma manifestação junto de meus pais, amigos, companheiros de militância e algumas professoras do curso de direito da UFJF para pedir que a Vara se posicionasse a respeito do meu processo de retificação de nome e gênero na minha certidão de nascimento, pois o processo já está no quinto ano sem nenhuma posição tanto da juíza quanto da promotora. A imprensa local cobriu a manifestação!!! Digo suspeito, pois na hora da manifestação fui intimada pelo diretor do Fórum para conversar a sós com ele e escutei do mesmo que a juíza que está com o meu processo é íntegra, trabalhadora, honesta, e que a mesma já pegou vários processos de retificação de nome e gênero e que concedeu as mudanças sem hesitar. E a juíza veio falar comigo no dia seguinte da manifestação quando fui ao Fórum para pedir cópias do processo, e ela se defendeu a todo momento, disse não ter preconceito, de ter feito vários cursos sobre “LGB... LGB...” e me perguntou o restante das siglas, e disse também que o processo está demorando não por causa dela e sim porque estou sendo mal assessorada pelo meu advogado e que se eu apresentasse a certidão que desapareceu dentro do Fórum ela iria se posicionar!!! [Beatriz, 02 de abril de 2016]*

Diante de avanços no atendimento da demanda trans no acesso a saúde com a implantação do Processo Transexualizador em 2008, e de suas redefinições e ampliação devido à Portaria MS 2.803 de 19 de novembro 2013, o caso de Beatriz mesmo que tenha demonstrado certo avanço nas requisições para as transformações corporais, nota-se que no âmbito jurídico foi preciso mobilizar uma manifestação política para cobrar a abertura para a demanda trans, principalmente a de retificação de nome civil. Desta forma se Beatriz tinha se feito acreditar que o “laudo” era um passaporte para sua garantir seu direito ao acesso gratuito à transformação corporal sobre quais consequências isto se deu? A espera, os deslocamentos e os constrangimentos respondem. E o mesmo pode-se dizer sobre sua nova documentação civil que foi alcançada depois de cinco anos.

Desta forma no último item deste capítulo trago a análise de pontos ao longo dele suscitados, problematizando a relação entre o Processo Transexualizador e a demanda pela despatologização da transexualidade para analisar em que termos a autonomia de Beatriz se torna possível.

#### **1.4. Processo transexualizador: entre a patologização e a autonomia trans**

Como foi colocado por Beatriz desde o início deste capítulo por suas próprias palavras em 2011 e 2012, o diagnóstico patológico da transexualidade se trata de um mal necessário diante das ameaças conservadoras de religiosos fundamentalistas para o acesso gratuito, via SUS, para os procedimentos de transformação corporal. No entanto foi visto ao longo deste

capítulo que esta perspectiva tem três aspectos a serem analisados. Primeiro que Beatriz nutria um sentimento de gratidão pela possibilidade de realizar a cirurgia gratuitamente não a via como um direito garantido de acesso a saúde. Segundo que as ameaças dos religiosos se tratavam mesmo de um plano político de poder, como deixarei mais claro no próximo capítulo. E por último sua fala entoava a polaridade mente e corpo constituidora do sentimento de “inadequação” construído pelo dispositivo que classificou e tornou patológica a transexualidade.

Ao mesmo tempo, tendo por base a trajetória de vida de Beatriz, foram abordados limites do Processo Transexualizador em relação a sua normativa de funcionamento médico-administrativo. Como foi visto, de acordo com o que vigeu na sua entrada no HUPE, é exigido pela Portaria 457 de 19 de agosto de 2008, a formatação de uma equipe médica e psicossocial, ou seja, interdisciplinar e multiprofissional, neste sentido o primeiro limite percebido foi que esta integralidade da atenção em saúde teve falhas, principalmente em relação a endocrinologia. E, por isso, ocasionou uma rede informal em Juiz de Fora na atenção básica, entre psicóloga e assistente social com Beatriz para a indicação de um especialista, um endocrinologista apto para receitar a hormonioterapia de Beatriz para que conseguisse o acesso pelo SUS.

O que denota que as pessoas trans que fazem uso deste serviço de saúde, não só em Juiz de Fora, mas da região, dependem da boa vontade e influência de determinadas funcionárias, não só por causa dos mecanismos de referência e contra-referência previstos também na portaria 457 do Ministério da Saúde ou no SUS de uma forma geral, porque somam-se a esse argumento os casos de constrangimento relatados por Beatriz, e a necessidade dela pra intermediá-los, como também a ignorância quanto a portaria do nome social por outros funcionários. Que, por conseguinte, demonstra mais uma vez a ineficiência das normativas em relação a integralidade da mesma portaria 457 em seu artigo 3º, inciso I, item b: “Na humanização da atenção, promovendo um atendimento livre de discriminação, inclusive através da sensibilização dos trabalhadores e demais usuários da unidade de saúde para o respeito às diferenças e à dignidade humana”.

Neste sentido foi que houve a instituição da Portaria 1820 de 13 de agosto de 2009, que reforçava a integralização por meio da humanização ao garantir o direito ao uso do nome social por usuários da saúde, e por isso consta na nova Portaria nº 2803 de 19 de novembro de 2013



do Processo Transexualizador em seu artigo 4º inciso I: “acolhimento com humanização e respeito ao uso do nome social”.

Outro limite do Processo Transexualizador se pauta na centralização do atendimento das pessoas trans no Hospital de referência, onde se preconizam procedimentos de alta complexidade como a própria cirurgia de transgenitalização, mesmo constando na Portaria 457 artigo 3º, inciso I, item a: “Na integralidade da atenção, não restringindo ou centralizando a meta terapêutica às cirurgias de transgenitalização e demais intervenções somáticas”. Inclusive que persistem na mais atual, a Portaria 2803 de 19 de novembro de 2013, instituída depois que Beatriz passou pela cirurgia. Desta forma, averiguar a demanda de Juiz de Fora e região e incentivar a nível local o atendimento de pessoas trans seria uma forma de se coadunar às normativas desta portaria para um atendimento coerente á necessidades dos usuários, como foi demonstrado a importância da atuação da psicóloga para Beatriz. E é o que vem sendo proposto e está se fazendo realizar inclusive pelas articulações que Beatriz participou na rede com as servidoras – a psicóloga e a assistente social – ligadas às políticas de DST e AIDS no SUS de Juiz de Fora e o VisiTrans: a criação de um ambulatório trans na cidade.

Assim, voltando à posição de Beatriz, é preciso salientar que em relação ao diagnóstico sua opinião passa por alterações devido a sua inserção na militância e, principalmente, quando seu processo de retificação do nome civil entra em jogo. Ela passa a reivindicar sua autonomia diante das perícias a que se submeteu. E começa a compreender suas demandas como um dever do Estado e um direito civil ao qual ela deve reclamar como militante, então ela agencia uma manifestação seguindo o conselho da professora do Direito, se utilizando inclusive de seu *facebook* como forma de mobilizar e, mais ainda, dar visibilidade às suas demandas.

Em relação a compreensão de Beatriz sobre manter o diagnóstico ela vai justamente de encontro à sua militância no contexto de ameaças reacionárias num contexto de pânico moral, como discutirei no próximo capítulo, sobre a relação de um conflito sexual como um aspecto relacionado à atual crise política Brasileira.

E já quanto ao discurso que Beatriz toma para si sobre a inadequação do corpo a mente, como ela coloca numa fala seguinte as duas possibilidades de tratamento, dizem respeito ao discurso do contexto do “tratamento” em que estava inserida. Mas é uma concepção que ela rejeita, porque expressou-se de forma contrária ao que a Promotora defendeu que era incongruente a mudança de gênero sem mudar o sexo. Ao mesmo tempo é uma concepção que

negocia consigo conforme passa pelos processos de transformação corporal e incorpora a militância como será melhor explicitado no terceiro capítulo.

Assim, falta problematizar o Processo Transexualizador e os avanços trazidos na formulação do DSM-V e do CID-11 suscitados pela campanha da despatologização e problematizar em que sentido o acesso a saúde pode ser assentido sem o diagnóstico que garante a total autonomia trans. Neste sentido, adianto como o próprio título deste item sugere, e que Beatriz defende, o Processo Transexualizador assume uma posição a meio do caminho entre a patologização da transexualidade e a autonomia das pessoas trans em um contexto de Brasil que tem vivido um conflito sexual entrelaçado a uma crise democrática.

Ao analisar o debate sobre a despatologização da transexualidade, Butler (2009) ao propor a desdiagnóstico do gênero, acaba trazendo uma análise do DSM-IV que contempla a forma como o diagnóstico prescreve condutas e cerceia a autonomia trans. Assim ao compararmos esta análise com o novo diagnóstico do DSM-V, em especial em relação às suas inovações poderíamos encontrar alguma possibilidade de autonomia trans? Ao mesmo tempo em relação ao Processo Transexualizador será que conseguiríamos encontrar algum elemento que compartilhe das expectativas do acesso à saúde que flerte com aquele da proposta sem o diagnóstico?

Diante da possibilidade eminente de um cerceamento de direitos humanos no país a resposta a essas questões não serão suficientes para a autonomia trans, mas é a que está sendo ofertada. E o argumento principal para esta insuficiência está na violação da autodenominação de gênero presente nos princípios Yogiakarta sobre a aplicação da legislação internacional dos Direitos Humanos em Relação com a orientação sexual e a identidade de gênero (ADRIÁN, 2010).

Esta subtração da autonomia da pessoa trans está presente na postura da promotora na exigência por certidões de idoneidade, em sua fala que desautorizava o argumento de Beatriz contra as certidões. E está presente na requisição das perícias que foram exigidas para o prosseguimento do processo de Beatriz. Como ainda convém destacar que análoga à Lei argentina de identidade de gênero que Beatriz cita, está em tramitação na câmara dos deputados desde 2013 a Lei de identidade João Nery<sup>56</sup>. Por meio da qual toda a situação vivida por Beatriz em relação a sua retificação do nome poderia ser resolvida sem todo este desgaste, inclusive

---

<sup>56</sup> Lei disponível em: <http://prae.ufsc.br/files/2013/06/PL-5002-2013-Lei-de-Identidade-de-G%C3%AAnero.pdf>. Acesso em: 01 de dezembro de 2015.

sem necessidade de cirurgia, contrastando com as colocações da promotora. Enfim, não seria necessário nem o diagnóstico de “transgenitalismo”.

## CAPÍTULO 2

### TRAJETÓRIA DE UMA MILITANTE TRANS NA GUERRA SEXUAL

Chegou o tempo de pensar sobre o sexo. Para alguns a sexualidade pode parecer um tópico sem importância, um desvio frívolo de problemas mais críticos como a pobreza, guerra, doença, racismo, fome ou aniquilação nuclear. Mas é em tempos como esse, quando vivemos com a possibilidade de destruição sem precedentes, que as pessoas são mais propensas a se tornarem perigosamente malucas sobre a sexualidade. Conflitos contemporâneos sobre valores sexuais e condutas eróticas têm muito em comum com disputas religiosas de séculos anteriores. Eles passam a ter um imenso peso simbólico. Disputas sobre o comportamento sexual muitas vezes se tornam o veículo para deslocar ansiedades sociais, e descarregar a concomitante intensidade emocional. Consequentemente, a sexualidade deveria ser tratada com especial atenção em tempos de grande estresse social. (RUBIN, 1993:1)

No Brasil o ano de 2015 se inicia com grande tensão política, em março acontece uma mobilização nacional contra o governo de Dilma Rousseff que perdurou durante o ano e, embora isso tenha suscitado, como contraposição, concomitantes mobilizações a favor de seu mandato, esse quadro repercutiu no afastamento da presidente eleita em maio de 2016. Neste ínterim, foi se delineando, na sociedade brasileira, uma tendência à polarização a uma destas opiniões, de um lado, a “direita”, caracterizada por posições reacionárias contra a corrupção e, além do desejo pela destituição do governo da presidente, nutriu uma repulsa ao seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT) ressuscitando a ideia de um partido tido por “comunista”. E, de outro lado, a “esquerda”, posições a favor da “democracia” e a permanência de Dilma no governo. Assim se delineia uma crise política no país que, conforme a análise de Rubin (1993), pode ser compreendida como tempo de estresse social.

Neste sentido esboço, neste capítulo, como antecedentes e desdobramentos deste período de crise estão relacionados a grandes disputas em torno das questões de gênero e sexualidade que se fizeram elucidar, no contexto de Juiz de Fora por qual perpassa a trajetória militante de Beatriz. Em específico me interessa localizar as circunstâncias em que o campo de possibilidades se tornou profícuo ao projeto individual de Beatriz em tornar-se militante trans em Juiz de Fora, desta forma aqui priorizo os anos de 2014, 2015 e 2016.

Em 2014, surgem o VisiTrans e o Coletivo Duas Cabeças e Beatriz ajuda a fundar o primeiro e passa a participar do segundo, como vimos ambos surgiram na UFJF. O ano de 2015, marca três grandes acontecimentos, as disputas na Câmara Municipal de Juiz de Fora, e duas conferências de direitos, das Mulheres em agosto, e a de LGBT em setembro. E, 2016, como foi visto no capítulo anterior, acontece a manifestação que Beatriz organizou contra a

morosidade de seu processo de retificação do nome de registro. Aqui neste capítulo interessa destacar a sua agência, por meio de suas intermediações e articulações como os movimentos sociais e universitários.

## 2.1 Antecedentes e Desdobramentos da “Guerra Sexual” no Brasil

O campo de possibilidades para o projeto de Beatriz se delineia em um contexto de crise política no Brasil, menos que uma análise da conjuntura política que forneça um interpretação sobre esta crise, quero ressaltar a existência de muitos antecedentes á esta tensão política que se faz intrincada ás discussões de gênero e sexualidade em políticas públicas que se entrelaçam à trajetória de Beatriz. Portanto minha análise se inicia com o primeiro programa de governo voltado para o combate à homofobia lançado em 2004, quando acontecia o primeiro mandato do Partido dos Trabalhadores (2002-2005). Estou me referindo ao “Brasil sem homofobia”<sup>57</sup> elaborado em parceria com a sociedade civil organizada, tanto em âmbito estadual quanto nacional, deste último participaram Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) e a Articulação Nacional de Transgêneros (ANTRA). E o Movimento Gay de Minas (MGM) como único representante do Estado de Minas Gerais.

A partir deste programa articulações foram feitas e acarretaram na realização de três conferências nacionais dos direitos LGBT em 2008, 2011 e 2016. E, em 2011, foi criado o Conselho Nacional dos Direitos LGBT. Dentro das ações do “Brasil sem Homofobia” foi originado o projeto “Educação sem homofobia”<sup>58</sup>. Uma vez que era voltado para o âmbito educacional houve uma proposta pedagógica para confecção de materiais que iriam compor um kit de combate à homofobia. No entanto, estes materiais, no primeiro governo de Dilma (2010-2013) e terceiro do PT, tornaram-se alvo de disputas a ponto de serem chamados de forma pejorativa por “kit gay” e culminou por ser vetada, pela presidente, por considera-la inadequada.

Estas disputas, que se iniciam no ano de 2010 e seguem até os dias atuais, são um estado análogo ao de uma “guerra sexual” (RUBIN, 1993).

Devido a sexualidade nas sociedades ocidentais ser tão mistificada, as guerras sobre ela são comumente combatidas a partir de ângulos oblíquos, focadas num alvo falso, conduzidas com paixões deslocadas, e são altamente e intensamente

---

<sup>57</sup> Brasil sem Homofobia. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil\\_sem\\_homofobia.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf). Acesso em: 27 de janeiro de 2016.

<sup>58</sup> Caderno Escola Sem Homofobia. Disponível em: <http://novaescola.org.br/pdf/kit-gay-escola-sem-homofobia-mec.pdf>. Acesso em: 27 de janeiro de 2016.

simbólicas. Atividades sexuais muitas vezes funcionam como significante de apreensões sociais e pessoais com as quais não tem uma conexão intrínseca. Durante um pânico moral<sup>59</sup> tais medos se ligam a uma infeliz população ou atividade sexual. A mídia se torna inflamada com indignação, o público se comporta como uma massa fanática, a polícia é ativada, e o estado põe em ação novas leis e regulações. Quando o furor passa, alguns grupos eróticos inocentes foram dizimados, e o estado estendeu seu poder em novas áreas do comportamento erótico. (RUBIN, 1993: 36)

O pânico moral em torno do kit foi suscitado a partir de uma fala<sup>60</sup>, durante um seminário de apresentação do material didático, em 23 de novembro de 2010, proferida pelo ex-secretário do Ministério da Educação (MEC). O ex-secretário realizou uma piada, sobre um beijo lésbico que aconteceria em um dos vídeos que compunha o kit, e ela foi ouvida com descontentamento por parte das entidades envolvidas na elaboração do projeto. Ao mesmo tempo, a repercussão destas palavras gerou resistência ao kit por parte de parlamentares e da sociedade. Tal qual em outros Estados, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais houve repercussões e pronunciamentos<sup>61</sup> contra o kit.

Neste cenário propício a polêmicas, surgem figuras, em exercício na representação política oficial, defensoras “da moral” e “dos bons costumes”, provenientes de setores conservadores e suscitadores, daquilo que Rubin (1993) chamou a atenção: do peso simbólico de disputas religiosas pregressas. Em específico, contra ao kit anti-homofobia, surge Jair Bolsonaro PP-RJ, de orientação religiosa católica. O teor do pronunciamento<sup>62</sup> de Bolsonaro, realizado em 30 de novembro de 2010, em decorrência de sua participação naquele seminário, suscita um “pânico moral”, por três elementos principais que destaco embasada em Rubin (1993): delimita a fronteira entre a “inocência infantil” e a “sexualidade adulta”; educação sexual como uma conspiração dos LGBTs ali presentes para destruir a família e, que a variedade erótica é intrinsecamente perigosa. Estes e outros elementos irão orientar as posições similares de demais religiosos que ocupam cargo de representação política contra os direitos LGBTs.

<sup>59</sup> “Os pânimos morais cristalizam medos e ansiedades muito difundidos, e muitas vezes lidam com eles não pela procura das reais causas dos problemas e as condições que eles demonstram mas deslocando-os como “Demônios do Povo” em um certo grupo social identificado (comumente chamado de “imoral” ou “degenerado”). A sexualidade tem tido uma centralidade particular em tais pânimos, e os “desviantes” sexuais tem sido bodes expiatórios onipresentes” ( WEEKS, *apud* RUBIN, 1993:32).

<sup>60</sup> “Representante do MEC falando sobre o kit-gay”. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=5DEFrCC9U\\_0](https://www.youtube.com/watch?v=5DEFrCC9U_0) . Acesso em: 29 de janeiro de 2016.

<sup>61</sup> Pronunciamentos de parlamentares da assembleia de Minas Gerais contra o kit anti-homofobia. Disponível em: [http://www.almg.gov.br/busca/busca\\_geral.html?abaSelecionada=noticia&submitPrincipal=submitPrincipal&busca=+kit++gay+&selectboxCategoria=pronunciamentos](http://www.almg.gov.br/busca/busca_geral.html?abaSelecionada=noticia&submitPrincipal=submitPrincipal&busca=+kit++gay+&selectboxCategoria=pronunciamentos). Acesso em: 29 de janeiro de 2016.

<sup>62</sup> “Kit gay nas escolas públicas em 2011 Discurso de Jair Bolsonaro”. [30 de novembro de 2010]. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gNJKJLCPtT4>. Acesso em: 29 de janeiro de 2016.

Em contrapartida no ano de 2011, em 5 de maio, é reconhecida pelo Superior Tribunal de Justiça brasileiro<sup>63</sup> a união estável homoafetiva<sup>64</sup>. Mas, mesmo assim, os conflitos sexuais perduraram em grande disputa pela ocupação de cargos no legislativo. Assim, em 2013, outra figura que toma proeminência é Marco Feliciano, pastor de segmento evangélico neopentecostal, eleito no dia 7 de março para presidir a Comissão de Direitos Humanos da Câmara<sup>65</sup> (CDHC). Embora sua eleição tenha ocorrido sobre a desaprovação ferrenha de setores governistas e de esquerda e principalmente do Movimento LGBT. Uma das ações mais polêmicas da CDHC foi a aprovação de um projeto de lei<sup>66</sup>, em junho daquele ano, que determinaria o fim da proibição estabelecida pelo Conselho Federal de Psicologia para o “tratamento de reversão da homossexualidade”, esse projeto ficou conhecido como “cura gay”.

A eleição de Marcos Feliciano suscitou ainda mais a articulação de setores conservadores e de oposição ao governo que veio a culminar no ano de 2015 na eleição da presidência da Câmara Federal por Eduardo Cunha. Deputado também com vínculo a setores religiosos neopentecostais foi autor de diversos projetos de lei que, como o da “cura gay”, representavam o retrocesso a conquistas dos movimentos sociais. Entre eles listarei três, os dois primeiros de autoria dele próprio e o terceiro de autoria de outro deputado que Cunha defendeu. O primeiro deles, o PL 7382/2010<sup>67</sup>, versa sobre a criminalização da “heterofobia”. O segundo, PL 5069/2013<sup>68</sup> que “tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto”, este inclusive

---

<sup>63</sup> Supremo reconhece união homoafetiva (05 de maio de 2011). Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=178931>. Acesso em: 30 de janeiro de 2016.

<sup>64</sup> Apenas no ano de 2013 a presidente Dilma Rousseff aprova a Resolução 175 de 14/05/2013 que dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo. Origem: Presidência. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=2504>. Acesso em: 30 de janeiro de 2016.

<sup>65</sup> Pastor Marco Feliciano é eleito para presidir comissão de direitos humanos. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/pastor-marco-feliciano-e-eleito-para-presidir-comissao-de-direitos-humanos>. Acesso em: 30 de janeiro de 2016.

<sup>66</sup> Comissão de direitos humanos aprova autorização para cura gay. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/06/comissao-de-direitos-humanos-aprova-autorizacao-para-cura-gay.html>

<sup>67</sup> Projeto de Lei 7382/2010. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=478462>. Acesso em: 30 de janeiro de 2016.

<sup>68</sup> Projeto de Lei 5069/2013. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=565882>. Acesso em: 30 de janeiro de 2016.

recebeu parecer favorável pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em outubro de 2015. E, por fim, o PL 6583/2013, conhecido por “Estatuto da Família<sup>69</sup>”.

Estes projetos foram lançados como uma estratégia análoga á que Rubin (1993) diz sobre a Lei de Proteção a Família nos EUA, a saber, de manter essas pautas na agenda política ainda que de forma fragmentada, mesmo que os projetos não cheguem a se concretizar. E também, com peculiaridades próprias do contexto brasileiro, estes projetos estão embasados nas cinco formações ideológicas indicadas por Rubin (1993): essencialismo sexual, negatividade sexual, falácia da escala mal posicionada, valoração dos atos sexuais, teoria dominó do perigo sexual e falta do conceito de variação sexual benigna.

Neste sentido estes projetos conservadores de teor machista e LGBTfóbico partem do pressuposto de que a genitália determina a orientação sexual da pessoa, que a sexualidade, aqui Rubin (1993) não está se referindo a gênero, a atividade sexual em si é destrutiva, inclusive outra ideia que bebe muito dos preceitos cristãos, é a escala de aceitação para os diferentes gostos eróticos, sendo assim o ideal é o sexo procriativo. Como também existe uma hierarquia de valores sobre os atos sexuais, sendo o sexo heterossexual, monogâmico e marital o ápice desta hierarquia, e nos níveis mais baixos estão, entre outros, as pessoas trans. A teoria dominó separa por uma linha o “bom” do “mau” sexo, assim, caso haja um rompimento desta fronteira por alguma pratica sexual teme-se que como um efeito cascata outras transitem também. Por fim a ideia de que não existe uma variação sexual que possa ser entendida como positiva, porque há um padrão para o ato sexual que é reconhecido como a penetração do pênis na vagina (RUBIN, 1993).

E, além disso, convém destacar, a categoria “heterofobia”, criada por esses parlamentares parte do pressuposto ideológico de que existe uma afronta intrínseca em homossexuais e demais dissidentes sexuais contra pessoas heterossexuais, mesmo que exista, na verdade oque esse pressuposto postula é que deliberadamente existe uma ação coercitiva dos dissidentes contra essas pessoas. Quando, o que de fato ocorre, é um cerceamento das “dissidências sexuais” (Rubin, 1993) e sua precarização.

---

<sup>69</sup> Projeto de Lei 6583/2013. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013). Acesso em: 30 de janeiro de 2016.



Enfim, todo esse pânico moral em torno da sexualidade, vinculado à bancada parlamentar, que depois ficou conhecida como BBB de Boi, Bíblia e Bala<sup>70</sup>, foi usado por ela como estratégia ao perceber que esses temas tem apelo de massa. E análogo ao que Rubin (1993) fala do uso desta estratégia para garantir as eleições para a direita nos EUA em 1980, no Brasil, este apelo, mais que permitir a permanência desses representantes políticos em ascendência, trouxe mais apoio de grande parte dos brasileiros para a abertura do processo de impedimento da presidente, por Eduardo Cunha, então presidente da Câmara.

## 2.2 Limites do contra-ataque dos movimentos sociais

Houve, em contrapartida, reações por parte dos movimentos civis para renegociar com este quadro de pânico moral suscitado, pelo menos desde 2010, pelos fundamentalistas religiosos que estava tolhendo e afrontando direitos. Uma das primeiras medidas foi a elaboração de uma nota<sup>71</sup> de esclarecimento, assinada pela ABGLT e outras entidades civis, sobre o Projeto Escola sem Homofobia, justificando a divulgação do kit de combate à homofobia. E, ao mesmo tempo, ainda sobre tal projeto, os movimentos civis LGBTs receberam apoio de outras entidades pela recomendação do kit pedagógico como o Conselho Federal de Psicologia, do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS), e da representação das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura (UNESCO) (MELLO et al. 2012:119).

No conteúdo desta nota de esclarecimentos torna-se perceptível a articulação dos movimentos sociais LGBT nas instâncias de participação democrática, como as Conferências Nacionais LGBT e de Educação. Em um levantamento sobre políticas pública em Educação para LGBTs, Mello et al (2012), evidenciou o papel das respectivas conferências, ocorridas em 2008 e 2010, para a deliberação de demandas LGBTs no âmbito da Educação ao ser apresentado um significativo número de proposições, em especial na Conferência Nacional de

---

<sup>70</sup> Sobre a nomenclatura “BBB” ver: “A Bancada BBB domina o Congresso”. Esta nomenclatura está relacionada também a postura desta bancada parlamentar visível, não só nos projetos de lei que mencionei como também em propostas de emenda constitucional: PEC 99/2011 que fornece poder demais às Igrejas; PEC 215/2000 - Congresso demarcando terras indígenas e PEC 171/1993 que prevê a redução da maioria Penal.

<sup>71</sup> Nota oficial sobre o projeto Escola sem homofobia. Disponível em: <http://www.abgl.org.br/port/basecoluna.php?cod=246>. Acesso em: 30 de janeiro de 2016.

Educação cujo um dos objetivos principais era a elaboração do Plano Nacional de Educação (2011/2020).

Neste levantamento Mello et al. (2012) ao se remeterem a uma análise histórica sobre o início de políticas para a inclusão do tema da diversidade sexual e de gênero na educação consideraram as conferências como um salto qualitativo considerável para a proteção de direitos LGBTs nas escolas: “o que muda com essas iniciativas é, principalmente, a criação de um espaço plural para o debate envolvendo não apenas os setores do governo mas também as pessoas afetadas pela questão, por meio de representantes da sociedade civil”. (MELLO, et all, 2012: 110)

No entanto, a mobilização e articulação dos movimentos LGBTs fica a mercê do que Mello, et all (2012) salientam sobre a polêmica em torno do Kit contra a homofobia problematizando que

Tal conflito de interesses e disputas ideológicas somente mostra como a falta de um arcabouço legal de proibição explícita da discriminação por orientação sexual e identidade de gênero bem como a garantia de cidadania plena e direitos humanos da população TLGB ainda fere de morte muitas das ações, projetos e programas que integram políticas públicas propostas pelo Governo Federal, no sentido da promoção de uma sociedade que não trate os que não se enquadram nos limites da norma heterossexual como párias e escória em seu próprio país. (MELLO, et all, 2012, p. 118)

Assim um dos resultados destas articulações da militância LGBT poderia ser sentido nas diretrizes do Plano Nacional de Educação 2014/2024<sup>72</sup> – para a formatação dos demais planos da esfera estadual e municipal – no qual constaria a promoção da “igualdade de gênero e orientação sexual nas escolas”. Contudo, devido principalmente á questão levantada acima, a falta da criminalização da LGBTfobia, o PNE (2014/2024) ao tramitar no Senado, teve seu texto substituído por “erradicação de todas as formas de discriminação”. E, é especialmente por causa destas diretrizes nacionais para a educação que se inicia a disputa entre grande parte de representantes do legislativo de Juiz de Fora, orientados nos termos deste pânico moral,

---

<sup>72</sup> Consta neste plano: “A mais ruidosa polêmica diz respeito à alteração da diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais (inciso III do art. 2º do substitutivo da Câmara). O Senado alterou esse dispositivo, retirando a ênfase na promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, expressão substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. A contenda terminou favorável ao Senado, com a aprovação do destaque para manter seu texto. (PNE 2014/2014). Para acesso ao Plano Nacional de Educação 2014/2024 na íntegra: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>.

contra os movimentos sociais da diversidade sexual e de gênero, feministas, negro que estiveram articulados com o Conselho Municipal das Mulheres.

Contudo antes de abordar o que houve em 2015 em relação ao Plano Nacional de Educação que reverberou no Plano Municipal de Direitos para as Mulheres, vou demonstrar como estava se configurando o campo de possibilidades de Beatriz dentro da militância por meio da UFJF dando ênfase ao ano de 2014, quando são criados o VisiTrans e o Coletivo Duas Cabeças, mas regredindo um pouco no tempo, para os seus primeiros contatos com a universidade em 2011, e sua primeira convivência com a militância trans no 7º Encontro de Travestis e Transexuais da Região Sudeste em 2012.

### **2.3. Beatriz militante trans na universidade**

Na introdução deste texto já apresentei como se torna mais propício, no campo de possibilidade, a inserção de Beatriz na militância por meio de movimentos sociais universitários da diversidade sexual e de gênero. Agora retomarei o entrosamento da trajetória de Beatriz com a universidade com núcleos de pesquisa e movimentos de militância para explicitar nele os reflexos do programa Brasil Sem Homofobia, do projeto Escola Sem Homofobia e das políticas afirmativas. Entrosamento este que perpassa por momentos de tensão política tanto na UFJF, quanto na câmara municipal de Juiz de Fora 2015 que resultam na coalisão de diversos grupos de militância.

Assim retomo que Beatriz teve seu primeiro contato com a universidade e com o ativismo por meio do Mudd\*Se ao presenciar a II Semana da Diversidade Sexual da Universidade Federal de Juiz de Fora, organizada pelo movimento em novembro de 2011. E, depois disso, foi convidada para participar do Núcleo de Pesquisas e Práticas em Psicologia Social, Políticas Públicas e Saúde (Núcleo PPS) cujas reuniões aconteciam no Instituto de Ciências Humanas (ICH) nas dependências do curso de Psicologia, além de Beatriz outras pessoas trans, alunos de graduação e pós-graduação compunham o grupo. O Mudd\*Se e o Núcleo PPS eram parceiros, além de haver membros comuns, o segundo organizou a I Semana da Diversidade Sexual da UFJF em outubro de 2010.

Esta I Semana da Diversidade Sexual organizada pelo Núcleo PPS em 2010, foi em parceria, além da UFJF, com a Secretaria Municipal de Educação, o Movimento Gay de

Minas (MGM) e o Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (NUH)<sup>73</sup> da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Convém destacar que a criação do NUH estava inserida nos programas de governo já mencionados, desta forma em 2007, ele resultou de um convênio da UFMG com o programa Brasil Sem Homofobia (BSH) envolvido também com o Escola Sem Homofobia (ESH). O evento, então, pioneiro na UFJF, contou com o financiamento da Secretaria de Educação Continuada, alfabetização e Diversidade (Secad) do Ministério da Educação (MEC).

Esta parceria dos núcleos rendeu frutos, foi durante este evento no fim de 2010 que os futuros integrantes do MUDD\*SE iriam se encontrar com o movimento que lhes inspiraram o Grupo Universitário em Defesa da Diversidade Sexual (GUDDS) grupo ativista atuante na UFMG (FACHINETTO, 2014). Beatriz não era membra do MUDD\*SE, porém em virtude de participar das reuniões do Núcleo PPS acabava acontecendo alguns entrosamentos dela com o grupo de militância.

As reuniões do Núcleo PPS, durante o ano de 2012, segundo Beatriz, possuíam uma dinâmica de leitura de textos a qual não se adaptou, e a fez sair do grupo. No entanto, ela permaneceu a tempo de participar do 7º Encontro de Travestis e Transexuais da Região Sudeste, ocorrido em Belo Horizonte na UFMG entre os dias 06 a 09 de maio. Realizado pelo NUH e o Grupo Orgulho, Liberdade e Dignidade (GOLD) do Estado do Espírito Santo, possuindo como apoiadores os Ministérios da Educação e da Saúde respectivamente pelos programas ESH e DST-AIDS e Hepatites Virais. Foi o primeiro e último evento que Beatriz participou direcionado para o movimento trans mais institucionalizado. Esta vivência foi o que estimulou Beatriz a criar um *facebook* a fim de manter o contato com as pessoas que conheceu durante o encontro.

Após sua participação neste evento trans, no mês de junho de 2013 do mesmo ano, em sua trajetória Beatriz realiza o primeiro protesto. Foi em um ato organizado pelo MGM contra a “Cura Gay” porque naquele mês acontecia o assentimento pela CDH da Câmara Federal do projeto de lei LGBTfóbico que versava a favor da “reversibilidade da homossexualidade”. Em uma foto sua divulgada no *facebook* falando ao microfone durante o ato, ela comentou: “*Protestando contra a ‘cura gay’!!!*” (Beatriz, pelo facebook, 29 de junho de 2013)

---

<sup>73</sup> “Sobre o NUH/UFMG”. Disponível em: [http://www.nuhufmg.com.br/gde\\_ufmg/index.php/sobre-o-gde/sobre-o-nuh](http://www.nuhufmg.com.br/gde_ufmg/index.php/sobre-o-gde/sobre-o-nuh). Acesso em: 03 de março de 2016.

Em contrapartida na universidade o MUDD\*SE, naquele mesmo ano de 2013, foi diminuído suas recorrentes atividades. No ano de 2011 destaco, além da organização da II Semana da Diversidade Sexual da UFJF, a participação do movimento na organização do 14º Rainbow Fest em agosto, ficando sob sua responsabilidade a realização da I Conferência Municipal LGBT durante aquela edição do festival (FACHINETTO, 2014). E no ano de 2012 destaco a sua participação no 10º Encontro Nacional Universitário de Diversidade Sexual (ENUDES) que “reúne grupos pela diversidade sexual das mais distantes Universidades do Brasil” (FACHINETTO, 2014:8). O fim do grupo foi confirmado, então, pelos ex-integrantes, em junho de 2014 (FACHINETTO, 2014). Contudo naquele mesmo ano de seu fim, como já mencionei, são criados dois grupos no âmbito da universidade que Beatriz viria a fazer parte o VisiTrans e Coletivo Duas Cabeças. Foi por isso que destaquei algumas atividades do MUDD\*SE para traçar algumas semelhanças e diferenças entre os novos grupos, mesmo que análise deles não seja prioritária neste trabalho, é importante para compreensão da trajetória de Beatriz.

Na criação do VisiTrans, em 29 de janeiro de 2014, mais uma vez aparece a ação do Núcleo PPS, agora de forma mais direta como proponente mesmo deste grupo como projeto de extensão universitário. A necessidade desta criação foi aventada em virtude de pesquisa anterior que entrevistou futuros componentes (PERUCHI, et al. 2015) neste sentido Beatriz, dentre outras, foi partícipe de sua fundação. Como objetivos do projeto estava incitar no VisiTrans, enquanto um grupo de militância e apoio,

uma rede de troca de experiências e, a partir dessa troca, pensar meios de ajuda mútua dentro do contexto de cada pessoa [...] e pensar quais as principais lacunas de serviços, seja no campo da saúde, do direito, da educação, etc., que pessoas travestis e transexuais sofrem cotidianamente e, a partir disso, refletir em ações que possam combater tais empecilhos – a via da militância do grupo. (PERUCCHI, et al.:74)

Por isso Beatriz, dada sua vivência na rede informal explicitada no primeiro capítulo, pode trazer grandes contribuições para as ações no VisiTrans, ao mesmo tempo, ao continuar próxima de vivências trans, passou a conhecer mais outras possibilidades destas vivências, entre elas a não-binária<sup>74</sup> e a intersexual que passaram a compor o grupo. Inclusive esta última,

---

<sup>74</sup> Este termo foi usado pela pessoa como uma autoidentificação, para ela sua identidade de gênero não estaria enquadrada no “binarismo de gênero” espelhado na pressuposição do “dimorfismo sexual”. Jaqueline Gomes de Jesus (2012) em um glossário didático pondera sobre as expressões “queer” ou “andrógino” ou “transgênero”: “Termo ainda não consensual com o qual se denomina a pessoa que não se enquadra em nenhuma identidade ou expressão de gênero”. Neste sentido o termo “não-binário” estaria análogo a esses termos. Contudo no campo encontrei termos como “gender fluid” ou “gênero fluído”, que para além do “não-binário” trata-se de uma vivência que se inventa por expressões de gênero disponíveis, brincando com a fixidez das identidades de gênero.

marca a parceria do VisiTrans com o Centro de Referência de Direitos Humanos de Juiz de Fora, pois ele que forneceu a indicação do grupo trans. Outras parcerias também aconteceram como com Escritório Escola do curso de Direito da UFJF.

Dentre as parcerias a primeira foi surgiu de um vereador do Partido dos Trabalhadores. Ele apresentou uma proposta de projeto de lei para uma “carteira social” para o município. Dada as discussões no VisiTrans sobre ele, Beatriz tomou a frente da tentativa de negociação para algumas alterações, mas o projeto não vingou. No entanto, isso não esmaeceu a vontade do grupo, e de Beatriz, de continuar a cobrar o uso do nome social nos âmbitos em que ele já era assegurado, foi produzido um folheto coletivamente em que dedicaram uma página para divulgar a portaria que assegurava o nome social. Ao mesmo tempo Beatriz durante uma reunião do VisiTrans, em fevereiro 2015, quando ali na interação alguém no grupo questionou se no PAM- Marechal estavam respeitando o nome social, ela respondeu:

*Tão! Porque eu já fui lá e rodei a baiana! Falei para falar com o diretor do setor! E se eu não fizesse isso eles não iam colocar o cartaz lá [referindo-se ao cartaz do Ministério da Saúde de divulgação da portaria que foi usado também no folheto]! E tem que falar pra colocar porque não é boa vontade não, é lei! Tem que levar a portaria, tem uma cópia da portaria no caderninho do grupo [e mexendo na bolsa para distribuir referiu-se a mesma companheira a quem ofereceu companhia para fazer o Cartão SUS] você já pegou?(Beatriz, VisiTrans, 25 de fevereiro de 2015 )*

Assim é interessante perceber também a diferença de atitude de Beatriz diante da exigência por um direito ao compararmos com a forma como agiu nos constrangimentos que me contou no ano 2012 que foram apresentados no primeiro capítulo, em que preferia ignorar para não passar por desgastes. E isso, como abordarei, no terceiro capítulo, está relacionado á sua entrada na militância, mas também por já ter concretizado “etapas” do processo transexualizador importantes para ela.

Esta diferença de atitude foi também oque motivou Beatriz a procurar o Coletivo da Diversidade Sexual Duas Cabeças, que foi fundado em 14 de agosto de 2014, teve sua origem vinculada a um episódio de lesbofobia na Festa de Encerramento da Olimpíada da UFJF. Como protesto ao ocorrido alunas da UFJF se mobilizaram dia 6 de agosto daquele ano, em um ato “EstamPARANDO a homofobia” no Restaurante Universitário, durante o ato surgiu a ideia de fundarem o grupo.

Beatriz procurou o grupo, ainda em 2014, quando soube por comentários no VisiTrans e meus de que o CDC estava organizando um abaixo assinado para a aprovação do nome social na UFJF. A motivação para a feitura do documento surgiu quando numa de suas reuniões, o Coletivo foi interpelado por um aluno trans com a denúncia de que alguns de seus professores

não estavam respeitando seu nome masculino. Assim foram recolhidas quase mil assinaturas pelo CDC, que encaminhou a petição à Diretoria de Ações Afirmativas da UFJF e, por esta via a demanda chegou ao Conselho Superior que a aprovou, mas só no ano seguinte, em 26 de fevereiro de 2015.

Em virtude da apresentação do abaixo assinado para a Diretoria de Ações Afirmativas da UFJF (DIAAF-UFJF) no final do ano de 2014, o Coletivo organizou uma mesa no dia 11 de dezembro intitulada: “As experiências trans e suas intersecções com os sistemas de saúde e jurídico: reflexões acerca da (des)legitimação de identidades”. E Beatriz foi convidada pelo Coletivo a compô-la ao lado de um amigo seu trans, sua psicóloga do SAE e o professor do Direito que coordenava o Escritório Escola da UFJF. O membro do coletivo que mediava a discussão, fez algumas ponderações sobre a presença de Beatriz ao apresentar a mesa:

*Boa noite a todos e a todas aqui presentes! O Coletivo Duas Cabeças tem a honra de recebê-los para a palestra [...]. O intuito deste evento é demonstrar através das falas de profissionais e também com a fala de quem vivencia no seu dia a dia as problemáticas que dificultam uma vida mais tranquila aos transgêneros, intersexuais e travestis. Nós agradecemos a presença de todos, em especial agradecemos a presença da professora da Administração, que aqui também **representa a Diretoria de Ações Afirmativas da Universidade**. E é interessante dizer que semana passada tivemos uma reunião do Coletivo Duas Cabeças com a Diretoria de Políticas Afirmativas, onde nós solicitamos que o “Nome Social” na Universidade Federal de Juiz de Fora.*

*O Coletivo Duas Cabeças demonstrou na reunião que a preocupação que a gente tem, vai além de uma questão jurídica, embora a gente tenha certeza que a própria constituição... Sobre a dignidade humana, reconhece ser respeitada em todas as suas formas, e todos os seus direitos, então, nós solicitamos, **porque nós acreditamos que nós temos, uma Universidade Federal onde esse direito da dignidade da pessoa humana não está sendo respeitado. Quando nós temos um professor que faz a chamada no “nome civil” e não no “nome social” do aluno. Isso acontece quando a carteirinha do RU está com o “nome civil” e não no “nome social” daí a pessoa que está lá, naquela situação, pode constranger aquela pessoa transexual, a transgênero ou o travesti ou a travesti. E isso são para nós situações impossíveis, mas cria uma enorme ofensa à pessoa que sofre isso.***

*O Coletivo Duas Cabeças levanta essa bandeira do nome social e tenho certeza que a gente tá lutando muito, nossa reunião foi muito produtiva com a Diretoria de Políticas Afirmativas [...]. O Conselho Superior da Universidade tem que decidir, e nós esperamos que decida pela constitucionalidade, pela legalidade, acima de tudo pelo reconhecimento da dignidade da outra pessoa, que é um direito de todos nós e principalmente daqueles que necessitam. Então pra dar início a nossa conversa eu gostaria de convidar para compor a mesa: [apresenta todos e sobre Beatriz diz] **A militante, nossa grande amiga do Coletivo Duas Cabeças, Beatriz.***

*Nossa proposta aqui hoje é fazer uma discussão informal como a gente quer naturalizar essas discussões, que é o que a gente precisa. Naturalizar no sentido de que isso não pode parecer tabu, a gente tem que começar a quebrar isso na Universidade Federal, então vai ser um discussão informal e um compromisso que o Coletivo assume é no próximo evento arrumar um lugar com ventiladores porque está super calor. [risos]*

*Então para dar início a nossa conversa, eu acho como a gente pensou primeiro em quem inicia o debate que vai acontecer aqui e a gente pensou que é importante conversar com o Advogado, com a Psicóloga. Mas a gente pensou que quem sofre, vamos dizer assim, no dia a dia. A gente quer ajudar, pelo direito do outro e pelo nosso. Mas hoje nos vamos começar por quem vivencia isso, então nós vamos começar, por uma pessoa... Que é a Beatriz que faz parte do grupo de Travestis e transexuais, o VisiTrans, e do Coletivo Duas Cabeças. A Beatriz vai poder falar um pouquinho de como é ser transexual na nossa sociedade e aqui em Juiz de Fora de forma mais específica. (Membro do Coletivo Duas Cabeças, mesa, 11 de dezembro de 2014)*

Durante esta mesa, Beatriz, retomou sua constatação de que o período escolar –em especial durante sua adolescência quando mudou-se para Juiz de Fora – foi aquele em que sofria duplamente, tanto com sua insatisfação diante das mudanças corporais que percebia, quanto com o preconceito direcionado a ela por seus colegas. Relatou consequências deste contexto, a paulatina desmotivação pelos estudos, que causou sua desistência em cursar o ensino superior e o seu isolamento social, que persistiu até sua vida adulta.

*Mas quando eu vim pra Juiz de Fora em 1991 eu tinha dez anos e comecei a ficar mais feminina, mas depois na puberdade eu comecei a entrada no casulo e começou o preconceito na escola, o preconceito na rua, no bairro é. [...] Foi muito ruim a escola eu era muito perseguida. Sala de aula a direção não tomava partido era totalmente negligente. Chegava até a chamar os pais também, e vamos dizer assim, falavam que o problema estava comigo, eu que não estava me comportando da forma como se esperava de um menino, né? [...] E, assim, o sofrimento só foi aumentando depois da puberdade porque meu corpo foi se transformando as características masculinas foram predominando. A minha sorte é que minha voz, graças a Deus nunca engrossou [risada de alívio]. Pelo menos isso. [...] E meu sofrimento foi uma coisa assim tão grande, e eu falo muito do período escolar, porque é a escola que prepara com conhecimento, que prepara a gente pra ter capacidade pra estar estudando para ter uma profissão. E como o sofrimento foi muito grande, eu que sempre fui muito estudiosa, nunca fui CDF, mas sempre fui estudiosa, fui perdendo o gosto pelos estudos, foi ficando cansativo, e fui adquirindo desinteresse até hoje, a psicóloga sabe, na escola tinha que matar um leão por dia, mas algumas coisas eu tive que deixar pra depois. Eu preferi focar no processo transexualizador. [...] E acho importante dizer, quando assumi a identidade de gênero, que foi quando eu fui convidada por uma amiga, uma grande amiga, para ir na festa dela de formatura. Ela estava formando em direito então na formatura dela tinha que ser de terno, vestido longo. E eu queria muito ir, era uma amiga muito querida eu nunca tinha ido, eu até então não tinha assumido minha identidade de gênero, mas eu nunca tinha me obrigado a viver conforme a sociedade quisesse que eu me portasse. Então assim, o preconceito era a todo momento, eu estava vestida que nem o [membro do CDC que coordenava a mesa], mas minha postura sempre foi de menina então não tinha como disfarçar e eu não queria também, eu tive que escolher. Então assim, minha vida social foi totalmente restrita e eu acabei me fechando. (Beatriz, Mesa CDC, 11 de dezembro de 2015)[grifo meu]*

Este isolamento foi se tornando cada vez menor conforme a sua inserção na militância praticada na universidade quando Beatriz vive a feitura de muitos laços afetivos de amizade, que contribuíram para que se tornasse conhecida no âmbito da universidade. Ao mesmo tempo, em virtude de imperar um número reduzido de alunas (os) trans na UFJF, e nas universidades brasileiras de uma forma geral por causa de vivências análogas a de Beatriz no período escolar,



e em virtude destas alunas não desejarem se expor, como foi o caso do aluno que apresentou a demanda do nome social para o coletivo, Beatriz foi se tornando uma referência enquanto pessoa trans por meio de sua inserção na universidade pela via da militância.

Mas convém frisar que além de Beatriz, indicando uma perspectiva de mudanças no acesso de pessoas trans ao ensino superior, havia na UFJF uma aluna trans. Esta aluna foi uma das fundadoras do MUDD\*SE quando graduanda em psicologia, e também fazia parte do Núcleo PPS, e em 2014 enquanto mestranda na mesma área foi uma das fundadoras do VisiTrans, e durante aquele ano coordenou suas reuniões.

Assim, quando em fevereiro de 2015 aconteceu a aprovação do nome social na UFJF foi realizada uma cobertura jornalística pelos dois jornais televisivos com o CDC, em que houve a participação das duas militantes trans. E este foi o início da relação de Beatriz com a imprensa juiz-forana, logo depois desta cobertura ela foi convidada por um jornal de grande circulação da cidade a ceder uma entrevista sobre sua vida que sairia no dia 8 de março de 2015 com chamada na capa.

Outro fator que contribuiu para a visibilidade de Beatriz e no contexto da UFJF está relacionada à ocupação pelos estudantes da Reitoria da UFJF entre os dias 18 de maio a 3 de junho 2015, quando a pedido do Coletivo, Beatriz ficou responsável por representar o grupo e ir anunciar o apoio do CDC ao movimento de ocupação – que posteriormente originou um coletivo Ocupa UFJF. Por causa disto ela participou do programa “Minha casa minha reitoria” que era transmitido em tempo real pela internet.

Durante sua ida à reitoria ocupada Beatriz ainda participou de uma reunião com alunos na “Comissão de opressões”, é importante dizer que havia várias comissões como um recurso administrativo de autogestão estrategicamente usado pelos alunos ocupantes, em especial a de “Opressões” tinha como objetivo gerir os casos de opressões de gênero, raciais e de orientação sexual. Nesta reunião um dos alunos ocupantes ponderou que aquela comissão não estava sendo respeitada porque no cotidiano da ocupação constantemente possuía suas reuniões interrompidas, inclusive logo depois desta sua fala, uma das ocupantes se dirigiu à nós e pediu para encerrar a reunião para que a “Comissão da cozinha” servisse a janta.

Mas o debate ali permaneceu e foi justamente nele que nasceu a proposição de um uso dos banheiros na UFJF de forma a abarcar pessoas trans, que entrou para lista de exigências para negociação da desocupação da Reitoria. Esta proposta foi acatada pela Diretoria de Ações

Afirmativas com reformulações, mas apenas foi lançada em 25 de novembro de 2015 e foi intitulada Campanha #liberameuxixi, para a instauração de banheiros inclusivos para pessoas trans na UFJF. Em virtude desta campanha a UFJF, como reflexo do conflito sexual em curso, recebe moção de repúdio por parte da Câmara Municipal de Juiz de Fora, e moção de aplauso pela Câmara Legislativa Estadual.

É importante frisar que a ocupação da Reitoria da UFJF estava imbricada a crise política nacional, quando foi necessário às universidades brasileiras de uma forma geral passar por um rearranjo orçamentário que refletiu principalmente nas políticas de apoio estudantil. Estas políticas implantadas a partir do governo do PT estavam relacionadas ao novo perfil dos ingressantes nas universidades brasileiras em virtude das políticas de cotas, assim por ações afirmativas governamentais o apoio estudantil visava complementar as cotas de ingresso com investimento na permanência das alunas ingressantes.

Assim os estudantes tomaram a atitude de ocupar a reitoria primeiro porque o edital para a concorrência a bolsas de apoio foi considerado “abusivo”, ou seja, previa reduzir o número de alunas beneficiadas por meio da maior exigência na documentação de comprovação de renda. E segundo porque estavam sem representação discente para negociar institucionalmente em vistas de que o Diretório Central dos Estudantes (DCE-UFJF) estava vago em virtude de fraude nas últimas eleições. Desta forma a ocupação da reitoria foi marcada por um objetivo comum e congregou diversas filiações partidárias e mais ainda outras miríades de movimentos sociais das frentes de cada partido, assim havia representantes ligados tanto a UNE (União Nacional dos Estudantes) quanto da ANEL (Aliança Nacional dos Estudantes Livres), duas entidades marcadas por uma história de disputas ferrenhas pelas eleições do DCE na UFJF. Como também coletivos como o “Duas Cabeças” sem pretensões partidárias.

O conflito sexual na Câmara de Juiz de Fora aconteceu entre a ocupação da Reitoria e o lançamento da campanha #liberameuxixi. Foi entre 18 de junho e 02 de julho de 2015 então, que no Palácio Barbosa Lima, diversos coletivos e movimentos sociais de diversas vertentes tanto partidárias quanto apartidárias, vindos do engajamento nas intensas negociações com a Reitoria pela desocupação, vão se envolver nas disputas na Câmara legislativa de Juiz de Fora por conta do Plano Municipal de Educação (PME) que acabou reverberando no Plano Municipal de Política para as Mulheres (PMPM) que tomou protagonismo em detrimento do primeiro. A articulação aconteceu entre movimentos como o próprio recém criado “Movimento Ocupa UFJF”, coletivos feministas como o “Maria Maria: mulheres em movimento” e o “Terra

Roxa”, o movimento negro “PretAção”, o Coletivo Duas Cabeças e o VisiTrans. Beatriz militou como representante destes dois últimos na Câmara Municipal de Juiz de Fora pelo “Estado Laico” e pela aprovação do texto original e integral do Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres contra discursos religiosos de “fundamentalistas” sobre uma pretensa “ideologia de gênero” nas diretrizes dos planos de educação e das mulheres, como trarei adiante.

Ainda como resultado das disputas ocorridas na Câmara Municipal, em 14 de julho Beatriz militou na “contra-manifestação”, intitulada “Em defesa da Família e do Amor”, em oposição ao ato organizado pela Primeira Igreja Batista de Juiz de Fora “Eu sou a favor da família e contra a ideologia de gênero”. Depois desta “contra-manifestação” surgiu o coletivo (R)existir, no intuito de ser um movimento de resistência às invertidas religiosas nas políticas do governo, porém não vingou por muito tempo.

Foi um ano ainda mais badalado por que ocorreram duas conferências municipais de direitos. Entre os dias 20 e 21 de agosto houve a Conferência Municipal das Mulheres, e o VisiTrans elegeu Beatriz e a mestranda que o coordenava como delegadas. E no dia 25 de setembro houve a Conferência LGBT de Juiz de Fora organizada pelo Coletivo Duas Cabeças sendo que Beatriz ocupou lugar importante nesta organização além do aspecto estrutural e decorativo do evento, participou da mesa de abertura ao lado do representante do município, de representante da comissão de direitos humanos da OAB e do representante do Movimento Gay de Minas. E ainda atuou como monitora de um dos grupos de discussão.

E, assim, já no início do ano de 2016, em 25 de fevereiro, Beatriz é convidada para participar de uma segunda mesa na UFJF, e, desta vez pela Diretoria de Ações Afirmativas ao promover uma roda de conversa sobre a campanha #liberameuxixi. Compuseram a mesa a diretora da DIAAF, Beatriz, uma representante do movimento Ocupa UFJF e um professor da faculdade de educação, que coordena um núcleo de estudos de gênero e sexualidade, retomo que foi o momento em que Beatriz fez a fala que inicia esta dissertação.

Assim nos tópicos que se seguem apresento sobre que termos ocorreu o conflito sexual em Juiz de Fora, em três momentos. O primeiro enfatiza as primeiras articulações entre os movimentos suas as estratégias de enfrentamento ao fundamentalismo religioso para as ações na câmara municipal. O segundo foca nas conferências municipais onde são sentidos desdobramentos destas disputas, mas também uma desmobilização daquelas articulações em especial na conferência Municipal LGBT. Assim importa perceber o lugar que a trajetória de

Beatriz ocupa neste campo de possibilidades marcado por um conflito que ao mesmo tempo permite a visibilidade dela como militante, é propício ao acirramento desta sua atuação. Como ainda perceber os recursos fundamentalistas religiosos se utilizam para causar um pânico moral em torno da inclusão de gênero e sexualidade nos planos municipais de direitos das mulheres e o de educação.

#### **2.4. Juiz de Fora na Guerra Sexual: os planos, a ideologia e a militância**

Como tentarei explicitar no decorrer deste item, em meio à batalha que se trava em 2015 pela aprovação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM) entre, de um lado, a Câmara Municipal de Juiz de Fora e a maioria dos vereadores e, de outro, o Conselho Municipal de Direitos das Mulheres e movimentos de militância da diversidade sexual, negro e feministas, é durante o conflito que Beatriz vai se tornando mais engajada na militância e vai tomando certo protagonismo.

Esta disputa, sediada na Câmara Municipal, vai ocorrer entre os dias 18 de junho á 02 de julho do ano de 2015 em seis sessões legislativas, o próprio dia 18 de junho e ainda o mesmo mês nos dias 19, 22, 24, 26, 29 na plenária e dia 02 de julho na escadaria do palácio Barbosa Lima. Houve ainda, como desdobramento desta disputa, a tomada da frente desta Casa Legislativa Municipal no dia 14 de julho por uma manifestação organizada pela Primeira Igreja Batista de Juiz de Fora (PIB-JF) a que os movimentos de militância responderiam com a organização de uma “contra-manifestação”.

Segundo a narrativa da própria Beatriz seu envolvimento nesta disputa ocorreu quando ela soube que uma das maiores lideranças católicas da cidade iria a Tribuna Livre da Câmara de Vereadores. Ao perguntá-la se a presença dela era em virtude do PMPM, que iria a votação naquele dia 18 de junho de 2015, ela me respondeu:

*Foi, só que eu não sabia desse plano, sabia só da carta do arcebispo. Eu fui porque ele ia subir á tribuna, e o Estado é laico e eu não concordei com isso. E aí três vereadores entraram de camisa preta com o escrito: “Diga não a ideologia de gênero”. Só que representantes do movimento procuraram alguém responsável da Câmara para pedir para que eles retirassem aquelas camisas porque eles estavam ofendendo as pessoas, era uma imagem opressiva, e eles tiraram. Mas falaram um pouco sobre os “perigos” da “ideologia de gênero”. E aí começaram a falar sobre o Plano das Mulheres que falava sobre mulheres lésbicas, mulheres negras e de religiões de matriz africana. E então falaram que isso ia “ferir a moral cristã”, e das*

*“mulheres cristãs”. Então foi aí que eu comecei a protestar, a gritar que o Estado era laico. Ai um deles disse que o Estado era laico, mas não “laicista”. O presidente da Câmara que leu a carta. Dois outros vereadores se manifestaram contra os “perigos” da “ideologia de gênero” e se colocaram contra o Plano das Mulheres porque ele feria as “mulheres cristãs” a “moral cristã”. As “mulheres cristãs” não se sentiam representadas por este plano, por esses termos que “privilegiam questões homossexuais”, no caso, lésbicas. [Beatriz, dezembro de 2015]*

Para tornar ainda mais claro o contexto juiz-forano que embasou a fala de Beatriz é preciso compreender que tudo tem início com o Plano Municipal de Educação (PME) que já vinha discutindo as metas e estratégias do Plano Nacional de Educação (PNE) desde maio de 2015 quando houve a criação do Fórum Municipal de Educação (FME), o prazo estipulado para a apresentação do plano final era dia 24 de junho de 2015<sup>75</sup>.

Em virtude destas discussões, no dia 17 de junho de 2015, é noticiado no portal da Arquidiocese Católica que no dia seguinte, 18 de junho, o arcebispo da cidade falaria em Tribuna Livre na Câmara dos Vereadores “sobre a Ideologia de Gênero, assunto que tem merecido especial atenção dos religiosos brasileiros.<sup>76</sup>” Esboçando que esta ação estava em consonância a uma posição vinda de camadas superiores da Igreja Católica, contra a “ideologia de gênero” nos Planos Municipais de Educação. Ainda na mesma notícia da arquidiocese constava o que era entendido por “ideologia de gênero”:

A ideologia de Gênero, que foi rejeitada na elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), defende ser a **identidade sexual de homem e mulher o resultado de um processo educacional e cultural e de escolha pessoal, com exclusão da identidade biológica**. O modelo propõe, deste modo, que **o sexo das crianças no momento do nascimento não seja levado em consideração, cabendo tal determinação a uma escolha posterior dos indivíduos**.<sup>77</sup>[grifo meu]

Neste mesmo dia, 18 de junho de 2015, como já foi dito, o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres (PMPM), que já havia sido lançado, por meio do Executivo, á Câmara de Vereadores de Juiz de Fora pelo Conselho Municipal de Direitos da Mulher em 26 de março de 2015, retorna á ordem do dia do legislativo juiz-forano quando apenas foi realizada a leitura

<sup>75</sup> Informações disponíveis em: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2015/06/metas-de-plano-nacional-de-educacao-ainda-serao-discutidas-em-juiz-de-fora.html>. Acesso em: 30 de julho de 2015.

<sup>76</sup> Informações disponíveis em: <http://arquidiocesejuizdefora.org.br/index.php/2014-08-12-16-38-10/noticias/1299-dom-gil-fala-sobre-ideologia-de-genero-em-tribuna-livre-na-camara-municipal-de-juiz-de-fora>. Acesso em: 30 de julho de 2015.

<sup>77</sup> Idem nota anterior.

do plano<sup>78</sup>. Contudo o que se procedeu naquela sessão foi a leitura de um carta enviada pelo arcebispo justificando sua ausência, Beatriz contou-me oque houve:

*Ele mandou carta através de um representante que entrou na Câmara escoltado por dois policiais. Esta carta foi lida pelo presidente da Câmara. Nesta carta o arcebispo dava o motivo de não ter ido á tribuna livre para falar sobre os “perigos” da ‘ideologia de gênero’. Ele disse que ficou sabendo que os movimentos sociais iriam confrontá-lo e, por medo deste confronto, por ele ser um representante de uma religião cristã, ele não compactua com violência. Então ele ficou com medo de atos de violência então ele achou melhor não comparecer. Em outras palavras ele quis dizer que a gente ia fazer atos de violência contra ele, contra as pessoas. Então como ele é bonzinho, ele não compareceu para não compactuar com isto. Foi quando a gente começou a se manifestar zombando, debochando porque era uma carta ridícula. Foi a primeira vez que eu participei de um ato assim numa Câmara Municipal. [Beatriz, dezembro 2015]*

É importante destacar o papel das redes sociais, em especial o *facebook* na divulgação do que vinha acontecendo. Beatriz por exemplo havia comentado que soube da fala do representante religioso católico por meio de uma postagem no *facebook*. Posteriormente averigui que foi pelo grupo no *facebook* do Coletivo Duas Cabeças no dia 17 de junho, e que por conta disto foi criado um evento na mesma rede social intitulado “Ato contra a “ideologia religiosa” no Plano Municipal de Educação”.

\*\*\*

Para que se tenha um panorama da batalha que estava por vir, retorno a dizer que além deste dia o PMPM tramitou na Câmara Municipal, em mais cinco sessões ainda no mês de junho para ser votado. Então quando o plano esteve pela primeira vez em votação já era a segunda vez que tramitava pela Casa. Sobre esta votação, que se deu logo ao dia seguinte á leitura da carta do arcebispo, no dia 19 de junho de 2015, Beatriz se expressou:

*No dia 19 de junho eles iam discutir o PMPM. Um dos vereadores falou que não tinha preconceito, ele falava sobre o dia anterior, sobre as manifestações contra a vinda do representante católico. Ele falou que não tinha preconceito nenhum, que ele até conhecia pessoas homossexuais que frequentavam a casa dele, inclusive sentavam na mesa com a família dele para almoçar. **Aí eu chamei ele de homofóbico, de transfóbico...** Me chamaram de sem educação. Foi nesse dia que eu fiquei com os braços abertos. E o presidente falou que eu estava sendo sem educação, que eu não podia interromper as pessoas. Eu falei com ele: **“Interessante porque vários representantes, vários coleguinhas lá, né? Enquanto alguém estava na Tribuna ficavam olhando celular, whatsapp falando no celular, cochichando”**. Então, eles estavam realmente desrespeitando a Tribuna, quem estivesse falando. Ele falou que ia pedir para me retirar. Eu falei que tá, mas que estava errado... Porque eu tinha direito de manifestar, que eu era militante. Ai, no fim das contas, eles pediram*

---

<sup>78</sup> Informações disponíveis em: <http://isal.camarajf.mg.gov.br/sal/ordemdodia.php?cod=3028>. Acesso em: 30 de julho de 2015.

*vista de novo para o Plano das Mulheres que foi para segunda-feira dia 22 de junho. [Beatriz, dezembro de 2015]*

\*\*\*

Assim, antes de o PMPM ir pela segunda vez para votação, no dia 22 de junho, por conta ainda do PME, houve a iniciativa de uma componente do Coletivo PretAção<sup>79</sup> de criar um grupo no dia 20 de junho intitulado “Juiz de Fora diz SIM a igualdade de gênero”, cuja a intenção foi descrita por ela no mesmo dia:

*Olá, querides, tudo bom?*

*Fiz esse grupo para que possamos nos organizar para evitar a retirada das discussões de gênero e sexualidade do Plano Municipal de Educação, manobra que está sendo orquestrada pelos setores ultra-conservadores da sociedade juizforana. O objetivo é reunir membros dos mais plurais coletivos da cidade e também a galera independente que apoia as bandeiras LGBTTIs para botarmos a cara no sol juntos/as.*

*Convidem amigos e amigas que possam colaborar com a causa. [grifo meu]*

Neste grupo então, foram adicionados membros de outros coletivos que haviam feito presença na Câmara nas duas sessões já descritas, como o Coletivo Duas Cabeças (CDC) que Beatriz continua fazendo parte, os coletivos feministas Maria Maria: Mulheres em Movimento<sup>80</sup> (CMM) e o Coletivo Terra Roxa<sup>81</sup> (CTR) e ainda o movimento estudantil Ocupa UFJF<sup>82</sup>. Como uma demanda apresentada pelo próprio grupo “Juiz de Fora diz SIM a igualdade de gênero”, o CDC criou um evento na mesma rede social que, inclusive, levou um título igual, mas especificando o PME, “Juiz de Fora diz sim à igualdade de gênero no PME”. O evento se tratava de uma manifestação para o dia 22 de junho de 2015 na Câmara Municipal:

*O Plano Municipal de Educação inclui propostas para o ensino nos próximos dez anos. Atualmente, está havendo uma polêmica na discussão deste Plano devido à inclusão da chamada "ideologia de gênero". Segundo detratores, esta ideologia de*

<sup>79</sup> Segundo sua descrição no *facebook* (disponível em: <https://www.facebook.com/Coletivo-PretA%C3%A7%C3%A3o-922485654496740/>) : “Coletivo Criado para cobrar a implementação da Lei 11.645/08 no ensino superior, mas também dialogar com as escolas públicas do município de Juiz de Fora”. Esta Lei citada refere-se a tornar obrigatório para escolas de ensino fundamental e médio, públicas ou privadas, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm))

<sup>80</sup> Segundo sua descrição no *facebook* (disponível em: <https://www.facebook.com/mmmulheresemmovimento/?fref=ts>) : “O Maria Maria é um coletivo feminista criado em 2006, núcleo da Marcha Mundial das Mulheres em Juiz de Fora.”

<sup>81</sup> Segundo sua descrição no *facebook* (disponível em: <https://www.facebook.com/terramm/?fref=ts>) : “O Terra Roxa é um coletivo feminista, anti-patriarcal, anti-capitalista e anti-racista, criado em 2011, na cidade de Juiz de Fora - MG.”

<sup>82</sup> Coletivo estudantil organizado após a ocupação da reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora pelo período de 18 de maio a 03 de junho de 2015. A ocupação foi iniciada em virtude de um edital abusivo para inscrição no apoio estudantil, cujo objetivo é oferecer bolsas aos alunos de renda baixa para auxiliar na permanência dos mesmos na universidade.

*gênero é um plano de LGBTTTIs e feministas para acabar com a "família tradicional". O que queremos, no entanto, é que a escola se posicione a favor da diversidade sexual e de gênero. É importante que estes assuntos sejam discutidos, pois, diariamente, pessoas que não se encaixam na norma sofrem violência física e simbólica em um espaço que deveria ser de acolhimento e aprendizado.*

*Hoje será votado o Plano Municipal das Mulheres e quarta-feira teremos o início de um fórum de discussão do Plano Municipal de Educação (PME). Convidamos você a se juntar com a gente e se manifestar a favor da igualdade. Queremos que a escola seja um espaço de inclusão, não mais um espaço de socialização do ódio. Tragam seus cartazes, suas famílias (sejam elas como forem) e suas vozes. [grifo meu]*

Assim, como atesta o grifo na fala do CDC, ele também estava ciente que o PMPM estaria em pauta na ordem do dia 22 de junho de 2015, embora estivesse focado no PME que seria discutido dia 24 de junho, inclusive dia limite para sua entrega. No entanto o Coletivo realizou uma modificação na descrição do evento no *facebook*:

*Atualização (23-06-2015): A reunião para votação do **Plano Municipal de Políticas para as Mulheres** foi remarcado para amanhã, quarta-feira, dia 24 de junho, na reunião das 17:00, como consta na ordem do dia. **Sobre o PME, não há um prazo oficial para a discussão, já que o prazo de entrega foi ampliado. Poucos municípios entregaram os seus PMEs. De qualquer maneira fiquem de olho no nosso evento: quaisquer novidades serão comunicadas aqui.** [grifo meu]*

Dessa forma o Coletivo passou a acompanhar mais exclusivamente o PMPM, junto com os movimentos feministas e negro já citados, embora todos se mantivessem de sobreaviso em relação ao PME.

\*\*\*

E ainda, como foi mencionado pelo CDC, de fato, o PMPM foi á votação no dia 24 de junho, quarta-feira, e, pela segunda vez, foram pedidas vistas, por dois vereadores, um era o mesmo vereador do pedido anterior e a outra era única vereadora mulher da casa, também membra do Conselho Municipal das Mulheres. No evento do CDC, no *facebook*, uma das representantes do movimento feminista “Maria Maria”, ainda no dia 23 de junho, avisou que segundo informações do próprio Conselho Municipal de Políticas para as Mulheres o plano não seria levado á Câmara antes do dia 29 de junho uma segunda-feira. Segundo a feminista alguns vereadores, entre eles esta única mulher, estavam em “diálogo” com o Conselho porque propuseram “alterações” que o Conselho estava “*analizando*”.



\*\*\*

No entanto, no dia 26 de junho o PMPM voltou á Câmara, e assim houve nova atualização do Coletivo no evento do *facebook* :

*Atualização (26-06-2015): Numa manobra (a)política vereadores contrários ao Plano Municipal de Políticas para as Mulheres tentaram colocar a discussão na Câmara hoje, pela manhã. Defensores da "moral e dos bons costumes" encheram a Câmara com cartazes contra a diversidade, a igualdade e a tal "ideologia" de gênero. A votação recebeu vistas e foi remarcado para SEGUNDA, DIA 29 DE JUNHO, ÀS 17:30. Precisamos da cooperação de todo mundo. Venham e tragam cartazes para espalhar o amor e a igualdade![grifo meu]*

Como destaque no grifo, no dia seguinte, 27 de junho de 2015, a esta terceira tramitação na câmara do PMPM, o que aconteceu naquela sessão foi noticiado na Tribuna de Minas pela estampa da reportagem “Bancada Cristã contesta Plano Municipal da Mulher” explicitando que a grande questão em relação ao PMPM era similar aquela do arcebispo em relação ao PME:

*Vereadores que representam a bancada cristã protestaram quanto á **inclusão do termo gênero** no texto encaminhado pelo Executivo. Diante da alegação do vereador A.<sup>83</sup> (PMDB) de que sua base não havia sido consultada para a formulação do projeto, os parlamentares travaram a votação do texto desde a semana passada. A pedido da Secretaria de Governo, a proposta voltou à discussão, a fim de que haja um consenso entre o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e os vereadores. Na reunião de ontem, **um grupo de mulheres independentes** ocupou o plenário da Casa, com faixa e cartazes, se posicionando **contra a discussão sobre gênero, presente no texto, e defendendo a composição tradicional da família, formada por homem e mulher**. A matéria foi novamente retirada da pauta, por pedido de vista do vereador já mencionado.*

*O vereador B. (PDT) iniciou a discussão **conclamando os pares pela retirada do termo “gênero” de todo o Plano Municipal**. Ele se posicionou contra o que chama de **“ideologia de gênero”, caracterizada, segundo o parlamentar, pelo ato de encobrir que os seres humanos possuem dois sexos, desconstruindo assim a família**. “Se o pai for contrário a uma criança ir na escola a uma aula de ideologia de gênero, ele pode ser preso. Isso é um absurdo. Adverte-se ao autor desta matéria **que não devemos falar de gênero com uma pessoa, mas simplesmente sexo. Gênero é expressão ideológica**. Não estamos nos referindo a **nenhuma forma de discriminação**, mas vamos lutar para que esta expressão não seja colocada em nenhum documento”, defendeu **sendo aplaudido pelas mulheres em plenário**.*

*Em consonância com o colega, A., criticou o projeto de lei. “A audiência pública foi muito diferente disso que está no papel. Aqui se fala de gênero, orientação sexual. **Orientação sexual não é dever do Estado, é dever do papai e da mamãe**. Não quero que minhas crianças sejam orientadas sexualmente por um professor que nem sei o que pensa”, bradou. A vereadora C. (PDT), **que compõe o Conselho da Mulher** e acompanhou a elaboração do plano, apoiou os parlamentares. “Falamos de **ideologia de gênero**, as pessoas não sabem o que é. E estão tentando infiltrar, goela*

---

<sup>83</sup> Não faço uso dos nomes dos vereadores, os substitui por letras aleatórias maiúsculas seguidas de ponto.

*abaixo, em todos os planos, que não é o que nós pensamos. Precisamos discutir junto com a sociedade o que é ideologia de gênero”.*<sup>84</sup>

Esta reportagem foi postada no evento da manifestação no *facebook*, e foi vista de forma positiva, mas não foi muito comentada. Ela fornece um contexto da expressão “Bancada Cristã” que foi usada em seu título e também o motivo do PMPM mais uma vez não ter sido votado, o ambiente estava acalorado por uma discussão acirrada:

*O clima esquentou quando D. (PT) chamou os colegas que questionavam o documento de **Bancada da Bíblia** e classificou como “raso” o debate. Irritados com o posicionamento petista, E. disse que ele “não está acima dos demais vereadores”, enquanto A. se exaltou. “Não posso aceitar que o senhor nos chame de **bancada da Bíblia**. O que está se tratando aqui são questões contrárias a várias famílias. A questão de gênero abre inúmeras possibilidades, e o texto está lotado do termo. Orientação sexual é função do papai e da mamãe. Esse plano das mulheres é um lixo”, bradou. Durante a discussão do projeto o parlamentar se retratou, pedindo desculpas aos presentes e ao conselho da Mulher pela forma como se expressou. D., por sua vez, justificou que a **Bancada da Bíblia**, é o termo utilizado por deputados de segmento neopentecostal, evangélicos e carismáticos, no Congresso Nacional. E., no entanto, considerou mais adequado o uso da palavra **cristãos**<sup>85</sup>. [grifo meu]*

\*\*\*

No clima destas disputas, novamente foi elaborado pedido de vista para o PMPM que foi encaminhado para sua quarta tentativa de votação em sessão da Câmara no dia 29 de junho de 2015. O evento no *facebook*, que era constantemente atualizado conforme as sessões de votação, ficou bem movimentado houve fotografias dos cartazes que seriam erguidos, entre eles havia uma faixa com o dizer: “*Pelo fim do patriarcado, do machismo do racismo, da lesbofobia e por um Estado laico*”. Houve postagens de convocação aos manifestantes, com o seguinte texto:

*Bom dia, Juiz de Fora!*

*Hoje, às 17h30, será votado na Câmara Municipal da cidade o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres.*

*O que você tem a ver com isso?*

***Bom, não satisfeitos/as em promover retrocessos com relação à igualdade de gênero nos Planos Municipais de Educação em todo o país, defensores e defensoras da "moral e bons costumes" se articulam em Juiz de Fora para se manifestar contra a "ideologia de gênero" também no Plano Municipal de Políticas para as Mulheres. Ficam as perguntas: como fazer políticas públicas eficientes para as***

<sup>84</sup> Disponível em: <http://www.tribunademinas.com.br/bancada-crista-contesta-plano-municipal-da-mulher/> Acesso em: 30 de julho de 2015

<sup>85</sup> Idem a nota anterior.

*mulheres sem pensar na igualdade de gênero? Como fazer políticas públicas para as mulheres baseadas em valores pregados por instituições historicamente misóginas? O Estado não deveria ser laico? Pois é...*

*Então, queridas, precisamos encher aquela Câmara de pessoas que militem pela igualdade de gênero e contra as opressões machistas! Participem e levem cartazes para se manifestarem à favor de um Plano Municipal que seja verdadeiramente emancipador das violências machistas, que realmente promova avanços para as mulheres!*

*Quando uma mulher avança, nenhum homem retrocede!*

*Participem e convidem amigos para o evento: <https://goo.gl/zOPgfc>*

*"Quem não se movimenta, não sente as amarras que o prendem". (Rosa Luxemburgo). [grifos meus]*

Esta foi a única sessão que eu me fiz presente, quando cheguei a plenária já estava cheia e as pessoas dos movimentos de militância estavam em pé, concentradas entre a primeira fileira de cadeiras e os vereadores, a ponto de eu não enxergar a plenária. Elas erguiam cartazes e faixas e gritavam: “*O Estado é laico!*”. Assim com um dos argumentos na laicidade do Estado brasileiro os manifestantes estavam na sessão, a maioria eram mulheres.

Ao localizar Beatriz, vi que ela estava entre elas, e, em suas costas lia-se palavras escritas de batom vermelho: viado, boiola, sapatão, puta e travesti. No meio do nosso cumprimento eu li que estava escrito, com o mesmo tom, em seu peito: *É homi! Aberração!*. Mas cheguei lá no fim da sessão, a sua palma da mão, por conta de uma alergia e de tanto bater palmas estava sangrando. Ela me contou depois:

*A gente interrompeu a sessão, começamos a bater os pés. Eles pediram vista novamente para o PMPM e a gente se manifestou contra aquele ato abusivo. E eu gritei Câmara machista, transfóbica e tem a foto lá. Eu estava de macacão foi aquela foto que saiu na Tribuna de Minas. E um dos vereadores saiu de lá vaiado, várias pessoas saíram de lá vaiando ele até a Rua Sto Antônio. Tentaram impedir que o carro dele andasse. Aí que a polícia interviu porque não podia parar a via pública. Mas até então a polícia não tinha feito nada. [Beatriz, dezembro de 2015]*

\*\*\*

Entre esta sessão do dia 29 de junho em que foram novamente pedidas vistas do plano e a sessão do dia 2 de julho, quando estava para ir para votação novamente, a presidente do Conselho dos Direito das Mulheres, convocou os coletivos e movimentos militantes para uma reunião na Casa dos Conselhos. Além da presidente e mais duas conselheiras, fizeram-se presentes dois coletivos, o Maria Maria com duas representantes e o Duas Cabeças em que fomos Beatriz e eu. A presidente que havia acompanhado as seis vezes em que o plano foi

levado para câmara<sup>86</sup>, principalmente nas cinco tentativas de votação que acabaram em pedido de vista, buscava junto a nós estratégias de ação. Ela dizia que estava temerosa do fato de os vereadores proporem e realizarem alterações descabidas e transformar o trabalho de anos do Conselho em um “*monstro*”. E pior, visto que as conselheiras e os movimentos de militância não estavam inclinados a mudar o texto do PMPM ele poderia não ser aprovado.

O PMPM iria para votação no dia 2 de julho, então a primeira providência decidida nesta reunião que estive presente foi ir á procura do Secretário de Governo para requisitar que o Prefeito retirasse o plano que, seguindo suas atribuições, ele mesmo enviou para o legislativo, assim nos deslocamos até a Prefeitura Municipal. O Secretário nos recebeu em sua sala de reuniões na Prefeitura, sentamos em uma mesa grande oval, em que prevaleceu a fala dele e da Presidente. Ele frisou para a Presidente que haveria a possibilidade de retirar, contudo se tratava de um procedimento burocrático cujo tempo era exíguo, pois existia um prazo para ser retirado da ordem do dia da Câmara Municipal.

A Presidente, que estava com a cabeça inclinada, com os olhos focados nos papéis que tremiam porque não parava de sacudir as pernas, ergueu a cabeça, correu os olhos em nós buscando uma aprovação. Depois, voltou-se ao Secretário e buscou compreender se haveria mesmo a necessidade do PMPM passar pela Câmara visto que se tratava de uma política de governo. Ao que ele respondeu que o plano foi para Câmara porque se aprovado consistiria em uma política de Estado, ou seja, não dependeria do mandato do Prefeito atual, seria uma política que persistiria. Assim uma das representantes do Maria Maria usou suas palavras para assentir que o melhor era pedir a retirada do PMPM da Câmara, Beatriz e eu concordamos. E a Presidente terminou a reunião requisitando que constasse na carta de pedido de retirada que, como condição, o Prefeito incluísse que tal ação foi a pedido do próprio Conselho, receoso de emendas e alterações que iriam por em risco a integridade do PMPM.

Após a reunião com o secretário, enquanto nós aguardávamos no saguão próximo á sala de reuniões uma posição do mesmo, foi sendo articulada uma manifestação para o dia 2 de julho ainda que não esperássemos a consolidação do pedido do Conselho, que saiu logo depois que conversamos. Foi decidido que os manifestantes fossem de traje de luto, usando a cor preta e seria simulado um velório. Beatriz fez por esse motivo, sua única postagem no evento do *facebook* para as manifestações na Câmara, no dia 1 de julho:

---

<sup>86</sup> Primeira vez para apresentação em 23 de março de 2015. Segunda para leitura 18 de junho de 2015. Depois para as de tentativas de votação e aprovação 19, 22, 24, 26 e 29 de junho de 2015.

Querid@s, a presidente do conselho municipal de políticas públicas para as mulheres pediu para nos encontrarmos amanhã as 16:00h em frente a Câmara Municipal vestid@s de preto, de luto com velas e cruzeiros para manifestarmos nosso sentimento de pesar pela morte e agressões sofridas por mulheres e meninas, travestis e mulheres e homens transexuais em todo país e que continuaram sem uma política pública municipal se o plano não for mantido na íntegra!!!

A manifestação aconteceu, e na primeira página da Tribuna de Minas, de 3 de julho de 2015, constava uma fotografia com Beatriz e outra manifestante na escada do prédio da Câmara acendendo velas em torno de um caixão, com a legenda: *“Manifestantes escrevem nomes de mulheres ao redor de caixão colocado em frente à Câmara em protesto contra a possibilidade de mudança no Plano para as Mulheres”*.<sup>87</sup> Beatriz me contou como foi este manifesto:

*A Presidente do Conselho conversou com a gente e resolveu fazer aquele ato do teatro do oprimido com caixão, que a gente foi para Câmara. Já tinha manifestantes lá contra a gente, e fomos tentar chamar a atenção. Só que aí eles encheram a câmara de novo com um pessoal contrário á “ideologia de gênero”. E teve confronto deles com a gente. Estávamos de luto porque íamos pedir para o plano ser retirado para eles não modificarem o plano. Aí eles fizeram isso, aí teve aquele confronto, teve quem me chamou de “aberração da natureza”. E que eu sai chorando de lá de raiva. [grifo meu] [Beatriz, dezembro de 2015]*

No grupo do *facebook* que congregava os diversos movimentos de militância Beatriz fez um agradecimento em virtude do acolhimento que eles lhe ofereceram:

*Querid@s , quero agradecer todo carinho e apoio a mim dedicados hoje na Câmara Municipal de Juiz de Fora e dizer que o meu choro não foi de derrota , foi de desprezo e indignação diante de tanto ódio , perseguição e falta de amor dos vereadores fundamentalistas religiosos e de seus manifestantes "defensores da família"!!! A luta continua e tenham certeza que o dia de hoje serviu para que eu possa amadurecer e crescer em quanto militante e ser humano!!! [grifo meu]*

E ainda sobre a retirada do plano, na edição da Tribuna de Minas de 3 de julho, foi registrada uma fala do Secretário de Governo explanando sua perspectiva sobre a retirada do PMPM, e sobre o polêmico termo “gênero”:

*Foi um encaminhamento de comum acordo entre o Executivo e o Conselho da Mulher. Entendemos que há conflitos do ponto de vista conceituais que nós não conseguimos superar junto ao Poder Legislativo e que, para não comprometer as diretrizes do plano, resolvemos retirar, mas vamos continuar a executar as ações que já existem na Casa da Mulher. [...] Há uma constatação de que **gênero pode ter uma multiplicidade de interpretações, mas em nossa avaliação, gênero seria sexo feminino e sexo masculino, que é a questão fundamental, pois é a partir disto que***

---

<sup>87</sup> TRIBUNA DE MINAS. Juiz de Fora 3 de julho de 2015 anos XXXIV nº 6917.

*existe a discriminação e a violência. No entendimento de alguns vereadores, essa interpretação não foi da forma que a gente gostaria de ter manifestado.*

Depois da reunião com este Secretário de Governo, eu comentei com Beatriz sobre o fato de um modo geral as pessoas não saberem a que conceito de gênero elas estavam defendendo ou acusando. Agora depois de apresentados os acontecimentos havia também uma disputa por este conceito na verdade. A postura do Secretário, por exemplo, tem certo grau de convivência com a dos vereadores.

A postura destes últimos por sua vez em pedir vistas era motivada duplamente pelo desejo de garantir a efetivação do plano, porém com alteração do texto. Porque alegavam que era legítimo que as mulheres juiz-foranas se beneficiassem do plano, porém mulheres do sexo feminino e heterossexuais, e, neste sentido o termo gênero era um complicador que dava abertura para outras possibilidades de mulheres. Já os manifestantes queriam apenas a aprovação na íntegra porque não queriam que o plano excluísse outras expressões de gênero feminino, como a transexual e lésbica, sob pena de retirá-lo por inteiro.

Toda esta postura de enfrentamento á “ideologia de gênero”, ou somente ao termo “gênero”, que ocorreu neste episódio sobre os Planos de Educação e de Direitos para as Mulheres, veio permeada de um pânico moral não só específico da cidade de Juiz de Fora, mas do país. Como foi explicitado houve uma onda conservadora e reacionária na política brasileira fomentada por preceitos religiosos, por esta onda compreende-se a união de religiosos de setores católicos e evangélicos que vai reverbera em um ato em Juiz de Fora que será discutido no próximo item.

## **2.5. Contramanifestação “Em defesa da família e do amor”**

No grupo do *facebook* criado para organização da militância em prol das discussões de gênero e sexualidade nos planos municipais, um dos membros do Ocupa UFJF realiza uma publicação que rendeu cerca de 70 comentários. A publicação original se tratava de uma divulgação, partindo da Primeira Igreja Batista de Juiz de Fora (PIBFJ), para uma manifestação intitulada “Eu sou a favor da família e contra a ideologia de gênero”, marcada para o dia 14 de julho, às 18h, em frente à Câmara Municipal. Na página de origem – que era do Ministério de

Multimídias da PIBF – além de constarem 99 compartilhamentos, ainda acompanhava o seguinte dizer: “Vamos para as ruas em favor da família dentro do princípio judaico cristã . Compartilhe!!!”

Este evento da PIBJF estava relacionado aos episódios sobre o PMPM, a intitulada “Bancada Cristã” da Câmara Legislativa de Juiz de Fora tinha dois de seus membros como colaboradores. E, além do setor evangélico, ainda estavam presentes representantes católicos da Comunidade Resgate. A Tribuna de Minas de 15 de julho de 2015<sup>88</sup> trouxe a fala de uma destas representantes católicas:

*É uma ideologia que afirma que ninguém deveria ser identificado como homem ou mulher. Nossas crianças seriam obrigadas a ter aula de gênero, a serem doutrinadas a desenvolver vários papéis: ensinar menina a jogar bola a agir como menino. **Pega uma criança e começa a desconstruir sua personalidade. Isso é perverso.***

No grupo “Juiz de Fora diz SIM a igualdade de gênero”, naqueles 70 comentários sobre a publicação avisando da manifestação “cristã”, os seus membros demonstravam indignação e versavam sobre estratégias de ação. Com relação às estratégias as sugestões seguiam a proposta de uma “*contramanifestação*” na tentativa de “*implodir*” a manifestação “cristã”, e ainda chegar antes que ela se iniciasse. No entanto eles estavam entre duas propostas sintetizadas pelo responsável pela publicação:

Tenho duas ideias, completamente diferentes uma da outra: concordo com a Fulana, algo bem escandaloso, ou algo em silêncio como uma performance. Digo silencioso não por achar que é certo, que não devemos interromper nem nada, mas pelo efeito que causa. Até pq tbm apoio que implodamos rs.

Entre os comentários do grupo ainda nesta publicação foi sugerida uma reunião para discutirem melhor o formato do ato, o dono da postagem ainda marcou nomes de membros dos coletivos, do Maria Maria e do Duas Cabeças, para se somarem á conversa nos comentários. O título do ato também foi sugerido e logo acatado nos comentários: “Em defesa da família e do amor”. Um membro do CDC se prontificou em fazer o evento no *facebook* para a reunião, com a seguinte descrição:

Realizaremos uma reunião amanhã, segunda-feira, dia 13 de julho, às 17 horas, na ágora, próximo à Reitoria da Universidade Federal de Juiz de Fora para discutirmos as (re)ações do ato "Em defesa das famílias e do amor", que será realizado

---

<sup>88</sup> Disponível em: <http://www.tribunademinas.com.br/defesa-sob-vaia-e-aplausos/> . Acesso em: 30 de julho de 2015.

na terça-feira, 14 de julho, às 17 horas, em frente à Câmara. Pedimos que convidem apenas pessoas que sejam de extrema confiança e favoráveis à causa.

Ainda entre os 70 comentários, Beatriz escreveu quatro, avisando que não poderia comparecer a reunião, mas que estava disposta a chegar ao local da manifestação mais cedo possível e, inclusive a “*fazer barulho*” defendendo assim, para a manifestação fazer algo “*escandaloso*” segundo as duas propostas levantadas já citadas, e ainda colocando o peso de sua presença:

Eu não vou poder ir na reunião amanhã , acho melhor chegarmos antes deles na terça , se podermos chegar por volta das 16;00h seria bom. Eu posso!!!

Uma sugestão , pelo menos **eu digo que se ninguém quiser eu vou fazer muito barulho sozinha, não vou deixar que esses NAZIFACISTAS continuem querendo nos enfiar guela a baixo esse discurso de ódio!!!**

Precisamos pega-los de surpresa!!!

**Vai ter mulher trans , feminista , militante , guerreira , descendente de índios e com orgulho de ter sangue baiano correndo nas veias!!!** [grifo meu]

Houve por parte dos membros do grupo, aprovação destes comentários de Beatriz. Sobre o último, foi o mais curtido de todos os 70. E a ele o dono da postagem respondeu: “*E demais companheirxs orgulhosxs dela!*”

Beatriz me contou sobre esta reunião, embora ela não tenha ido. Comentou sobre a decisão de acatarem a opção por uma manifestação silenciosa, todos de branco, com rosas e cartazes nas mãos e ainda simulando feridas com tinta vermelha. Ela também havia mencionado os cartazes que pretendia fazer, com dizeres dirigidos diretamente ao arcebispo e aos vereadores que não aprovaram o PMPM, e justificando porque os estava associando ao nazismo:

*Eu citei nos cartazes o arcebispo, associei ele a nazifascistas e tal. Citei ele e os vereadores contrários ao termo gênero no PMPM e associei todos eles aos nazifascistas. Porque eles estavam perseguindo, assim como os nazistas perseguiram os judeus, os negros, os homossexuais, eles estavam perseguindo a gente né? Eles na verdade estavam defendendo a ideologia cristã. Então o pessoal estava querendo fazer uma manifestação silenciosa. Com cartazes, cartazes com frases de efeito, pedindo até para colocar frases cristãs, para mostrar o quanto eles são contraditórios. Cristianismo prega o amor e eles estavam pregando o ódio, né? [Beatriz, dezembro de 2015] [grifo meu]*

Eu me fiz presente no ato “Em defesa da família e do amor” e temerosa em relação aos cartazes de Beatriz, porque poderiam redundar em uma retaliação direcionada a ela. E, embora



fossemos muitos e ficássemos revezando outros cartazes, que também foram feitos na concentração, com os dela, Beatriz foi filmada em uma reportagem. Ela estava erguendo um cartaz em resposta ao que aconteceu na última manifestação sobre o PMPM em relação ao confronto que ocorreu, ela escreveu listando os nomes que aqui vou ocultar: “*É por conhecer os “nobres” vereadores A., B., C. e o “fraterno” arcebispo que eu tenho orgulho de ser uma “aberração” transexual !!!*”. Segundo Beatriz sua tentativa era de mostrar a “hipocrisia” por atrás dos adjetivos “nobres” e “fraterno”, os colocando então como pejorativos, e, assim os opondo á “aberração” qualidade que ela, nessas circunstâncias, viu como positiva.

A maioria dos militantes que se fizeram presentes no ato, eram do movimento Ocupa UFJF. Fizeram cartazes e escreveram em alguns deles: “Jesus cura a homofobia”; “O povo também é LGBT”; “Pilatos julga, Jesus ama”; “A Religião de Jesus era o amor”; “Seu Deus é do ódio ou do Amor?”; “Esta cidade está cheia de opressão”; “Minha família não tem pai”; “Tire seu ódio do meu caminho que quero passar com o meu amor”; etc. Nós ficamos erguendo estes cartazes a princípio sem falar nada, no lado esquerdo da escadaria, mais próximo da aglutinação deles, porque nossa intenção não era competir com o carro de som. No entanto, como Beatriz mesmo disse, começaram a proferir “coisas sem noção” e todos nós começamos a reagir, gritando sem nenhuma amplificação de som.

*Quando a gente chegou lá, a gente chegou primeiro, depois eles foram chegando com **carro de som**, com todo um aparato para a **guerra** e **começaram a por músicas antes da manifestação**, umas músicas gospel. E o nosso pessoal fazendo os cartazes e eu comecei a dançar e tal, e a gente com sangue para simbolizar que a comunidade LGBTI é vítima de maus tratos pra tentar sensibilizar as criaturas. E aí eu comecei a gritar porque eles começaram a falar uma porção de coisas sem noção, né? [Beatriz, dezembro de 2015] [grifo meu]*

Já nos cartazes das pessoas contra a “ideologia de gênero” continham: “Não a ideologia de gênero, sim à família”; “Não destrua a família”; “Orientação Sexual: Direito dos pais não da escola”; “As mulheres não querem ideologia de gênero”; “Sim é sim. Não é não. Menino é menino. Menina é menina. Fora ideologia de gênero”; “Sou mulher, não fui consultada, sou contra a ideologia de gênero, sou mais família”; “Toda mulher nasce menina”; “Na democracia o povo decide” e “Não a diversidade de gênero” e ainda um com desenho, de um menino em azul, um sinal de diferente e a menina desenhada em rosa.

Beatriz depois me lembrou algumas coisas que os “cristãos” diziam ao microfone ecoando pelo Parque Halfeld:

*Eles falaram que em determinado país estavam pegando **crianças e incentivando a serem do gênero oposto** eu não lembro especificamente como. Só que*

*pegaram um menino e criaram como menina e aí, aquele menino cresceu menina, só que ele mesmo não concordava com a forma que foi criado e entrou em paranoia, tentou se matar. **Tentando dizer com isso que não adianta ir contra a natureza, se a pessoa é menino vai ser menino, não adianta você criar como menina que um dia ele vai cair em si pode tentar se matar, matar os outros e tal.** Acho que era isso que eles estavam tentando dizer.*

*E o pastor falou que eles amavam a gente que eles não estavam ali pra brigar, estavam em uma manifestação pacífica e depois que acabasse a manifestação iriam abraçar todo mundo, que eles amam todo mundo e tal: **“Amamos vocês homossexuais só que tá na bíblia o homem que se deitar com outro homem como se deita com uma mulher merece a morte”.** Eu lembro dele gritando isso no microfone.*

*Falaram que o **banheiro segundo a ideologia de gênero seria unissex.** Que segundo ela não se ia nascer mais menino nem menina, **a criança ia poder escolher oque quisesse, ser menino, ser menina.** Não seria mais registrado como menina ou como menino. **E aí falaram um monte de mentiras.** Quando subiu representantes da Comunidade Resgate tanto jovens quanto mais velhos. Não só evangélicos, católicos também. E a gente, gritou, gritou, gritou... Eu lembro que eu gritei, quando eles falaram coisas da família, eu gritei que eu tenho família, eu falei que eu era cristã. [Beatriz, dezembro de 2015] [grifos meus]*

Sim, Beatriz gritou repetidas vezes “Eu sou espírita, eu tenho família”, se afastando um pouco de nós no topo da escadaria do lado direito, andando de um lado para o outro. Enquanto isso, mais embaixo no pé da escada da Câmara Municipal, se aglutinavam pessoas. Algumas ficavam defronte do carro aplaudindo as falas de seus seguidores, outras liam nossos cartazes e como represália algumas riam de deboche de nós. Outras erguiam seus cartazes e os sacudiam pra saber se estávamos lendo mesmo e outras nos diriam um olhar de ódio. Mas nenhuma delas nos dirigiu uma palavra. Enquanto nós apontávamos para oque estava escrito em nossos cartazes e pedíamos o microfone para também ter direito a voz, realmente em número éramos minoria, mas continuamos lá até que os “cristãos” se dispersaram. No pensamento de Beatriz ela constatou:

*E, vamos dizer assim, **a gente apagou a manifestação deles** e isso foi fato mesmo, a gente conseguiu apagar a manifestação deles. Porque mesmo eles com o microfone e a gente em cima da escadaria, a gente conseguiu, a gente gritando e atrapalhando. E o pessoal que estava lá prestando atenção neles, estava mais prestando a atenção na gente, até viraram os cartazes para gente. [Beatriz, dezembro de 2015]*

Enquanto estávamos na manifestação a Tribuna de Minas, assim como havia entrevistado uma representante católica, entrevistou Beatriz que defendeu seu ponto de vista:

*Queremos ter o direito de poder estudar sem sofrer violência, que é legitimada pelo discurso de ódio, pela **ideologia que os religiosos pregam.** Vivemos num Estado laico e as pessoas tem liberdade. Querem interferir nas políticas públicas envolvendo*

*religião. Queremos ter nossos direitos garantidos e não privilégios.<sup>89</sup> [Beatriz em entrevista ao Tribuna de Minas]*

\*\*\*

Após a dispersão dos “cristãos” eu fui embora, entretanto Beatriz me contou permaneceram ali e

*A gente sentou no centro do Parque Halfeld para pensar, conversar sobre aquilo tudo que tinha acontecido. E o pessoal falou que a gente poderia estar criando um grupo para resistir a toda esta perseguição, aí foi o (R)existir. Para a gente bolar estratégias contra este tipo de manifestação, contra a perseguição, contra essas cartas que o arcebispo estava distribuindo nas escolas. A gente surgiu com a ideia de rebater estas cartas e a toda esta perseguição. A gente se reunia no Sind-UTE<sup>90</sup>. [Beatriz, dezembro de 2015]*

Contudo o grupo não persistiu e nem chegou a realizar ações segundo Beatriz. Ela ainda explicou que

*A gente acaba que, **por divergências partidárias, e de ideais**. Falando sobre isso, aquilo dali foi ficando tenso, o pessoal foi, o pessoal do PSTU<sup>91</sup> né? Eles saíram do Coletivo em massa e eu acho pra mim que eles tentaram até boicotar o Coletivo também, né? Inventando que o coletivo não representava as mulheres, silenciava as mulheres... [Beatriz, dezembro de 2015]*

Esta saída a que Beatriz se refere aconteceu por volta do mês de setembro, pois estes membros que participavam do CDC e também compunham o (R)existir não ajudaram na organização da Conferência Municipal LGBT que foi organizada pelo primeiro movimento.

Inclusive nos próximos tópicos discutirei esta conferência e também a Conferência Municipal das Mulheres ambas ocorreram ainda em 2015. Mas antes convém ressaltar que a presença de Beatriz nas manifestações na Câmara ampliou os seus contatos para além do Coletivo Duas Cabeças, conheceu o movimento negro e o feminista que se articulavam dentro da Universidade. Como ainda se fez conhecida pelo Conselho das Mulheres e pelos

---

<sup>89</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-1edicao/videos/v/grupos-vaio-a-camara-manifestar-sobre-generos-e-joao-do-joaninho/4324065/>. Acesso em: 30 de julho de 2015.

<sup>90</sup> Sindicato Único dos Trabalhadores Estaduais, no caso Beatriz se referia á subsede deste sindicato com uma sala própria no centro da cidade. <http://sindutejf.blogspot.com.br/p/quem-somos.html>

<sup>91</sup> Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado. <http://www.pstu.org.br/>

Vereadores. E também conseguiu espaço da mídia juiz-forana que só foi aumentando com as novas manifestações daquele ano em que esteve envolvida.

## **2.6 Beatriz na III Conferência Municipais de Direitos das Mulheres**

A III Conferência Municipal de Política para as Mulheres de Juiz de Fora ocorreu nos dias 20 e 21 de agosto de 2015 foi organizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Mulher que já foi mencionado em virtude das disputas em torno do Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (PMPM). Como critério para participação era preciso fazer parte de algum grupo de militância ou de apoio a grupos sociais, e podia ser uma dupla por cada um. Assim Beatriz participou junto com a amiga trans mestrandã em psicologia pelo VisiTrans. Pelo Coletivo Duas Cabeças eu me ofereci a participar, fui junto com uma membra fundadora do CDC.

Para o primeiro dia de conferência combinamos de nos encontrar na sede do sindicato com as membras do (R)existir e do Movimento Mulheres em Luta (MML)<sup>92</sup>. Beatriz nos comunicou do encontro pelo grupo do CDC no facebook em 19 de agosto:

*Querid@s, vamos nos encontrar amanhã as 17:15h no sindicato que fica na Rua Mister Moore n 157/ sala 107 para irmos junt@s para a Conferência das Mulheres na Escola de Governo!!!*

Assim a primeira atividade da Conferência consistiu de uma mesa solene naquela quinta à noite. Quando chegamos à Escola de Governo, espaço público municipal que sediou o evento, havia uma mesa de lanche posta com relativa variedade de bolos, sanduíches e bebidas como café, suco e refrigerantes. Como também estandes de trabalhos artesanais feito por mulheres desde doces a trabalhos com tecido. Nós ficamos por ali uns instantes fizemos nosso credenciamento, pegamos nosso crachá. Também lanchamos e conversamos um pouco, encontrei com algumas amigas e conhecidas da universidade. Beatriz foi cumprimentar as

---

<sup>92</sup> Movimento feminista classista de organização política das mulheres contra todas as formas de opressão históricas do capital e do machismo. Disponível em: <https://www.facebook.com/Movimento-Mulheres-em-Luta-Juiz-de-Fora-522170757858309/info/?tab=overview>. Acesso em 30 de julho de 2015.

conselheiras. O salão estava cheio, em especial de mulheres, mas havia alguns homens também, entre eles alguns vereadores e o Secretário de Governo.

De sorte que nos chamaram para a mesa que aconteceria no auditório ao qual o salão dava passagem. Quando entramos logo o fizemos lotar. Quanto a mesa solene de abertura, estava composta das autoridades do município dentre elas a única Vereadora que era contra a “ideologia de gênero” no PMPM. Beatriz ficou incomodada com aquilo e em sua fala retirou-se e eu a acompanhei.

Durante a plenária da manhã do dia seguinte, que aconteceu depois da oferta de um café semelhante ao da noite passada, ocorreu uma palestra ministrada pela coordenadora da Casa da Mulher, o Centro de Referência de Juiz de Fora para mulheres, em especial que sofrem agressões oriundas de relacionamentos abusivos que podem ser enquadradas dentro da Lei Maria da Penha. Vale ressaltar que a Casa das Mulheres foi instalada na cidade como um grande feito do governo do atual prefeito.

Retomando a palestra, a então, Coordenadora deste centro, fez uma apresentação dos casos de violência doméstica atendidos pela casa dando ênfase às formas como a agressão ocorreu, e para tornar mais clara sua fala e numa tentativa infeliz de mostrar, nas palavras dela a “*realidade dos casos que aparecem lá*” nos entupiu de imagens das mulheres feridas e machucadas. Embora tenha mostrado também a “*cara*” dos agressores para que eles fossem mesmo identificados.

Além deste show de horrores, a coordenadora falou de ações que visavam “*aumentar a auto-estima*” destas mulheres que passavam por este tipo de violência. Uma policial ofereceu trabalho voluntário para realizar junto dessas mulheres um curso de artesanato, visto que argumentava “*elogiar o trabalho destas mulheres as deixavam mais pra cima*”. No meu grupo de discussões questionei isso, uma policial seria mais bem aproveitada neste centro se oferecesse treinamento de defesa pessoal. Beatriz depois desta palestra foi trocar uma ideia com a coordenadora para saber se atendiam pessoas trans lá, tanto transexuais quanto travestis, ao que ela respondeu que atendia a primeira categoria.

Naquela manhã ainda houve três outros pronunciamentos, o de uma Deputada Federal PT-MG de Juiz de Fora, o da própria Presidente do CMDM e o de uma representante da Conferência Estadual para passar as diretrizes para a formação dos grupos de discussões e a

indicação de delegadas para a etapa estadual. Em nossa última entrevista em dezembro de 2015, Beatriz e eu conversamos sobre estas três palestras:

*Beatriz: De manhã teve uma palestra com a Presidente do Conselho e com a Deputada Federal. A Presidente do Conselho defendeu a importância do PMPM, que ele teria que ser inclusivo, tinha que atingir a toda pluralidade de menina. Interessante que esteve também lá, uma representante do Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, e na cartilha falava sobre a pluralidade feminina...*

*Marina: Ah é! Até porque estava no plural a palavra mulher, explicaram que era para abarcar essa pluralidade ...*

*Beatriz: É, aí citaram mulheres trans, travestis dentro da pluralidade feminina das variações femininas incluíam mulheres, travestis, transexuais. Aí a Presidente do Conselho também defendeu esta pluralidade, defendeu a não interferência das religiões. E a Deputada Federal, defendeu mais ainda, a não interferência da religião na política, porque o Estado é laico.*

Depois disto fomos para o almoço, também servido pela organização em outro cômodo ali naquele mesmo andar em mesa farta e com serviço de cerimonial, como garçons. Assim que terminamos de almoçar, Beatriz aglomerou alguns coletivos, nós do CDC, o VisTrans, o Maria Maria, (Re)existir, MML e o Terra Roxa, numa reunião informal com o objetivo de propor e negociar a indicação dela para a conferência estadual:

*Depois do almoço eu reuni todas as meninas, pedi para elas... Expliquei o motivo da importância de se incluir temas que abordassem travestis e transexuais, expliquei que dentro da cartilha, tanto estadual, quanto nacional, que falava da pluralidade feminina, e tal. Pedi para elas, para que todos os GDs falassem de travestis e transexuais, falassem de medidas para melhor inserção destas pessoas. Acho que isso chamou muita atenção de outras pessoas também, porque... Digamos assim, **eu assumi uma postura de liderança**. Acho que isso pode ter incomodado também. (Beatriz, dezembro 2015)*

E todos coletivos assentiram sem demonstrar resistência. Ficamos ali, em uma ampla varanda que vertia para o salão onde foi servido o almoço, durante um bom tempo discutindo, tanto que houve quem viesse nos chamar a atenção para voltarmos porque já estavam iniciando as instruções para as próximas atividades. Assim nos foi requisitado que indicássemos nos nossos grupos de discussão, que aconteceriam logo após esta explicação, representantes para serem levadas a voto na assembleia para, então, nos fazer representar na Conferência Estadual.

Porém, antes do início das atividades no auditório naquela tarde, no momento que já estávamos ali nos preparando para nos dirigirmos aos grupos. Depois de passadas às últimas instruções, uma representante de um grupo de mulheres católicas pediu a palavra, ela veio se encaminhando para o púlpito para alcançar o microfone. A Presidente do Conselho, preocupada também com a exiguidade do tempo, falou que as atividades da plenária já haviam terminado.

Houve insistência por parte da mulher e a presidente então negociou: “Vamos deixar a plenária decidir então, se ela votar a favor você pode falar. Caso contrário, não!”

E assim foi, grande parte da plenária, interessada em prosseguir na formação dos grupos, foi contra abertura de fala para a representante católica. Mesmo assim ela, ainda no púlpito e com o microfone na boca foi iniciar uma fala. Neste momento, Beatriz que estava sentada a três fileiras de distância do púlpito, levantou-se passou ocupou o centro do auditório ergueu a mão para cima e dirigindo-se para o púlpito com o leque na mão foi proferindo repetidamente: “*Não vai falar nada, não vai falar não!!!*”

A própria Beatriz depois deu sua versão do que houve:

*E aí quando a gente voltou do almoço, a Presidente do Conselho falou que tinha uma representante católica que havia pedido a palavra 15 minutos, para expor o posicionamento dela. Porque ela não havia ficado satisfeita, nem com a fala da Presidente, nem com a da Deputada Federal. Aí a Presidente falou: “que tudo bem, que poderíamos resolver democraticamente, eu sugiro que se ela for falar, acho que todo mundo pode falar, que as meninas do VisiTrans falem. Só que eu acredito também que representantes dos outros movimentos vão querer falar também. E não ia ter tempo, porque todos pediriam 15 minutos de fala também e eram vários movimentos”. E aí foi para a votação, ou deixavam ela falar e todo mundo iria falar. Aí o pessoal votou contra a representante católica falar. E como ela já estava na tribuna, com o microfone, ela começou a querer falar. Foi quando eu me levantei e falei que ela não ia falar, porque o Estado era laico, que ela voltasse pra Igreja dela e que ela fosse falar as coisas dela lá. Que a gente não ia aceitar. (Beatriz, dezembro de 2015)*

Parte da plenária aprovou a atitude de Beatriz aplaudindo, a mulher representante das católicas se retirou do púlpito, e logo depois a Presidente pegou o microfone e nos foi apresentado alguns critérios para esta seleção de delegadas para a Conferência Estadual. Existiam, inclusive, cotas para determinadas categorias de mulheres, inclusive para diversidade sexual, muito embora não existisse cota para mulheres trans, em específico. Mas, no meio da apresentação destas cotas, que estava sendo feita, havia uma categoria de mulheres, a “das águas”, que não podia ser contemplada porque não existia em Juiz de Fora. Sendo assim, uma das membras do coletivo Maria Maria sugeriu que fosse substituída por “mulheres trans” porque aí haveria de contemplar a realidade do município. E a presidente levou isso para decisão da assembleia, que deveria expressar seus votos positivos erguendo os crachás. E a maioria ergueu e assim foi estabelecida a vaga para uma representante da categoria “mulher trans”.

Logo depois desta decisão a Presidente do CMDM passou a convocar as conselheiras que iriam monitorar os GDs e posteriormente a gente seguindo cada monitora. Eu e Beatriz acabamos não indo para o mesmo porque a escolha dos Eixos de Discussão se deu no ato da inscrição e não pensamos em combinar. Sobre sua indicação no GD que participou Beatriz disse: *“Como a maioria era de cis eles decidiram praticamente por unanimidade ter uma representante trans. Foi a primeira vez que em uma conferência das mulheres havia duas mulheres trans, eu e a minha amiga do VisiTrans”*. (Beatriz, dezembro de 2015)

No entanto Beatriz ao terminar as discussões contou sobre uma interpelação de duas conselheiras que repetiu pra mim em nossa última entrevista:

*Até a gente foi para os grupos de trabalho e quando a gente voltou dos grupos de trabalho, duas conselheiras vieram falar comigo. Foi a que agora é a atual presidente, e uma loira lá. Esta loira, falou que eu era muito bem vinda, na Conferência é na Casa dos Conselhos. Que eu estava começando agora que eu tinha um futuro brilhante pela frente e tal. Mas que eu não podia ter feito aquilo com a representante da católica. Que eu fui sem educação com ela, que eu não podia ter me excedido, que eu não ter feito aquilo, não poderia ter feito acolá. Me passou o maior sermão. Depois veio a atual presidente, que falou menos, mas falou que eu não deveria ter feito isso também. Que elas não concordavam com aquilo. E isso me deixou muito puta porque elas não tinham que concordar com nada, porque essa representante católica poderia falar uma série de asneira que feria, que iria ferir a gente com certeza, porque quando eles estavam lutando pela “ideologia de gênero” eles falaram uma porção de coisas horríveis e a gente tinha que escutar calado. Agora a gente pode ficar ofendida, eles não. Então assim, a gente percebe que elas não estavam ali do nosso lado né? (Beatriz, dezembro de 2015)*

Beatriz contou sobre esta interpelação ainda na conferência, quando acontecia mais um café, agora da tarde, oferecido também pela organização da Conferência. Depois dele foi aberta novamente a plenária a fim de que apresentássemos nossas propostas e nossas indicadas para a votação, para, enfim serem nossas delegadas na Conferência Estadual dos Direitos das Mulheres. Beatriz foi mesmo indicada, porque sua amiga trans presente na Conferência não havia se inscrito, a vaga foi dela para representar Juiz de Fora em Belo Horizonte. Ela ficou muito satisfeita, foi parabenizada pelos seus votantes.

*Eu fiquei tão feliz porque pela primeira vez, era a terceira conferência, teve duas mulheres transexuais e teve, entre aspas uma “ótima aceitação”. Mas eu vi que a aceitação foi mais da Presidente e das meninas militantes, dos movimentos feministas, negro e tal. Das conselheiras, tirando a Presidente, não confio em nenhuma das outras. (Beatriz, dezembro de 2015)*

\*\*\*

No entanto depois de transcorrida a Conferência Municipal, Beatriz ficou aguardando as próximas instruções para se fazer presente na etapa estadual. Ela teve problemas na



efetivação de sua participação como delegada, e isso acarretou a participação da outra Representante do Coletivo Duas Cabeças que era minha dupla e havia também sido eleita como delegada. Beatriz explicou que transcorridos vários dias houve uma convocação por telefone do Conselho Municipal de Direitos das Mulheres para uma reunião às pressas porque o número de representantes escolhidas na Conferência havia sido maior do que o demandado pela Conferência Estadual. Em nossa última entrevista conversamos a respeito:

*Marina: Bom, depois da Conferência Municipal de Direitos das Mulheres o que aconteceu sobre sua participação na Conferência Estadual?*

*Beatriz: Eu lembro que quando chegou perto da Conferência Estadual, elas iam entrar em contato com a gente para irmos para BH. Ia ter um ônibus, lá ficaríamos em um hotel, isso aí tudo de graça.*

*Marina: Tudo de graça... Você diz bancado via Conselho, né?*

*Beatriz: Isso, só que eu recebi um telefonema avisando que elas iam ter uma reunião na Casa dos Conselhos às 14:30 h e me ligaram só às 14 h, falando que tinha surgido um problema na hora da seleção das representantes.*

*Marina: Quem te ligou? Foi a própria Presidente?*

*Beatriz: Não. Foi a secretária lá da Casa dos Conselhos, falando que ia ter esta reunião urgente, que ela havia mandado email. Mas que estava ligando para confirmar também se eu iria, porque como as delegadas haviam sido eleitas de forma errada, não explicaram o motivo. Então, assim, teria que ter uma nova eleição. Se ninguém desistisse teria que ser feita uma eleição, ou seja, não estava certo que todo mundo iria. Eu fui eleita, mas não estava mais certo que eu iria.*

*Marina: Teria que diminuir a quantidade de delegadas é isso?*

*Beatriz: Isso, porque a eleição foi feita de forma errada. E quem não fosse na reunião, estaria abrindo, vamos dizer assim, a mão de ir. Só que ela era 14:30h e eu estava em casa às 14h lá em casa. Então eu falei, então tá né? Eu não vou poder ir. E foi avisado que teria só uma vaga para diversidade sexual, então como era eu e a Representante do CDC aí teria que escolher. E aí eu acabei falando que eu não ia, que eu não podia ir por um motivo e tal. Mas eu acho que a Representante do CDC chegou a ir, mas ela até falou que preferia que eu fosse só que eu acabei não indo. Decidi não ir por que eu sabia que elas estavam me sabotando a minha eleição. Foi muito estranho aquilo.*

*Marina: A Representante do CDC foi a reunião com as delegadas?*

*Beatriz: Não, eu acho que nem ela foi... A gente se encontrou depois com o pessoal do Coletivo, aí eu falei isso com ela. Ela disse que não recebeu email também avisando da tal reunião, e nem a ligação, eu que avisei isso pra ela. E depois ela foi lá na Casa dos Conselhos para tirar satisfação, aí realmente tinha uma vaga.*

*Marina: Estava aberta a vaga?*

*Beatriz: Sim, aí eu falei com ela que eu preferia que ela fosse. Porque eu sabia que se eu fosse para BH, que elas iriam me anular porque elas não estavam concordando com a minha postura e eu deixei que ela fosse. **E foi aí que eu perdi a confiança em Conferências, porque eu vi que elas não estavam ali para lutar por direitos de todas, só de determinadas mulheres, não de todas as mulheres. Eu desisti por isso, eu sabia que eu iria ser silenciada porque elas seriam a maioria.***

*Marina: E a Representante do CDC foi?*

*Beatriz: A Representante do CDC foi. Mas acabou que nós não conversamos muito bem a respeito disto sobre como foi lá e tal. Mas se não me engano ela foi eleita pra ir para Brasília, não sei. Mas outras pessoas falaram também que este tipo de conferência não leva a nada é só pra falar que tá fazendo alguma coisa.*

## **2.7 II Conferência Municipal Dos Direitos LGBTI De Juiz De Fora**

A II Conferência Municipal dos Direitos LGBTI de Juiz de Fora, aconteceu no dia 25 de setembro de 2015, e diferente da Conferência Municipal dos Direitos das Mulheres, em que houve um conselho que viabilizou sua organização, não havia e não há Conselho Municipal de Direitos LGBTI no município. E a primeira Conferência LGBTI, como já foi dito, foi organizada no ano de 2011 pelo Mudd\*Se em parceria com o MGM no 14º Rainbow Fest com o apoio da Prefeitura Municipal. A segunda, da qual estou tratando, foi promovida pelo Coletivo da Diversidade Sexual e de Gênero Duas Cabeças e sem recursos públicos.

No entanto contou com a colaboração de outros setores. Como da UFJF, em específico da FACED por meio de um professor, responsável inclusive por providenciar a sede da Conferência naquela faculdade. E da Ordem dos Advogados Brasileiros de Juiz de Fora na pessoa da Presidente da Comissão de Direitos Humanos que levou às propostas aprovadas pela Conferência à Secretaria de Governo de Juiz de Fora.

Eu estive presente no dia 25 de setembro, mas na época nem cheguei a saber que estavam precisando de ajuda na organização da Conferência Municipal LGBTI, foi uma mobilização às pressas segundo Beatriz, para o Coletivo Duas Cabeças garantir a participação na Conferência Estadual dos Direitos LGBT:

*A Conferência LGBTI a gente ficou sabendo muito em cima da hora que se a gente não fizesse uma Conferência, municipal ou regional, a gente não poderia enviar delegados para a conferência estadual, nem nacional. Tipo assim, a gente tinha... Digamos, um mês para organizar uma conferência. Para ter data para eleger os delegados para mandar para estadual. Porque tem um tempo, tem que mandar quinze ou vinte dias antes. Então a gente organizou muito rápido, acho que em duas semanas nós a organizamos bem em cima da hora. **Foram poucas pessoas, e pouquíssimas pessoas do Coletivo. Porque aí foi quando houve uma debandada, muitas pessoas saíram do Coletivo.** Porque foi aquela história que te contei, que muitas meninas que eram ligadas ao PSTU e do (R) existir, saíram assim do Coletivo em massa e não ajudaram em nada na conferência e nem participaram, assim, nem compareceram na conferência, sabotaram a conferência. **Então quem organizou mesmo e pegou para organizar fui eu e mais seis pessoas.** Sendo que algumas delas entraram no Coletivo para ajudar na Conferência. Aí a gente queria fazer uma coisa mais bem feita, a gente conseguiu parceria com o professor da FACED, para ser no anfiteatro dela. **A gente teve que organizar praticamente sem recurso nenhum a Prefeitura não ajudou em nada.** (Beatriz, dezembro de 2015) [grifo meu]*

Assim a Conferência Municipal foi organizada às pressas visto que a Estadual já iria acontecer entre os dias 16 e 18 de outubro e o prazo para indicação dos delegados era até um mês antes disto. Uma justificativa possível para a ausência das pessoas, além do afastamento de alguns membros do próprio CDC, poderia ter sido a falta de antecedência da divulgação para os outros movimentos e coletivos se organizarem. Assim, quanto à participação dos movimentos de militância foi muito pouca, quase inexistente, a própria Beatriz disse ter ido como representante de três entidades do VisiTrans, do Coletivo e do (R)existir. Mas ela demonstrou certo otimismo focando no objetivo principal que era levar representantes para etapa estadual: “*E foram poucas pessoas, mas as pessoas que foram estavam interessadas. Foi bacana a gente conseguiu eleger delegados para ir para BH.*”

E isso me levou a questionar Beatriz quanto à negativa de prestar recursos por parte da Prefeitura de Juiz de Fora se isso também não refletia uma falta de prazo, já que tudo em relação a Conferência foi organizado tão às pressas, ela me respondeu: “*Não porque eles não gostam de se posicionar a favor deste tema, né? Ainda mais depois PMPM e do PME. Enfim, a gente realizou, a gente decorou com pouco dinheiro, fizemos um arco-íris de balão...*”. E também diante de tudo que conseguiram fazer eu a perguntei como então conseguiram os recursos para a organização, ela me contou: “*É tipo uma vaquinha, o Professor da FACED ajudou também.*”

*A gente conseguiu os balões, a toalha da FACOM<sup>93</sup>... Alguém trouxe café, alguém trouxe biscoitos... As bandeiras a mãe de uma membra do coletivo que fez de TNT”.*

Eu cheguei um tanto atrasada para a abertura da Conferência que estava marcada para a 8h da manhã. Acontecia uma mesa solene de abertura, que depois Beatriz contou: *“Aí eu compus a mesa junto como o Professor da FACED, o Presidente do MGM, com a Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB (CDH-OAB). E uma cantora lírica intersexo se ofereceu e cantou o Hino Nacional”.*

Assim que cheguei defronte a porta do auditório a mesa estava se findando, notei que havia uma mesa pequena onde estavam colocadas a disposição poucas garrafas de café, e algumas jarras de suco e biscoitos. Em um balcão logo diante da porta do anfiteatro havia dois membros do Coletivo assegurando as informações e coordenadas para a localização e repondo a mesa de café. Não havia credenciamento nem crachás. Mesmo adiantada da hora eu entrei no auditório já estavam batendo palmas e havia muitas opções vagas para eu me sentar. Registrei a presença da Diretora Ações Afirmativas sentada na plateia.

Logo a mesa foi descomposta e, assim que pude, fui até Beatriz para me informar em qual grupo de discussões ela estava, foi então que ela me contou que ela iria ser monitora do Eixo III “Seguridade Social: Saúde, Assistência e Previdência Social”, participei deste GD e da plenária final para a eleição de delegados.

Fomos então em direção a mesa de café, e, conversando, soube que iriam participar do GD de Beatriz três estudantes de medicina da UFJF. Ela me colocou a par da situação que eles estariam envolvidos com a proposta do VisiTrans em criar uma ambulatório para o atendimento de pessoas trans em Juiz de Fora. Ao nos encaminharmos para nossa sala outra moça foi conosco, assim em nosso GD éramos 6, bem diferente do contexto da Conferência das Mulheres em que no meu GD havia mais de vinte pessoas.

Assim que chegamos em nossa sala Beatriz me pediu que eu fizesse a gentileza de fazer a leitura das diretrizes orientadoras para a formulação das propostas e ficar responsável pela digitação do documento. Para isso inclusive ela levou o próprio notebook. Todos nós nos apresentamos, especifiquei minha condição de pesquisadora e minha relação com Beatriz. E nos pusemos a discutir, e o resultado desta discussão originou 13 propostas:

---

<sup>93</sup> Faculdade de Comunicação Social da UFJF.

1. Realização de um levantamento estatístico da população travesti e transexual e levantamento de demandas para a concretização do atendimento ambulatorial desta população baseado na utilização do nome social no cadastro do Sistema Único de Saúde, segundo a portaria ministerial 45 de 7 de janeiro de 2009.
2. Elaboração e implementação de nova campanha de divulgação do direito ao nome social no Cartão SUS, promovida pelo governo municipal, que inclua o treinamento de servidores(as) municipais
3. Estabelecimento de parcerias entre Prefeitura de Juiz de Fora, por meio do Centro de Vigilância e Saúde, e a Universidade Federal de Juiz de Fora, visando à implantação de um ambulatório para atendimento interdisciplinar em saúde da população LGBTTI, com prioridade para pessoas transexuais, travestis e intersexuais, em especial ao que corresponde à normativa do processo transexualizador, segundo portarias 457 de 19 de agosto de 2008 e 1707 de 18 de agosto de 2008, incluindo formação permanente do quadro de servidores(as).
4. Ampliação dos serviços do processo transexualizador para outras identidades de gênero, como travestis e intersexuais, em demandas de saúde que sejam comuns.
5. Formulação de uma política de saúde de redução de danos para crianças transexuais, prevenindo suicídios, depressões profundas, que levam ao abandono da escola e mutilações, entre outros, buscando oferecer bloqueamento do desenvolvimento de características sexuais secundárias para essas crianças.
6. Realização de uma campanha, em nível estadual e municipal, para que não haja decisões unilaterais por familiares e médicos(as) respeitando o protagonismo da criança intersexual na constituição de sua identidade de gênero.
7. Orientação dos exames médicos, em casos que sejam aplicáveis, por “prática sexual” e não por “orientação sexual”, tendo em vista que essa prática classifica e hierarquiza a forma de atendimento causando constrangimentos ao(à) paciente.
8. Promoção de atendimento em saúde que respeite o homem trans em todas as suas especificidades.
9. Estender o atendimento e o acolhimento da Casa da Mulher, em relação a violência de gênero, às travestis e mulheres transexuais.
10. Retirada das restrições relacionadas a identidade de gênero e orientação sexual na doação de sangue.
11. Formulação de uma política pública que ofereça isenções fiscais para faculdades que disponibilizem bolsas de estudo e para empresas que disponibilizem vagas de emprego para travestis e transexuais.
12. Ampliar e incentivar o acesso aos cursos oferecidos pelo PRONATEC a travestis e transexuais com baixa ou nenhuma escolaridade.
13. Criação de comitê interministerial dedicado a pensar políticas públicas de promoção de direitos LGBTTI em especial no setor de seguridade e previdência social.

Na plenária, após aos GDs, fomos fazer a leitura das propostas e eleger os delegados indicados. Durante a leitura foi muito frisado, principalmente por Beatriz a necessidade de incluir o “I” de intersexual à sigla LGBT que era a usada pelos âmbitos Estadual e Nacional.

Inclusive na decoração da mesa da plenária além da bandeira do arco-íris havia uma bandeira respectiva de cada letra.

Na proporção exigida pelas diretrizes os representantes foram eleitos, Beatriz estava entre eles. Contudo mais uma vez ela não pode ir, e desta vez pela falta de recursos: “*Só que não conseguimos recurso para mandar os delegados para lá. Acabou que eu não fui para a Conferência Estadual LGBTI porque eu não tinha recurso. O pessoal foi de carro. Um membro do Coletivo foi e um médico da prefeitura.*”

Quanto aos recursos no dia 13 de outubro o Coletivo enviou um email:

*Olá amig@s!*

*Infelizmente, até o momento não conseguimos o transporte d@s Delegad@s para a Conferência Estadual dos Direitos LGBT de Minas Gerais que acontecerá de 16 a 18 de Outubro, em Belo Horizonte. A lista com a delegação e as propostas aprovadas na Conferência Municipal, que ocorreu em Juiz de Fora, já foram enviadas para a Secretaria de Direitos Humanos de MG. Estamos buscando apoio para o transporte com todos os nossos parceiros, mas infelizmente até o momento não tivemos nenhum sucesso. Vamos continuar buscando esse apoio dos nossos parceiros e retornaremos a conversar com vocês assim que tivermos uma solução. Caso a situação se mantenha, cada delegado deverá arcar com o seu transporte até Belo Horizonte. É importante lembrar que a hospedagem e a alimentação já são garantidas pelo Governo de MG, mas o transporte até Belo Horizonte seria uma obrigação do município. Portanto, quem foi eleit@ delegad@ e tiver disponibilidade de arcar com a sua passagem até BH não terá outro gasto além desse. O local da Conferência Estadual é em Caeté, no Hotel Tauá, região metropolitana de BH.*

*Atenciosamente,*

*Coletivo da Diversidade Sexual e de Gênero Duas Cabeças*

No entanto as propostas aprovadas não foram enviadas só pra Belo Horizonte, o CDC aproveitou a presença da Presidente da CDH-OAB/JF e sua acolhida para levar o documento resultante desta II Conferência LGBTI para a Secretaria de Governo. Entretanto Beatriz contou que não obtiveram uma resposta positiva:

*E tudo que foi discutido e feito na nossa Conferência foi levado para uma reunião como Secretário de Governo. Eu não pude ir por algum motivo, foi advogada Presidente da Comissão de Direitos Humanos. O secretário recebeu, mas falou que eles não podiam fazer nada, não podiam por aquilo tudo ali em prática. **Porque infelizmente a gente tinha que entender que eles ficaram de pés e mãos atados porque a Câmara Municipal era totalmente conservadora.**(Beatriz, dezembro de 2015)[grifo meu]*

Assim da mesma forma que a negociação do Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, as proposições da Conferência Municipal LGBTI tentaram uma negociação com

o poder executivo de Juiz de Fora, que não apresentou soluções satisfatórias em nenhum dos dois casos remetendo a total imobilidade ao poder legislativo.

## **2.8 Entre a política de coalizão e política de identidade**

O campo de possibilidades para o projeto individual de Beatriz de tornar-se militante e expandir o espaço para vivências trans em Juiz de Fora se abre em virtude dos programas de governo o “Escola sem homofobia”. Estes programas refletiram em sua trajetória de vida por duas vias, primeira indiretamente pela conformação de uma articulação no campo acadêmico que por meio do Núcleo PPS a fez alcançar o grupo de apoio e militância VisiTrans. E, a segunda via, por que estes programas se tornaram o estopim para uma reação conservadora que suscitou um pânico moral conformador de uma guerra sexual que, conjuntamente a outros fatores, como a entrada de Beatriz no Coletivo Duas Cabeças e o seu entrosamento com a UFJF, fez com que ela alcançasse patamares de reconhecimento e visibilidade que puderam ser demonstrados por sua participação na III Conferência Municipal de Direito das Mulheres e organizadora da II Conferência Municipal de Direito LGBTIs.

Contudo resquícios vivos do conflito sexual a impediram de alcançar a participação democrática em ambas conferências a nível Estadual. Como os improvisos e desculpas do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres em relação a sua eleição como delegada de Juiz de Fora e a negação do município em arcar com a ida das delegadas eleitas pela LGBTI entre as quais ela estava, como ainda a negação do Secretário de Governo em levar as propostas da LGBTI para a apreciação do legislativo “conservador”.

Ao mesmo tempo, o ponto principal deste capítulo, no contexto de Juiz de Fora, a articulação gerada entre os movimentos sociais em decorrência do ápice do conflito foi desmantelada em virtude de rachas partidários como houve no “Duas Cabeças”, posições antagônicas dentro do Conselho das Mulheres sobre a postura de Beatriz conivente á decisão da plenária de não ceder á fala a delegada católica, e ao mesmo tempo que as feministas dos coletivos presentes na III CMDM apoiaram a indicação de Beatriz para delegada estadual, elas não manifestaram exigir e cobrar do conselho das mulheres uma postura. Desta maneira isso vem a demonstrar possibilidades e limites da articulação entre os movimentos sociais e/ou sociedade civil organizada.

Para compreendermos estes limites e possibilidades retomo a pergunta inicial da problematização de Butler (2003) sobre o conceito de gênero: “Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais?” (BUTLER, 2003:25).

Essa é uma provocação feita por Butler (2003) ao feminismo, que sugere uma autocrítica partindo da investigação de como o *sexo* está arraigado á aspectos culturais específicos provenientes de certa concepção de *gênero*, e assim se pode desnudar as relações de poder que envolve o manejo da estabilidade do par sexo/gênero. Ou melhor, mencionando as palavras da própria Butler (2003, p.23): “Determinar as operações políticas que produzem e ocultam o que se qualifica como sujeito jurídico do feminismo é precisamente a tarefa da *genealogia feminista* da categoria mulheres”.

Inclusive foi o que dotou algumas feministas de um olhar colonizador sobre singularidades culturais apagadas e silenciadas por conta da universalidade da categoria mulher, embasada principalmente na compreensão de fatores biológicos como o sexo, como conformadores de uma unidade representativa política, como aborda Nicholson () a negação do determinismo biológico ou o fundacionalismo biológico, da virada ginocêntrica que negava a identidade de mulheres á transexuais. E, é neste caminho que também seguem as proposições do transfeminismo sobre a denúncia e desconstrução da cisgeneridade como normativa hegemônica.

Com isso não se pode compreender a *identidade de gênero*, segundo Butler (2003), como uma unidade e nem que ela se exauri, neste termos, á categoria *mulher*, pontua que: “Seria errado supor que a discussão sobre a “identidade” deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de as “pessoas” só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com os padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero” (Butler, 2003:37). E esses padrões para Butler (2003) compreendem em dizer que *identidade de gênero* é uma relação de suposta coerência entre *sexo*, *gênero* e *prática sexual/ desejo*, regulada pela heterossexualidade compulsória. Esta heterossexualidade compulsória é também naturalizada e “requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre feminino e masculino, em que esses são compreendidos como atributos expressivos de ‘macho’ e ‘fêmea’.” (BUTLER, 2003:38-39)

Assim, o que chamo a atenção aqui nesta análise, é para a disparidade entre a inteligibilidade social do sujeito mulher conforme coerência entre sexo/gênero e a



inintegridade social das pessoas LGBTIs, em especial das pessoas trans conforme a esta mesma coerência, e então questionar para quais interesses políticos e sociais servem esta disparidade?

Como foi visto pelo quadro de crise política nacional no qual se processa também uma guerra sexual, esta disparidade serve aos interesses dos setores mais conservadores da sociedade que se legitimam a partir desta integridade, criando um pânico moral embasado na deturpação de conceitos cientificamente elaborados em prol da emancipação de identidades ininteligíveis e, por isso, socialmente deslegitimadas. Esta deturpação se trata do que os conservadores denominam por “ideologia de gênero”, na qual reiteram o determinismo biológico e o binarismo de gênero.

Em oposição a essa deturpação, a ampliação do campo de atuação destes conceitos, aqui em especial o de gênero, alcança as discussões dos movimentos feministas e de mulheres, como foi observado pelas categorias de cotas para delegadas, elencadas na Conferência Municipal de Direitos para as Mulheres, e para a reivindicação da inclusão da categoria de mulher trans. No entanto, talvez o que tenha suscitado a reação de algumas conselheiras contra a atitude de Beatriz na plenária e não ter sido concretizada sua participação na conferência estadual das mulheres tenha sido ainda a defesa de uma certa concepção de unidade na política. Butler (2013) pontua que a pretensão globalizante de uma unidade representativa das “mulheres” já estava sendo criticada por parte de feministas, como já elencamos, que achavam tal categoria normativa e excludente, e por esta crítica ficou evidente a exclusão das multiplicidades de intersecções culturais, sociais e políticas, como a de Beatriz, por isso chama a atenção de que:

Seria errado supor de antemão a existência de uma categoria “mulheres” que apenas necessitasse ser preenchida como os vários componentes de raça, classe, idade, etnia e sexualidade para tornar-se completa. A hipótese de sua incompletude essencial permite à categoria servir permanentemente como espaço disponível para os significados contestados. A incompletude por definição dessa categoria poderá assim, vir a servir como um ideal normativo, livre de qualquer força coercitiva. (BUTLER, 2003:36)

Assim Butler (2003) elenca uma estratégia de como o feminismo deve fazer para fugir de qualquer ato colonizador e coercitivo, “política de coalizão aberta”. Que se trata de uma política de coalização que questiona a pretensão de unidade das pautas e das identidades porque tal unidade causa fragmentação. Então sem essa pretensão de unidade também ficam abertos espaços de contestação, e para “identidades alternativamente instituídas e abandonadas”. Como

uma política de coalizão aberta sugiro a compreensão da forma como se articularam os movimentos sociais em suas ações na Câmara Municipal de Juiz de Fora, em prol da inclusão das pautas de orientação sexual e identidade de gênero no Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres de Juiz de Fora. Nesta articulação não foi uma primeira preocupação definir uma unidade representativa, e nem a pauta se direcionava só ao plano das mulheres em si, mas também para a abertura da discussão de gênero e sexualidade inclusive no plano de educação contra uma posição reacionária majoritariamente embasada em preceitos fundamentalistas cristãos.

Sem a pressuposição ou objetivo da “unidade”, sempre instituído a nível conceitual, unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação da identidade. Sem a expectativa compulsória de que as ações feministas devam instituir-se a partir de um acordo estável e unitário sobre a identidade, essas ações bem poderão desencadear-se mais rapidamente e parecer mais adequadas ao grande número de “mulheres” para as quais o significado da categoria está em permanente debate (BUTLER, 2003:36).

Contudo como trouxe em minhas observações de campo em relação as articulações dos movimentos sociais, que foram compreendidas como política de coalizão nestes termos de Butler (2003), apresentou alguns limites quando confrontada á existência de categorias identitárias mais inteligíveis pela coerência entre sexo/gênero e historicamente mais consolidadas como a das “mulheres”. Ou ainda no formato das manifestações que ocuparam a câmara entre os meses de junho a julho de 2015, a política de coalizão operou graças ás múltiplas convergências e divergências sem seguir uma normativa preestabelecida, e o mais importante agregou justamente porque seus objetivos não estavam preestabelecidos.

No entanto, no contexto das Conferências, sobre o qual já existe uma prefiguração de proposições seguindo demandas específicas, é percebido que as demandas como maior integibilidade social e política, a das mulheres, se sobressaíram ás demandas com menor integibilidade social e política, a das LGBTIs. Isso é percebido na própria consolidação histórica das duas categorias, e mais ainda se formos desmembrar essas letrinhas, na categoria identitária das pessoas trans, que ainda estão na luta pela despatologização de sua identidade.

No entanto a implosão de categorias identitárias essencializadas como a de mulheres, e a contestação de lugares fixos, como faz Beatriz ao se levantar e impedir a fala da representante católica é um caminho possível para a afirmação de novas identidades nos espaços de coalisões contruídos, como a articulação de Beatriz com outros movimentos feministas durante a

conferência e sua indicação para delegada. E é neste sentido que pela via do transfeminismo, Jaqueline Gomes de Jesus (2014) provoca o questionamento sobre como abolir os gêneros. Que se trata do debate mesmo entre a teoria queer e as políticas identitárias, em seus termos ela pontua:

Se para aquelas essas construções sociais devem ser superadas a partir do reconhecimento de seu papel mutilador na formação dos seres humanos plenos, para estas os privilégios e relações de poder estabelecidos impedem, no mundo real, uma superação concreta dos gêneros, porém exige que as diferentes identidades sociais postas sejam igualmente reconhecidas (JESUS, 2014:6)

Assim para Jaqueline Gomes de Jesus (2014) entre os extremos dos “abolicionistas de gênero” e os “partidários da segregação de gênero” o transfeminismo está a meio termo deles tendendo em direção aos “abolicionistas mais engajados”. E em uma visão particular dela “não considero que os gêneros serão abolidos apenas discursivamente, por textos científicos, artigos ou manifestos. Por isso advogo, como uns e outros sabem que as políticas identitárias podem abarcar a diversidade das expressões de gênero, sem hierarquizações.” (Jesus, 2014:7)

Logo, pode-se encontrar possibilidades e limites em cada estratégia, como pode ser observado pela construção mesma do Coletivo Duas Cabeças que agrega várias expressões de gênero e sexualidades, desde heteronormativas a queer, e, no entanto invoca a identidade trans para a consolidação de direitos dentro da UFJF como o nome social e o banheiro inclusivo, ainda que com o respaldo institucional da Diretoria de Ações Afirmativas, trazendo a ampliação dentro da universidade do debate sobre a diversidade sexual e de gênero, possibilitando a afirmação de outras identidades.

### CAPÍTULO 3

#### TRANS EM “TRANSIÇÃO”: O PROCESSO DE TRANSEXUALIZAÇÃO

Este capítulo se dedica a compreender como a “transautonomia” (BUTLER, 2009) de Beatriz se relaciona a seu processo de “transincorporação” (PRECIADO, 2014). Ou ainda, analisar como o projeto de Beatriz de realizar a cirurgia de transgenitalização, conformado a um campo de possibilidades restrito<sup>94</sup> para sua autonomia em relação as suas transformações corporais, pode constituir-se como um projeto de tornar-se militante após as transformações corporais que mais desejava e a um campo de possibilidades propício<sup>95</sup>. E por fim, compreender como a militância é incorporada por Beatriz a ponto de ressignificar seu corpo e se afirmar como “Bruxa transgênica descendente de índios com sangue baiano correndo nas veias”.

Vou começar com uma breve cronologia para relembrar em que se constituía um campo de possibilidades restrito a autonomia de Beatriz quanto às transformações corporais ainda que com os avanços trazidos pelo Processo Transexualizador. Em fins de 2005, Beatriz inicia sua busca pela cirurgia aos 25 anos de idade e conseguiria inserir-se no HUPE em 2008; lá recebeu o diagnóstico em 2009, quando também conseguiu acesso gratuito à hormônioterapia. No ano de 2011 abriu o processo de retificação do nome nos documentos civis e, em 2012, entrou com o pedido de depilação a laser dos pelos faciais. No começo do ano de 2013 realizou a “cirurgia de transgenitalização” e só depois de 10 anos do início de sua busca, em agosto de 2016 aos 35 anos de idade, conseguiu cumprir todas estas etapas com a finalização de seu pedido de retificação de nome dos registros civis.

Sendo que o que Beatriz entendia por “período de transição”, que propôs como temática de pesquisa que originou em 2011 as discussões para esta dissertação, durou 5 anos, que estão distribuídos entre o início da hormônioterapia que começou já em 2008, mesmo sem o acesso gratuito, finalizando em 2013 com retirada dos pelos faciais a laser. Diante desta saga, chamo a atenção para o fato de que Beatriz, mesmo depois de se considerar “*adequada visualmente*”

---

<sup>94</sup> Como abordei no primeiro capítulo os limites da proposta de integralidade do Processo Transexualizador, e a falsa ideia de autonomia em decorrência de o diagnóstico servir para todos os procedimentos necessários à transformação corporal.

<sup>95</sup> Como abordei no segundo capítulo a criação do VisiTrans e do Coletivo Duas Cabeças, as circunstâncias vividas na UFJF pela ocupação da Reitoria, e a guerra sexual quando houve a articulação de vários movimentos.

como dizia, ainda teve que viver cerca de três anos com seu registro de nome civil “*inadequado*” à sua autodenominação de gênero e expressão de gênero.

Então, diante disso, em que termos é possível pensar uma “transautonomia” para Beatriz? A transautonomia é problematizada por Butler (2009) ao questionar o diagnóstico que torna patológica a transexualidade: estaria ele embasado nas normas de gênero e buscaria forçar a adaptação a tais normas, então em que termos ele pode garantir o acesso gratuito aos procedimentos? Seria válido nestes termos usufruir deste acesso exercendo uma autonomia limitada? A levar por base a biografia de Beatriz cujo processo durou 10 anos entrelaçados aos constrangimentos sociais e insatisfação pessoal em virtude desta espera, isso só ajuda a constatar que o diagnóstico atua mesmo como uma regulação do gênero que paralisa a ação, uma vez que as condições sociais continuam enveredadas às normativas de gênero, como vimos nas disputas em torno dele no segundo capítulo. Desta forma Butler (2009) propõe uma reflexão sobre a autonomia:

Num certo sentido, precisamos nos desfazer para que sejamos nós mesmas: precisamos ser parte de um extenso tecido social para criar quem nós somos. Este é um paradoxo da autonomia, um paradoxo é intensificado quando as regulações do gênero funcionam para paralisar a capacidade de ação do gênero em vários níveis. Até que essas condições sociais tenham mudando radicalmente, a liberdade requererá não liberdade, e a autonomia estará enredada de sujeição. Se o mundo social precisa mudar para que a autonomia se torne possível, então a escolha individual mostrará ser dependente desde o início de condições que nenhum de nós produziu ou desejou e nenhum indivíduo será capaz de fazer escolhas fora do contexto de um mundo radicalmente mudado. A mudança vem de uma ampliação de ações coletivas e difusas que não seriam próprias a nenhum sujeito singular, ainda que o efeito dessas mudanças seja que se venha a agir como um sujeito. (BUTLER, 2009:122-123)

Logo, foram ações coletivas e difusas que se interpenetraram na trajetória de Beatriz por meio dos eventos acadêmicos, das participação no Núcleo PPS de sua participação nos movimentos de militância universitários, da articulação que realizou para o enfrentamento ao cerceamento de direitos, em resumo ações que foram tratadas nos capítulos anteriores que vieram mudando a perspectiva de Beatriz de um discurso patologizante sobre sua subjetividade para um reconhecimento de sua identidade trans. E, ao mesmo tempo suas próprias ações tem se somado a este espectro de mudanças como sua participação na Parada Gay de 2015 que trarei adiante.

Assim, através da campanha da despatologização, tem sido provocados caminhos que sugerem algumas mudanças, como pontuei no primeiro capítulo. E, se pudermos retirar do diagnóstico algo a ser aproveitado é que mesmo sobre termos limitados do campo de possibilidades de Beatriz, a dificuldade da consolidação de suas transformações corporais foi o que a motivou a buscar a militância, primeiro de uma forma individual e, depois de se sentir mais segura em relação ao seu corpo, agregando-se aos movimentos universitário de militância.

Por sua vez a “transincorporação” está relacionada ao que Preciado (2014), em consonância com algumas críticas do movimento trans, tece de crítica à Butler (2003) no sentido de que sua teoria não contempla de forma satisfatória o corpo por sua “redução da identidade a um efeito do discurso, ignorando as formas de incorporação específica que caracterizam distintas inscrições performativas da identidade” (PRECIADO, 2014:92)

A noção butleriana de “performance de gênero”, assim como a ainda mais sofisticada “identidade performativa”, desfazem-se prematuramente do corpo e da sexualidade, tornando impossível uma análise crítica dos processos tecnológicos de inscrição que possibilitam que as performances “passem” por naturais ou não. E é exatamente essa impossibilidade de passar (passar por mulher, passar por americana, passar por branca) que vai levar Venus Xtravaganza<sup>96</sup> à morte. É por isso que as comunidades transgênero e transexuais americanas vão ser as primeiras a criticar a instrumentalização da performance da drag queen na teoria de Butler como exemplo paradigmático da produção da identidade performativa. (PRECIADO, 2014: 93)

No entanto, Preciado (2014) realiza esta problematização no intuito de complementar a perspectiva butleriana com a inserção dos modos como o corpo é construído e se constrói como identidade. E o faz pela mesma consideração que o movimento trans, pela evidência de que

não é tanto a performance teatral ou o palco dos gêneros e sim as transformações físicas, sexuais, sociais e políticas dos corpos fora da cena, dito de outro modo, tecnologias precisas de transincorporação: clítores que crescerão até se transformarem em órgãos sexuais externos, corpos que mudarão ao ritmo de doses hormonais, úteros que não procriarão, próstata que não produzirão sêmen, vozes que mudarão de tom, barbas, bigodes e pelos que cobrirão rostos e peitos inesperado dildos que terão orgasmos, vaginas reconstruídas que não desejarão ser penetradas por um pênis, próteses testiculares que ferverão a cem graus que poderão, inclusive ser fundidas no microondas (PRECIADO, 2014: 94)

Portanto, Preciado (2014), insere á problematização do “corpo sexuado” contribuindo para uma complementação à coerência da heterossexualidade compulsória:

---

<sup>96</sup> Pessoa travesti que Butler usa como um caso para sua análise em “Bodies that matter”.

A mesa de atribuição da masculinidade e da feminilidade designa os órgãos sexuais como zonas geradoras da totalidade do corpo, sendo os órgãos não sexuais meras zonas periféricas. Isto é, a partir de um órgão sexual preciso, este marco abstrato de construção do “humano”, nos é permitido reconstruir a totalidade do corpo. O corpo só tem sentido como sexuado, um corpo sem sexo é monstruoso. Segundo essa lógica, a partir de um órgão periférico (o nariz, a língua, ou então os dedos, por exemplo) é impossível reconstruir a totalidade do corpo como sexuado. Assim, então, os órgãos sexuais não são somente “órgãos reprodutores”, no sentido que permitem a reprodução sexual das espécies, e sim, que são, também e sobretudo, “órgãos reprodutores” da coerência do corpo como propriamente humano. (PRECIADO, 2014: 130-131)

Desta forma o que Preciado (2014) problematiza é como esta mesa de atribuição de sexo define a identidade sexual a partir de um *a priori* anatômico-político que impõe esta coerência do corpo como sexuado. Por isso faz crítica á existência de operações de “readequação sexual” que “são a prova de que a identidade sexual (“normal”) é sempre, e em todo caso, o produto de uma tecnologia biopolítica custosa” (Preciado, 2014:128) através da qual os casos em que o corpo questiona a ordem heterossexual são considerados “atípicos”, “anormais”

Invertido. Travesti. Intersexual. Transexual... Todos esses nomes falam dos limites e da arrogância do discurso heterocentrado sobre o qual as instituições médicas, jurídicas e educativas se assentaram durante os dois últimos séculos.[...] Vaginoplastia (reconstrução cirúrgica da vagina), faloplastia (construção cirúrgica do pênis com a ajuda de um enxerto de pele proveniente de outra parte do próprio corpo, como antebraço ou coxa), aumento e modificação da forma do clitóris graças a administração local de testosterona, remoção do pomo de Adão, mastectomia (remoção dos dois seios, geralmente seguida de reconstrução do peito e reconstrução de dois mamilos a partir do enxerto de um único mamilo cortado), histerectomia (remoção do útero): enquanto lugares de renegociação, as operações de mudança de sexo parecem resolver os “problemas” (as “discordâncias” entre sexo, gênero e orientação sexual.) Mas, de fato, transformam-se nos cenários visíveis do trabalho da tecnologia heterossexual; evidenciam a construção tecnológica e teatral da verdade natural dos sexos. (PRECIADO, 2014:129)

Assim Preciado (2014) chama a atenção de que a visão faz a diferença sexual na tecnologia médica aplicada ao caso de pessoas trans e intersexo, ou seja, critério estético rege “redesignações” e “reintegrações” de genitálias, não o científico que considera melhor os riscos cirúrgicos principalmente em faloplastias que ainda são experimentais. Apenas recentemente, a pressão dos movimentos trans e intersexo tem colocado em xeque o critério estético, isso tem permitido que homens trans optem por procedimentos mais confiáveis. E ainda, contra as pretendidas reconduções médicas, por meio da operação de transgenitalizaçãod e gays e

lésbicas á heterossexualidade, muitos homens e mulheres trans assumem homossexualidade ou bissexualidade (PRECIADO, 2014).

Toda esta análise crítica dos processos tecnológicos de inscrição corporal de Preciado (2014) vão de encontro a sua evocação sobre a impossibilidade de Venus Xtravaganza de “se passar por”: passar por mulher, passar por americana e passar por branca. Que é análoga à trajetória de vida de Beatriz, por sua impossibilidade de “se passar por mulher”. No entanto, o assassinato de Venus Xtravaganza, denota obviamente que esta aproximação dela com Beatriz também vem a esclarecer que vivem em realidades distintas.

Mas o que gostaria de enfatizar em uma análise que as aproxima é que no caso de Beatriz este aspecto material “de não se passar por mulher” forjado pelas tecnologias do sexo sobre corpos, foi em consequência justamente de seu demorado “período de transição” validado por um diagnóstico que ainda segue normativas de gênero hegemônicas. Aqui em específico estou falando sobre a “barba” que ao longo de sua trajetória até 2013, quando realizou suas sessões a laser, foi uma baliza para Beatriz definir como se vestir, inclusive com negociações com a própria família, quando sair de casa, para onde ir e quando se expor com mais segurança em relação a si.

Aqui, em especial me refiro a sua participação nas manifestações, cuja necessidade de exposição, “*por a cara no sol*”, foi uma premissa. Mas esta exposição só foi possível depois que Beatriz alcançou uma segurança em relação a si, ao seu corpo, e pode incorporar e usar para se afirmar a própria exposição pessoal -como já passamos no segundo capítulo – por meio de “inscrições corporais” de batom as injúrias que ouviu durante a vida da sua afirmação como Bruxa. E ainda Beatriz, como vou demonstrar, após adquirir certa “passabilidade” e sentir-se segura de si, ao incorporar-se à militância começa se afirmar através da marca corporal do pomo de Adão como transexual. Assim, ressignificações de injúria e deslocamentos das partes do corpo, dizem da força subversiva das identidades e corpos abjetos como desestabilizadores da heterossexualidade compulsória e da cisgeneridade.

Descreverei nos próximos itens deste capítulo o que foi analisado até aqui. Neste sentido a trajetória de Beatriz será retomada no primeiro item desde sua estratégia de expressar-se como andrógina para lidar com sua “não passabilidade” e quando o “*fazer a barba*” correspondia ao “*poder sair de casa*”. Depois vou transitando por seu primeiro contato com o movimento de militância universitário e núcleo de pesquisa entre 2011 e 2012 quando principalmente depois do 7º Encontro de Travestis e Transexuais começa a assumir sua



expressão de gênero como “*trans em período de transição*” e maior aceitação de si durante esta expressão.

Passo, no segundo item, por seu maior momento de “passabilidade” quando realiza sua cirurgia e principalmente a depilação a laser da “barba” em 2013, e meados daquele ano, quando se sente mais segura para sair de casa e frequentar a Parada Gay de 2013, e as reuniões do VisiTrans e do Coletivo Duas Cabeças em 2014, como também das mesas de debate na universidade. E ocorrem transmissões televisivas devido a divulgação do nome social na universidade da qual participa. Beatriz começa a compreender a permanência de seu pomo de Adão como afirmação de identidade e forma de “*dar visibilidade a causa*”, assim participa da Parada Gay de 2014 como militante trans no alto do trio elétrico.

Por fim, chego em seu envolvimento nas disputas da Câmara Municipal em 2015, em que começa a ressignificar e deslocar as injúrias que sofreu durante sua vida, e se fortalece na contraposição aos religiosos fundamentalistas ao se afirmar como bruxa, e espontaneamente realiza uma performance durante a Parada Gay de 2015.

### **3.1 Transicionando 1: de “alienígena andrógina” à “piriguete comportada”**

No primeiro capítulo abordo que a decisão de Beatriz de explorar outra expressão de gênero ocorreu quando foi convidada para uma festa de formatura e a ocasião lhe exigia uma roupa formal, e até então Beatriz “*sempre*” teria a preferência em usar roupas mais “*andrógenas*” e afirmava “*nunca me vesti como homem*”. Mas, como dizia, “*a ocasião pedia*” então não teve outra opção que não se vestir com trajes que considerava “*o ápice do masculino*”. Isso, e sua busca pela cirurgia, inclusive, trouxeram consequências, como a negação dela de frequentar outros espaços e quando resolveu, depois da festa, assumir ainda mais as roupas andróginas, algumas de suas amigas foram se afastando dela. Uma preocupação de Beatriz, que a fez adotar um visual andrógino, era de se precaver da possibilidade de ser agredida ao buscar uma negociação entre sua aceitação social e a vontade de se expressar conforme outro gênero que não aquele que foi assignada ao nascer, como se pode notar pelo grifo 1 e 2 na fala a baixo:

*Isso quando eu comecei a procurar a cirurgia eu comecei a me transformar visualmente. E então eu usava pantalonas ou uma calça boca de sino jeans mais*

*moderna, digamos assim, poxa numa sociedade hoje em dia em que muitas pessoas modernas estão sendo aceitas com roupas unissex ou posso dizer roupas quase andrógina, né? Eu seria menos agredida por que ainda é permitido usar esse tipo de roupa [1] então eu usava uma calça pantalone jeans mais moderna uma calça boca de sino mais moderna e com uma camiseta que homem não usaria, né? Mas eu num colocava sutiã de enchimento. Já deixei meu cabelo crescer usava brinco, anel, só não passava batom. Eram brincos menorzinhos para não destoar também do visual. Porque era um visual realmente era andrógino. [2] Então quando eu comecei o tratamento o psiquiatra falou que eu era andrógina, mas não falou com aquele tom de crítica, só comentou: “eu te vejo muito mais andrógina, em termos visual” [3]. Mas aí eu acho que depois disso eu comentei com ele que eu só ia me sentir confortável em estar adequada visualmente depois de primeiro eu tivesse um pouco de peito? Porque o hormônio faz desenvolver menos pelo no corpo, né? Mais formas, né? Porque eu sempre fui muito magrinha né? O corpo muito reto né? [4] E foi dito e feito conforme os hormônios foram agindo no meu corpo fui passando a usar agora blusas femininas, né? E de acordo com meu corpo como eu ainda não usava sutiã eu usava camisetas femininas mais básicas sem nenhum decotinho pra não tá também muito destoando. Só fui usar sutiã quando eu já estava com um pouco de peito [5]. E aí sim eu passei a me vestir mais próximo do que como é que eu posso dizer... Do que eu sou né? Uma mulher. E isso foi gradativamente e hoje estou mais próxima ainda, estou usando vestido, usando saia embora eu não tenha feito o laser no rosto. Eu já estou me permitindo usar roupas bem femininas apesar de ter essa característica masculina que é a barba e o pomo de Adão. [6] (Beatriz, 12 de julho, 2012)*

Esta fala foi selecionada porque nela Beatriz aborda desde sua “fase andrógina” até quando começa a afirmar-se como “trans em transição”. Assim retomo o grifo 3, que já foi utilizado no capítulo 1, para demonstrar como aponta Butler (2009) que o olhar do diagnóstico é heterocentrado, não apreende a negociação que Beatriz fazia entre os desejos de expressão de gênero e a segurança em expressá-los, se preocupando apenas em rotular sua expressão de gênero sem relacioná-las aos limites corporais segundo um regime anatômico-político que coloca o corpo no campo do natural, e o objetifica (PRECIADO, 2014). Mas ao menos pelo que Beatriz contou, no grifo 4 o psiquiatra deu ouvidos à explicação dela. Novamente no grifo 5 aparece a preocupação de Beatriz de exceder-se ou se expor para além do permitido em seu visual andrógino.

E, no último grifo, começa a impor mais a sua vontade pela expressão de gênero que lhe é mais legítima em detrimento da socialmente aceita, mesmo diante de “características masculinas”. Este seu último posicionamento começa a aparecer depois que participa da II Semana da Diversidade da UFJF organizada pelo Mudd\*Se em 2011, e se intensifica depois que participa do 7º Encontro de Travestis e Transexuais, dois eventos que marcam sua saída do “casulo”, cujo início foi em seu período da escola quando veio morar em Juiz de Fora, e se intensifica quando decide buscar a cirurgia e amizades ficam para trás.

\*\*\*

Contudo neste interim entre “*fase andrógina*” e “trans em transição” Beatriz realizava esta negociação também com sua família. Em nossa primeira entrevista Beatriz contou<sup>97</sup>, sentada no sofá de sua casa, de uma ocasião que estava a passeio no Shopping com sua mãe. Ela parou por um momento, e como houvesse se lembrado de um desastre ocorrido naquele dia, abriu bem os olhos fitando o chão, com as mãos contidas sobre os joelhos sempre juntos, me disse: “*Foi um escândalo! As pessoas olhando pra mim como se eu fosse uma alienígena!*”. E voltou novamente a olhar nos meus olhos contando, séria, que quando entraram numa loja de departamento uma atendente a encarava tanto que: “*minha mãe cochichou comigo que estava com vontade de esganá-la*”.

Por causa de situações como estas, Beatriz passava por uma negociação constante com sua família sobre sua autodenominação de gênero e a pretensa incongruência com o seu corpo, sobre que roupa usar e em que ocasião. Esta ida ao Shopping narrada no mesmo ano em que ela aconteceu, foi um resultado desta negociação: a situação de constrangimento despertou tanta indignação que sua mãe a presenteou com sua primeira saia. No entanto, tanto sua mãe quanto a irmã mais nova conversavam com Beatriz e ponderavam com ela para que mantivesse trajas mais masculinos “*até que pelo menos a barba raleasse pediam pra eu esperar. Queria privar minha família, mais que do que eu. Mas elas faziam isso mais por uma precaução, no sentido do cuidado, não uma imposição*”.(Beatriz, 09 de dezembro, 2011)

\*\*\*

Nesta mesma entrevista, em dezembro de 2011, contou-me que havia entrado no Processo Transexualizador e descreveu os procedimentos: em 2007 foi submetida a atendimento psiquiátrico durante dois anos em sessões de 3 em 3 meses até receber o “laudo” em 2009. Mas, depois de um ano no atendimento psiquiátrico, em 2008, realizou consulta com o urologista para o tratamento hormonal que consiste em conjugar o inibidor da testosterona e o estrogênio e como efeito desses medicamentos confessou sentir transformações em seu corpo para a forma feminina. Em cerca de 3 a 4 anos de ingestão desses hormônios, que consistia na data da entrevista, dizia ter seus pelos diminuídos, como seu corpo modelou-se chegou a engordar 3 kg, e que se antes se dizia bem esguia, na época dizia: “*tenho coxa, bunda tenho as curvas mesmo, meu rosto tá mais feminino o queixo mais arredondado a pele ficou menos*

---

<sup>97</sup> Nossa primeira entrevista em 09 de dezembro de 2011.

*oleosa a minha voz sempre foi assim como a da minha mãe*". Fato que comprovei quando telefonava para sua residência e a mãe atendia e as confundia. Enfim, disse que o processo "é ótimo", mas revelou "apesar de hoje eu estar um caco: minhas pernas estão com pelos e a barba tá aí! **O laser é muito caro e o programa não oferece. Ele oferece órgão sexual feminino, silicone...**"

A barba lhe incomodava demasiadamente, alegou naquela entrevista que na sociedade existem padrões e rótulos e a barba é um crucial, ela dizia: "**Eu nasci infelizmente homem! O pomo também me incomoda muito!**" Naquela época fazia terapia há 5 anos com sua psicóloga. "**Meu corpo tá beleza... Mas meu rosto... As pessoas me confundem com homem**". Disse que com relação ao emprego não se encaixaria nos padrões, dá o exemplo do Shopping "**Ou são meninas lindas ou homossexuais "estilosos"! Pessoas normais! Não estou me diminuindo, mas eu não sou! Eu sei que eu não sou!**". Retoma a fala sobre a terapia feita em Juiz de Fora e coloca o posicionamento da profissional "Beatriz você é uma mulher, se ame se permita viver como mulher, você pode namorar, **ter amigos!**".

Neste trecho destaco a implicação de um "tratamento" feito à custa da patologização da transexualidade quando coloca o usuário trans do SUS numa situação em que sua totalidade corporal (PRECIADO, 2014) além de ser contestada pela incongruência entre a autodenominação de seu gênero e o sexo masculino que lhe foi assignada ao nascer, agora estava sendo contestada pela fragmentação entre os efeitos da hormônioterapia, ofertada pelo Processo Transexualizador, em seu corpo e a permanência dos pelos faciais, não ofertada pelo mesmo Processo, faltando novamente a perspectiva da integralidade que este serviço deveria ofertar.

Desta forma uma incongruência entre seu "corpo" e a "barba", foi um aspecto para não ser reconhecida como mulher, e ser tolhida em sua autoaceitação e socialização, como a fala da sua psicóloga sugere. Neste sentido o atendimento para saúde psicológica via Processo Transexualizador, ironicamente também funciona para o suporte dos constrangimentos passados por Beatriz que são causados pela própria falha estrutural do diagnóstico e do SUS.

Ainda é muito importante perceber como esta falha na integralidade do Processo Transexualizador age para dificultar o acesso das pessoas trans ao mercado de trabalho sendo que já vivem em situação de vulnerabilidade, como a privação do apoio da família, e no mais das vezes, principalmente para mulheres trans, tendo a prostituição compulsória como forma de sustento econômico (ADRIÁN, 2010). Assim se o mercado já concebe a demanda de

identidades sexuais que mantem a congruência entre sexo/gênero/corpo – inclusive a ideia de “corpo padrão” magro e branco – a fala de Beatriz denota que não existe ainda este espaço para pessoas que não se coadunam naquela congruência, principalmente se não estiverem estampando a totalidade corporal que expressam o seu gênero reatribuído pela mesa de operações da tecnologia sexual (PRECIADO, 2014).

\*\*\*

Beatriz, durante o ano de 2011 não tinha descartado o uso de roupas andróginas e ainda não se considerava “*visualmente adequada*”. No entanto, na II Semana da Diversidade Sexual e de Gênero, organizada pelo Mudd\*Se em novembro daquele ano, Beatriz não se vestiu de forma andrógina. Estava de cabelos curtos e usando muita maquiagem, em específico o pó de arroz, para esconder a sombra da “barba”. Estava vestida com um conjunto cor de rosa claro que sua mãe a emprestara acompanhado de uma bolsa da mesma cor. Inclusive depois deste evento observei que em casa se trajava mais a vontade aproveitando as roupas que já tinha. Como, por exemplo, em nossa primeira entrevista usava um short e uma blusa que não correspondiam aos trajes que mais tarde ela usaria inclusive em casa, como vestidos ou saias, sendo que quando usava calça era tipo *legging* bem justas ao corpo com uma blusa mais comprida. Enfim, depois deste evento do Mudd\*Se ela não se vestiu mais de forma andrógina e foi compondo seu guarda-roupas feminino aos poucos e, inclusive deixou os cabelos crescerem até final de 2015, como se pode constatar pela fala a seguir:

*A Semana da Diversidade, acaba que me marcou um pouco, essa decisão de assumir que eu sou uma transexual no período de transição, não quero mais ser uma transexual andrógina, quero me vestir conforme eu sou. Sabendo que eu sou uma mulher trans de barba ainda [1]. E foi através deste evento, desta Semana da Diversidade sexual que o Mudd\*Se desenvolveu na UFJF que eu pude encontrar pessoas que, digamos assim que... Me aceitavam do jeito que eu era, né?[2] Pude conversar com o João Nery que é trans, é... De estar é ouvindo pouco da história dele da trajetória de vida [3]. Poxa eu acho muito interessante você poder estar com pessoas que te aceitam como você, independente da orientação sexual delas elas te aceitam. Te respeitam e que não te cobram um padrão. Para você está ali, naquele meio, foi o que aconteceu. Foi a partir dali, daquele evento que eu falei: vou assumir que eu sou uma transexual no período de transição porque as pessoas estão acostumadas com as transexuais já totalmente é ... Adequadas visualmente, né?[4] Já operadas não, mas já adequadas visualmente, sem barba no rosto, sem pomo de Adão, com peitão, com bundão sem costela né?[5] Pra ficar com cintura mais fina né? E... muito adequadas ao padrão de beleza da mulher, da mulher cis,[6] né? E quando vem uma pessoa, uma mulher trans no período de transição aquilo soa esquisito, soa ridículo, soa bizarro, né? E é muito difícil lidar com esse tipo de, digamos, uma condenação, né? Digamos as pessoas tem um conceito que a gente tem que ser assim ou tem que ser assado[7], e... (Beatriz, 12 de julho de 2012)*

A seleção desta fala de Beatriz, vem demonstrar que sua “transição” de “transexual andrógina” para “transexual em transição” foi facilitada por sua participação na II

Semana organizada pelo Mudd\*Se [1], onde pode encontrar um ambiente e pessoas acolhedoras que compreendiam seu impasse em sua integridade corporal [2], e pode se reconhecer em outras vivências compartilhadas ali [3], e descobrir uma possibilidade de aceitação social em meio a pessoas que defendiam a diversidade sexual e de gênero [4] e resolveu inserir-se e afirmar-se numa das tantas diversidades que descobriu ser tangível [5] naquele campo de possibilidades que o movimento de militância abria para o seu projeto individual de “adequação visual” encontrando na afirmação de si, de sua autodenominação de gênero de “trans em transição” fora do “socialmente aceito” [6] desconstruindo a ideia de que há formas substantivas de ser que devem ser seguidas [7].

\*\*\*

Em outra entrevista realizada no dia 2 de maio de 2012, Beatriz quis contar-me da sua experiência de participação no grupo do Núcleo PPS. Comentara que na última reunião passou por “*situações desagradáveis*” que poderiam indicar até sua desistência de participar do grupo. Depois daquela reunião, ocorrida de praxe nas sextas-feiras pela manhã, o grupo foi a caminho de outra reunião com o Mudd\*Se. Na própria universidade, foi de carro com a Professora Coordenadora e respectiva orientanda. Beatriz estava no banco de trás com duas outras mulheres trans e uma moça do Mudd\*Se. Contou-me que ao irem para um cruzamento dois veículos maiores as encurralaram e minha interlocutora comentou algo do tipo: “*Nossa estamos presas de todos os lados!*” Uma das mulheres trans, V., a respondeu mais ou menos: “*Não é hora de dar piti!*”

Beatriz me contou que não quis responder à provocação. Ao chegarem ao destino, foi-lhes solicitada opinião sobre uma arte gráfica de um evento próximo do Mudd\*Se. Assim ela a descreveu:

*Era uma mulher de barba, o cabelo esvoaçante, uma mulher linda, mas de barba. Perguntei: Que isso, uma mulher de barba? Achei feio, sofro com o fato de ter barba. E V. me disse que era pra eu tirar com cera, pinçar... Falei que não dava ia ferir me machucar e ela voltou a dizer que seria só da primeira vez depois acostumaria, e disse: ‘Você tá assim porque você quer!’[1] Sabe a pessoa fica te julgando: você é fresca por isso que você tá assim!’[Beatriz, 02 de maio 2012]*

Na conversa acontecendo ali, Beatriz quis saber se suas parceiras de grupo que se faziam presentes, conheciam pessoas como ela, ou seja, “*transexuais*”[2]. A outra mulher trans, R., a respondeu que conhecia uma pessoa. Quando Beatriz demonstrou interesse em conhecê-la para trocar informações acerca Processo Transexualizador do HUPE, segundo Beatriz a reação de R. foi dizer que a menina era “*equivocada*” que não seria interessante

“fazer a cabeça dela”[3]. Ao que Beatriz se expressou comigo: “*Como se a gente num fosse assim por ser assim não*”[4].

Beatriz ainda, ao se manifestar de forma divergente das outras, em especial de V. e R. pelo fato de que não gostavam de “*se rotular*” referindo-se às categorias de gênero, explicou pra mim:

*Pra ser alguém tem hora que você tem que aceitar. Todo mundo é ligado por alguma coisa. É preciso uma categoria para me definir para que as pessoas entenderem também. Por que a realidade é assim. Sem essa definição o SUS não me operaria, não podemos viver numa sociedade alternativa![5] Mas eu não sou hipócrita: tem gente que rotula para discriminar, eu não, é pra entender.*

Nesta mesma entrevista havia comentado que o mesmo Núcleo-PPS, a convidara – juntamente com as demais pessoas que compunham o grupo que coordenava – a participar do 7º Encontro de Travestis e Transexuais da Região Sudeste que ocorreria na semana de 06 a 10 de maio de 2012, na UFMG em Belo Horizonte. Devido aos acontecimentos que narrou pra mim e expus em parágrafos anteriores relativos às outras duas membras do grupo ela estava inclinada a declinar do convite.

Ainda naquela reunião dos acontecimentos desairosos, foi que surgiu o assunto sobre a ida a Belo Horizonte para o encontro de travestis e transexuais, Beatriz contou-me então que as pessoas reunidas ali comentaram de fazer cópias de músicas “*agitadas*”, de “*balada*” para se ouvir na viagem ao que Beatriz respondeu, segundo ela “*brincando*”, que preferia “*ver a paisagem a ouvir um som*”.

E a partir disso ela foi elencando este motivo entre outros para negar a possibilidade de ir a viagem, de “*por na balança*”<sup>98</sup> tal decisão. Porque segundo Beatriz: “*Ao mesmo tempo que eu posso me sentir linda inteira, posso sentir uma insatisfação com seu corpo por conta de aborrecimentos como esses*”[6][referindo-se ao fato de ter sido questionada quanto ainda estar com barba]. Assim argumentou: “*Eu vou ver no dia se vou mesmo, se vai valer a pena ir, porque tenho feridas que as pessoas podem estar tocando. E vou me sentir rejeitada porque vou ser a única transexual a ir de JF* [7]”. Finalizando disse: “*Não vai ser legal, não vou me sentir bem se for com barba, porque não gosto de acordar cedo pra fazer – a viagem tinha saída marcada para as seis da manhã – vai ter que fazer no dia anterior, aí de um dia pro outro já vai crescer, né?*”[8].

---

<sup>98</sup> Expressão que segundo Beatriz aprendeu com sua psicóloga como um meio de ponderar sobre suas decisões e atitudes.

Estas falas são importantes para que se compreenda as divergências que existiam intra grupo antes da presença do Núcleo PPS naquele 7º Encontro de Travestis e Transexuais da Região Sudeste. Mesmo que na análise destas situações conflituosas existam limites em virtude de eu ter acesso apenas a fala de Beatriz, eu pontuei algumas considerações a respeito. O primeiro ponto é para reforçar o que foi discutido anteriormente, Beatriz ainda estar com “barba” não era uma questão da responsabilidade de Beatriz, inclusive já era um procedimento que o Processo Transexualizador deveria ter garantido.

Os pontos 2, 3, 4 e 5 se relacionam, Beatriz naquele ano de 2012, enredada em um contexto médico patologizante entendia existir uma identidade que representasse uma unidade, a unidade da categoria “transexuais” que era aquela que validava, inclusive, o atendimento pelo SUS e pela qual se sentia representada. Assim, as demais, presentes no grupo, não eram compreendidas por Beatriz como “transexuais” e, ao mesmo tempo, ela não se identificava com as colegas. Principalmente porque suas colegas não reivindicavam nenhuma classificação, o que para Beatriz era uma necessidade.

Os pontos 6 e 8 suscitam novamente o sofrimento de Beatriz pela fragmentação entre corpo e rosto, e em especial o 8 evoca como a “barba” opera como um limite na decisão de Beatriz ao se ver confrontada com a necessidade de sair de casa. E o 7 carrega a compreensão daquela unidade da categoria “transexual” e diante da falta de afinidade e identificação com suas colegas do grupo, era suscitado em Beatriz um medo, proveniente dos resquícios do “casulo”, da iminente possibilidade de isolamento social.

\*\*\*

No entanto, estas expectativas não se concretizaram, Beatriz foi ao 7º Encontro Regional Sudeste de Travestis e Transexuais que ocorreu de 06 a 10 de maio de 2012 na Universidade Federal de Minas Gerais em Belo Horizonte. E no dia 13 daquele mesmo mês marcamos de nos encontrar, ambas estávamos ansiosas, ela para contar e eu para saber. Quando voltou do encontro não estava se contendo em euforia e me disse que tinha muitas novidades referentes à viagem, e pela primeira vez marcamos um passeio em um lugar público, no parque do Museu Mariano Procópio, assim que nos vimos disse-me com a maior cara de contente: *“Estou fazendo um sucesso!”*

Depois disso andando dentro do parque, Beatriz foi dando passos largos com uma sandália estampada e um lacinho dourado, dizendo que queria ver os cisnes que tinham



criado filhotes, ela conhecia, e conhece, tudo naquele parque. Enquanto andávamos, ou melhor, corríamos, ela foi falando ininterruptamente com a saia do vestido indo de um lado pro outro, ainda não a tinha visto com um vestido como aquele. E falava numa fluidez e empolgação, também incomuns, retomando o seu sucesso e narrou:

*Na rua quando vinha para cá dois homens mexeram comigo, um falou: ‘nossa assim você mata papai!’ Ah agora eu tô vendo como é bom sentir isso! Tão bom para a autoestima... Pessoas elogiando a minha beleza! **Tô adorando essa minha fase piriguete! Piriguete comportada!**[1]” Continuou contando sobre o evento: “Esse encontro em Belo Horizonte dividiu minha vida entre antes e depois dele, foram muitos relatos de vida, experiências que consigo ver a importância de cada vez mais me inserir no meio [2]. Foi uma revolução na minha vida!”(Beatriz, 13 de maio de 2012)*

Ela interrompeu sua própria fala e começou a cochichar comigo:

*Engraçado tô reparando uma coisa: os homens estão me olhando, me cumprimentando, olham para as minhas pernas... [de repente como se tivesse se lembrado de algo muito importante mudou o assunto] Hun! Meu pai deixa eu te contar! Eu vesti esse vestido, aí fui mostrar pra minha irmã ela disse que estava curto e me ofereceu um shortinho para colocar por baixo... Aí veio meu pai: “tá muito curto, tá muito curto”. Aí eu respondi pra ele que o corpo era meu pra me deixar em paz... **Andei coberta de pano minha vida toda agora me deixa se tá me fazendo bem! Já tô bem adequada visualmente! Quando eu fazer o laser e tirar o pomo vou sair voando. Tá calor, tô com pouco pelo? Vou usar vestido curto. Tenho as pernas muito chamativas** [3]. Ah quando eu fui sexta-feira a pé para a universidade pra reunião... Tinha que ver: e buzinaaram pra mim, e fizeram fiiu fiiu, viraram o pescoço! Um rapazinho apertou o sinal, o semáforo pra mim! É muito bom auto estima! Tô adorando essa fase! (Beatriz, 13 de maio de 2012)*

Contou que no fim de semana havia ido ao Shopping, e estava de “barba”, o que ela aproveitou pra dizer que os pelos estavam cada vez mais enfraquecendo, mas de que de “roupa masculina” num dava pra ir:

*Então resolvi ir de barba e de piriguete: short e blusa bem estilosa, muito bonitinha. **Ninguém ficou olhando escandaloso pra mim** [4]. Comprei meu primeiro legging, minha mãe me deu. Comprei uma moleca com saltinho, quero descer do salto não! E comprei um casaquinho que tá aqui na minha bolsa. **Percebi que minha mãe quando eu não tava adequada visualmente ela não insistia muito pra eu ver e comprar as coisas, agora ela faz que nem com a minha irmã, me oferece.**[5]*

Assim suas perspectivas negativas em relação ao Encontro, em específico sobre sua rejeição como única transexual de Juiz de Fora foi dando lugar às possibilidades de trocas de vivências que despertaram nela a vontade de pertencer aquele “meio” construindo laços e afinidades que fizeram, inclusive, com que Beatriz criasse um facebook para manutenção dos contatos [2]. Outro aspecto notado foi o empoderamento de Beatriz que passou a se sentir mais segura em relação a sua sexualidade, e ficar otimista quanto ao restante dos procedimentos de transformação corporal [3]. Estes aspectos tiveram repercussões nas negociações com a sua

família em relação as roupas tanto no sentido de permitir Beatriz de se impor mais, quanto no sentido de ter reconhecida sua vontade, como se observa nos itens 3 e 5.

### **3.2. Transicionando 2: Beatriz na universidade... Na militância universitária**

O ano de 2013 é importante para o processo de transincorporação de Beatriz porque em janeiro realiza a cirurgia e, principalmente porque realiza a depilação a laser dos pelos faciais. É o ano em que realiza sua festa de aniversário em casa aglutinando pessoas conhecidas ao longo de sua trajetória de vida, do NúcleoPPS, do extinto Mudd\*Se e de pessoas que passou a conhecer por meio daquela rede informal que participava com as servidoras do SUS em Juiz de Fora. No início do ano de 2014 o VisiTrans é criado e, em meados daquele ano, Beatriz entra para o recém criado Coletivo “Duas Cabeças”. No final daquele ano, ela participa de sua primeira mesa de debates na UFJF, em que é discutida a questão das vivências trans em virtude da proposição do nome social na universidade.

\*\*\*

A cirurgia de transgenitalização de Beatriz foi realizada em 25 de janeiro de 2013 e a resposta do processo da depilação a *laser* da barba saiu em maio de 2013, a contragosto dela porque tinha a vontade de já estar sem barba para cirurgia, segundo ela referindo-se a isso: “*Não tinha ninguém que nem eu assim, com barba*”. Eu me ofereci para ser sua acompanhante no procedimento cirúrgico e estive com ela durante os cinco primeiros dias da internação, foi no terceiro que operou. No dia seguinte ao da cirurgia Beatriz estava deitada em seu leito hospitalar, era por volta de 11:30 horas e logo na pontualidade nacional o almoço seria servido.

Ela havia sido operada no dia anterior e ainda estava anestesiada, seus braços tinham movimentos errantes, e por isso mesmo sua “barba” estava já fazendo sombra em seu rosto. Entre 9 e 10 horas daquela manhã eu conversei com ela para que evitasse falar muito ou para que não insistisse em mexer os braços para não perder o acesso ao soro e ela se convenceu de dormir um pouco. Enquanto eu tentava<sup>99</sup> escrever o diário de campo, ouvi o carrinho de comida

---

<sup>99</sup> Desde quando Beatriz foi para o centro cirúrgico no dia anterior, minha permanência ali como acompanhante foi questionada mais enfaticamente pela enfermeira do turno correspondente ao do período da cirurgia, eu fiquei atônita em buscar uma forma de manter-me ali porque a melhor forma de auxiliar Beatriz era ficar com ela nos dois dias posteriores a cirurgia em que ela teria de ficar imóvel no leito e eu poderia fazer-lhe companhia.

chegando no corredor... Passou por nossa porta da enfermaria da urologia que estava em um quarto emprestado na enfermaria de ginecologia, por isso inclusive, minha presença ali era muito questionada enquanto acompanhante de Beatriz.

Enfim, o carrinho volta sem terminar o percurso e a funcionária que o empurrava olha para dentro do quarto hospitalar em que todos os olhares tem acesso (a nutricionista, a enfermeira chefe, os residentes e médicos, os outros pacientes, os funcionários da limpeza, os religiosos que vem oferecer orações, as visitas dos outros pacientes, incluindo os de outro quarto) e então uma voz feminina e de toca diz apontando o olhar certo para Beatriz: *“Aquilo ali é uma mulher?”*

Retornei com um olhar mais certo, mas com menos espanto, justamente porque Beatriz não escutou e estava tranquila dormindo e disse: *“Sim, é!”* E a funcionaria retrucou um pouco mais baixo: *“Mas ela tem barba? Mulher de barba?”*

Dentro do quarto o silêncio reinou, a enfermeira questionou sobre o almoço, a funcionária respondeu que ia entregar primeiro nos quartos do fundo do corredor e parti pra lá para pegar o meu e ir direto para o refeitório. Vi que as marmitas tinham sido deixadas na mesa coletiva, então me pus a almoçar. Estava no meio da refeição quando chegou a mesma funcionária por trás de minha cadeira, e perguntou novamente sobre o que acabara de ver, a respondi que se tratava de uma cirurgia de “transgenitalização”. Para minha surpresa ela reagiu muito entusiasmada e perguntou pra mim como se poderia ter acesso ao Processo Transsexualizador porque ela tinha um amigo muito próximo que estava também na busca por esse procedimento.

Destaquei esta passagem para levantar dois aspectos, primeiro a preocupação e insatisfação de Beatriz ao se submeter a cirurgia ainda possuindo os pelos faciais e o que decorre disto para sua inteligibilidade corporal. Segundo, como a fragmentação desta inteligibilidade poderia ter acarretado uma situação de constrangimento mas tornou-se uma possibilidade de agregação.

\*\*\*

No ano de 2013 novas amizades começaram a despontar embora a amizade que permaneceu mais forte do Núcleo PPS foi da orientanda, também mulher trans, que depois viria

a compor o VisiTrans. Logo depois da cirurgia, uma moça trans, R<sup>100</sup>, foi visitar Beatriz em sua casa, e se tornaram amigas. E por meio dessa conheceu outra moça trans, S., porque moravam juntas. Beatriz me contou que R. lhe procurou no início do mês de maio por indicação da Assistente Social do COAS. As três começaram a combinar saídas e Beatriz passou a visita-las principalmente depois quando ela cumpriu etapas que considerava relevantes para sua “*adequação visual*” em especial aquela que extinguiu suas restrições relativas à barba.

Em virtude destas saídas, foi que em agosto daquele ano de 2013 combinaram de irem as três juntas no 16º Rainbow Fest, que comporta a 11ª Parada Gay de Juiz de Fora que seria dia 18 de agosto. Em uma noite do festival foram para o Terreirão do Samba onde acontecia o “Cidade Rainbow”. Beatriz contou que foi com elas e houve um episódio que ela classificou de homofobia com um amigo das meninas que conheceu durante a festividade.

*Foi em 2013 que empurraram o T. , um cara quase derrubou ele da ponte, um cara que passou correndo. Por que ele quis começar a dar pinta indo pra frente da gente. Ai um cara veio correndo e quase derrubou ele lá em baixo, da ponte no rio. Foi um susto, todo mundo assustou naquele dia. E aí ele ficou segurando na mureta se ele não tivesse se segurado ele teria caído. Aí o cara sumiu. [Beatriz, agosto de 2013]*

Beatriz insistiu para que eu fosse com elas na 11ª Parada Gay, e eu fui. Fiquei um pouco de tempo com elas. Encontrei com elas, estavam apenas Beatriz, S. e a amiga trans do Núcleo PPS, embaralhadas no meio da multidão e no calçadão da Rua Halfeld. A Av. Rio Branco, onde o trio se localizava estava bem cheia de gente. Beatriz estava vestida com uma blusa bem colorida tipo tomara-que-caia com listras na horizontal em amarelo, rosa, azul e vermelho e com saia jeans justa e curta. Estava um dia quente, Beatriz era só sorriso, andávamos de corrente segurando as mãos uma das outras, brincando e dançando. E então perguntei pra ela algo que havia me instigado de quando a gente se conheceu, se ela não tinha muito interesse pelo Rainbow Fest e a Parada, e ela me respondeu:

*Não é que eu não tinha interesse, era aquela questão da barba mesmo que me impedia de sair todos os dias então tinha que fazer escolhas, né? Difícil sair e tal. Porque eu cheguei a ir na Parada Gay umas duas vezes sozinha, no Rainbow Fest também, só não me socializava.[Beatriz, agosto de 2015]*

Neste recorte reforço o papel que a barba tinha de cercear Beatriz das possibilidades de fazer amigos e de se divertir. Como ainda evoco esta edição da parada como forma de comparar

---

<sup>100</sup> Sobre R. e S. houve outros aspectos que eu poderia abordar mas que ficam restritos por conta do não consentimento delas. Contudo não poderia deixar de registrar a passagem delas pela vida de Beatriz.

com a forma que Beatriz se expressa nas de 2014, que veremos abaixo e na de 2015 quando defenderia a posição de que “falta militância na Parada”.

\*\*\*

Beatriz também começou a se sentir animada para conhecer mais pessoas e passou a frequentar o MGM no ano de 2014. Certa feita me contou sobre o motivo de voltar a ir lá:

*Ah, foi para poder conhecer pessoas, para sair um pouco de casa. Porque estavam tendo reuniões as quintas-feiras, né? Depois o pessoal ficava ouvindo música, curtindo uma ali no bar. Eu tava indo pra poder sair de casa, conhecer gente, distrair um pouco”. (Beatriz, dezembro de 2015 )*

E também em meados daquele mesmo ano entrou para militância no Coletivo Duas Cabeças, movimento de militância que havia sido recentemente criado em 14 de agosto de 2014 por estudantes da UFJF.

Em virtude dos preparativos do 17º Rainbow Fest, marcado para acontecer de 21 a 24 de agosto daquele ano e, sendo no dia 23 de agosto a 12ª Parada do Orgulho Gay de Juiz de Fora, o MGM estava recrutando voluntários para trabalhar no festival. Beatriz, que estava frequentando a OSCIP se candidatou e de fato participou como voluntária na organização.

Durante a 12ª Parada Gay de Juiz de Fora, assim como outros militantes, Beatriz foi chamada para falar no trio elétrico. O diretor do MGM, a apresentou como “representante das transexuais da nossa cidade”. Dessa maneira Beatriz lá do alto do trio pronunciou um pouco embaraçada pelo nervosismo de estar falando para tantas pessoas:

*“Boa tarde a todos e todas! Meu nome é Beatriz, sou uma mulher transexual feminista, ativista e militante. Operei no início do ano passado graças ao Ministério da Saúde que oferece cirurgia! Toda transexual e todo transexual tem o direito de operar pelo SUS e tem direito de ser respeitado e respeitada por sua identidade de gênero. Quero falar também que as travestis merecem muito, muito respeito mesmo e que nós estamos aqui em solidariedade a todos, a todos LGBTs!” [Beatriz, 23 de agosto 2014]*

\*\*\*

Nas reuniões do VisiTrans do ano de 2015, acompanhei Beatriz em algumas poucas vezes. Uma delas foi no dia 23 de fevereiro quando pude observar que Beatriz estava elaborando uma releitura de seu corpo, de sua performatividade de gênero, em sua percepção pela militância, na discussão do grupo esta foi uma de suas falas:

*Pomo de Adão é uma coisa que não me incomoda mais. Eu tenho que mudar por outras pessoas? Minha presença, as pessoas perceberem [pôs as pontas dos*

dedos no pomo de Adão o indicando] *será que não é importante para questão de militância.*[Beatriz, 23 de fevereiro de 2015]

### 3.3 Transicionando 3: da “aberração” á “bruxa”

Como evidenciei no segundo capítulo, no meio do ano de 2015 nas manifestações entre 18 de junho e 02 de julho, Beatriz militou como representante do CDC e do VisiTrans na Câmara Municipal de Juiz de Fora pelo “Estado Laico”, pela permanência e aprovação do texto original e integral do Plano Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, sendo assim contra discursos religiosos de “fundamentalistas” sobre uma pretensa “ideologia de gênero” presente nas diretrizes dos planos de educação e das mulheres.

E, em virtude desta militância, estreitou laços com o Movimento Ocupa UFJF. Ainda conhecendo coletivos feministas como o “Maria Maria: mulheres em movimento” e o “Terra Roxa”. Inclusive um coletivo do movimento negro o “PretAção”. Ainda em decorrência dos efeitos desta guerra, em 14 de julho militou na “contra-manifestação”, intitulada “Em defesa da Família e do Amor”, em oposição ao ato organizado pela Primeira Igreja Batista de Juiz de Fora “Eu sou a favor da família e contra a ideologia de gênero”.

Toda esta vivência militante, em especial o que ocorreu nesta guerra sexual, Beatriz irá externar ao complementar seu prenome como *mulher trans, feminista, militante, guerreira, descendente de índios e com orgulho de ter sangue baiano correndo nas veias!!!* [Beatriz comentário no grupo do facebook 12 de julho de 2015].

Esta autodenominação de identidade por Beatriz, repercutiu ao que houve na Conferência Municipal das Mulheres em agosto, na qual Beatriz foi como representante do VisiTrans, e à Conferência LGBT de Juiz de Fora organizada em setembro pelo Coletivo Duas Cabeças quando Beatriz ocupou um lugar importante em sua organização que consistiu, além do aspecto estrutural e decorativo do evento, em sua participação na mesa de abertura ao lado do representante do município, de representante da comissão de direitos humanos da OAB e do representante do Movimento Gay de Minas. E ainda foi monitotora de um dos grupos de discussão.

Em especial o que houve durante o ano de 2015 que relacionou Beatriz e militância repercutiu em sua participação na 13ª Parada do Orgulho Gay de Juiz de Fora em outubro

dentro do 18º Rainbow Fest, cujo tema daquele ano era “Pelo respeito às nossas famílias”, em alusão ao projeto de lei do Estatuto da Família, e aos confrontos em torno da inclusão do tema do gênero e da sexualidade nos planos municipais discutidos no segundo capítulo.

Em virtude da parceria do CDC na organização do 18º Rainbow Fest, Beatriz havia comentado que estava com o propósito, já que estava focada na militância, de “causar” na Parada com algo próximo à encenação da Parada Gay de São Paulo ocorrida aos 07 de junho daquele ano. Contudo resolveu mudar de ideia e ser solidária aos homens trans do Instituto Brasileiro de Transmasculinidades, o IBRAT<sup>101</sup>

*Foi porque na Parada LGBTI de São Paulo, em que aquela modelo trans encenou a crucificação né? E foi tão criticada... Eu pensei, eu não vou fazer algo que ela já fez e que foi tão criticada porque vão falar que eu copieei a ideia dela. Só que nesta mesma parada, os homens trans do IBRAT foram com uma faixa pedindo visibilidade para os homens trans lá. Falando do IBRAT, e muitos foram assim com peito, com o peitoral amostra mesmo. Antes mesmo da cirurgia e com os mamilos tampados ou com adesivo ou pintado, mesmo os que tinham bastante. E eu falei: Gente! [eufórica]. E eles foram corajosos. Porque os que já fizeram a cirurgia, exibem o peitoral de qualquer forma. **Só que eles foram como ato político, para mostrar que eles são homens e tal. Inclusive foram assediados e criticados. E eu achei a ideia maravilhosa e quis fazer também, embora eu não tenha silicone.** Pensei que se eu tivesse silicone ia escandalizar mais e quis fazer como forma de dar visibilidade também. Porque quando você desnuda o corpo, né? Por mais que eu não tivesse silicone... Acho que se eu tivesse ia ser mais polêmico. (Beatriz, dezembro de 2015)*

Pensando nisso, Beatriz encomendou um tapa seios e torcia ansiosa para que chegasse a tempo. Ainda pensou em comprar um pingente de pentagrama para usar no pescoço, “o maior que eu encontrar”. Ela também pensou em escrever no seu corpo a famosa enunciação de Simone de Beauvoir: “Não se nasce mulher, torna-se”. E ainda em virtude de sua oposição a onda cristã conservadora e fundamentalista daquele ano: “Descendemos das bruxas que a igreja não conseguiu queimar”.

Beatriz combinou com todo mundo como ponto de encontro o Parque Halfeld, para irmos para Parada e de lá seguiríamos até o trio, cujo ponto de partida era no início da Av. Getúlio Vargas com roteiro até a Praça Antônio Carlos, onde estava acontecendo as noites do Cidade Rainbow. Assim que eu cheguei encontrei uma membra do VisiTrans, e um vizinho e amigo de Beatriz que frequentava os piqueniques, logo depois chegou um membro do Coletivo Duas Cabeças, entre eles eu era a única cisgênero e bissexual.

---

<sup>101</sup> Instituto Brasileiro de Transmasculinidades, ver <http://institutoibrat.blogspot.com.br/>.

Aguardamos ali uns dez minutos a chegada de Beatriz e, logo ela veio atravessando a Rua Halfeld junto de um amigo, membro do Coletivo que estava vestido como mulher e de R.. Mas ela ainda estava de blusa, só quando se juntou a nós a retirou e entregou um batom na minha mão e disse: “*Você escreve pra mim?*” Fiquei sem reação de tão entusiasmada e respondi: “*Com certeza! O que você quer que escreva mesmo?*”. Ela ditou o que queria, Beauvoir, ela pediu pra que eu escrevesse na frente, no tórax, seios e barriga. E na parte de trás a outra. Estávamos todos eufóricos e partimos rumo ao trio em bando conversando e nos divertindo. Assim, Beatriz estava com uma saia longa que se agitava indo a caminho do trio, com os cabelos soltos estampando pela principal avenida da cidade as frases inscritas no seu corpo seminu.

Ao alcançarmos o trio, ele ainda estava parado, embora já houvesse iniciado a abertura do microfone e algum som estava tocando, encontramos uma sombra e ficamos por ali onde encontramos mais pessoas conhecidas que se juntaram a nós. Entre eles um rapaz responsável por fotografar e filmar Beatriz durante a parada para um documentário do Núcleo PPS. Tirou muitas fotos dela conosco e ficou o tempo todo com a gente até o final.

A Rainha da Parada fez um discurso sobre família, tema do festival aquele ano e fazendo interseção com sua religiosidade em relação a nossa senhora Aparecida, cujo dia seria o seguinte, de quem era devota e por meio da qual sempre teve suas preces atendidas. Quando o pessoal em cima do trio avistou Beatriz a chamou para dar umas palavras também e depois, em outra entrevista, me explicou sobre o que falou:

*Eu falei da perseguição aos planos pelos fundamentalistas religiosos. Eu lembro que eu falei que eles tinham que respeitar a gente, inclusive nós temos religião, inclusive eu sou espírita. E também temos família, e toda família é legítima. Então a parte da religião foi isso, eu falei que a gente tem religião. Porque muitos tem religião e de qualquer maneira eles tinham que respeitar a gente. [Beatriz, dezembro 2015]*

Logo depois de falar Beatriz se fez fotografar com algumas pessoas lá em cima no trio e desceu para ficar junto de nós. E o que veio a acontecer depois ela contou com suas próprias palavras:

*O trio demorou a andar. E depois eu até brinquei que ele tinha sido sabotado e tal... Aí eu fiquei abençoando ele com o pentagrama. Fazendo o pentagrama pra ele andar, fazendo o pentagrama pra ele andar, fazendo o pentagrama pra ele andar, fazendo, fazendo... E aí quando eu dei de cara com a igreja evangélica eu, né? Eu fui lá e rodei! [Beatriz, dezembro 2015]*

Na tentativa de fornecer mais detalhes sobre a expressão “*Eu fui lá e rodei*”, vou retomar a “benção” de Beatriz ao trio. Estávamos mesmo já achando que havia sabotagem



no trio em virtude do que havia acontecido no ano passado em que a Parada teve de cancelar seu percurso pelas principais avenidas da cidade e teve que ficar estacionada no calçadão da rua Halfeld. Mas ao mesmo tempo estávamos lá nos divertindo e dançando. E na dança Beatriz fazia o gestual do pentagrama de forma rítmica à música e, enfim, o trio saiu do lugar.

Passamos a andar em sua frente pela Av. Getúlio Vargas, algumas pessoas pediram para se fazerem fotografar com Beatriz. Aquela membra do VisiTrans tirou fotos com Drag Queens, e eu mais ao lado dos meninos, porque Beatriz estava sendo filmada. Eis que em um momento próximo a Rua Halfeld, o membro do CDC vestido como mulher, ergue Beatriz na cacunda e a carrega por uns 100 metros. No momento súbito da pegada ela ri, acredito que deva ter sido numa mistura de medo de cair e êxtase tentando arrumar a saia longa que se embolava no rapaz. Beatriz contou que ao monta-lo, lhe deu um nome, e me disse também de sua vivência naquela Parada:

*Dei o nome de Jaçanã da Gameleira. Nossa achei muito legal ele ter me colocado em cima dos ombros e tirar foto. Tirei foto em frente ao carro da polícia. Pra provocar também, porque a polícia bate, espanca travesti, estupra, né? Nossa eu fui pra militar e achei que a militância ali na Parada extrapolou minhas expectativas. Eu subi no trio, falei. Chamou muita atenção também, eu fui nu, digamos assim, né? Aí o pessoal veio me parabenizar. Pela coragem e tal. Isso foi muito legal. [Beatriz, dezembro 2015]*

Então, ainda no alto, sobre o amigo e saia arrumada, teve o alívio de levantar os braços e sorrir. E uns passos pra frente, depois de descer do ombro do amigo, como Beatriz mesmo disse “deu de cara com a igreja evangélica e rodou”. Ela girou seu corpo em torno de si, abriu os braços e com aquela maquiagem pesada, e rosto raivoso, como um leoa rugiu repetidas vezes: “*Queimem as Bruxas! Queimem as bruxas!*”. Eu não esperava que ela fizesse isso, nem os dois rapazes seus amigos que estavam comigo e nem ela premeditou este ato como depois me contou.

Beatriz entoando aqueles gritos, enquanto a igreja, que estava em vias de realizar o culto aguardando a chegada dos fiéis. Logo um senhor saiu pela porta, que estava fechada pelo ar condicionado e com o olhar tentou persuadi-la a parar. Ao que Beatriz retrucou o encarando no rosto com as mãos e braços estirados para atrás de si e com um movimento que se inclinava para frente: “*Eu sou manifestante, eu estou no meu direito, a rua é pública!*”. O moço fechou a porta da igreja e logo depois chegaram a cavalo dois policiais. Emparelhados lado a lado e ainda cavalgados se dirigiram a Beatriz: “*Isso é falta de respeito! Melhor você parar!*”

Nisso, eu medrosa, falei com os meninos de darmos um jeito de retirá-la de lá para que não sofresse uma repreensão mais dura. Jaçanã da Gameleira estava próxima dela eles me lembraram, eu fui me aproximando mais e pude ver que o rapaz da filmagem para o Núcleo-PPS estava lá registrando tudo e me aquietei e me posicionei mais perto, e fiquei a observando num misto de preocupação e admiração por sua coragem. Vi uma senhora passando pela calçada indo em direção a Beatriz, a abraçou e tentou convencê-la de sair de lá. Os gestos de Beatriz foram no sentido de acalmá-la e insistir que ficaria ali. E tornou a falar dirigindo-se aos policiais com a voz firme e alta como se rugindo para espantar todos eles: *“Não é falta de respeito! Eu sou manifestante eu tenho direito, a rua é pública!”*

Diante do que Beatriz provocou e fez acontecer pessoas que estavam seguindo o percurso na Parada começaram a prestar a atenção nela. E ela direcionava à igreja os seus gritos jogando na cara dos religiosos as consequências do ódio que incentivavam em seus fieis contra pessoas LGBTIs, que por conta disso eram violados e tolhidos por injúrias e constrangimentos. As pessoas da Parada Gays que escutavam Beatriz começaram a bater palmas, entre elas algumas se deslocaram até ela para a agradecerem pelo que estava fazendo e queriam abraçá-la, como forma de manifestar que estavam acolhendo e concordando com sua atitude. Beatriz então, por ela mesma, decidiu encerrar seu ato militante e juntar-se a nós novamente, e também a abraçamos e a parabenizamos pela força e coragem. Quando chegou a minha vez de abraçá-la, relatei o medo que senti por ela, e me respondeu que não havia nada que os policiais pudessem fazer porque ela estava no direito dela de se manifestar como militante.

No final do ano de 2015, na entrevista que fizemos ela se expressou sobre o que fez:

*Eu acho que eu fiz uma coisa que todo mundo sempre teve vontade de fazer e não teve coragem. Então as pessoas se sentiram representadas. As pessoas que estavam na Parada. Porque as pessoas que estavam dentro da igreja não gostaram não [risos de satisfação com sua própria ironia]. E nem os policiais [idem]. Sinceramente é uma coisa que eu me orgulho muito de ter feito porque: “Ah Beatriz, sua narcisista!” [falou como se fosse uma terceira voz falando a respeito de si]. Não, não foi por isso porque... Gente, os policiais já espancaram tanta mulher trans, tanta travesti, tanto homossexual. Que só de eu pensar que não aconteceu nada comigo, isso é muito interessante. E com certeza eles tinham vontade de fazer isso. Então, assim, eu acho que o espírito das trans, das travestis, dos homossexuais que morreram na luta, devem tá assim... Lavei a alma de todo mundo. (Beatriz, dezembro de 2015)*

\*\*\*

Quando Beatriz faz-se presente em todos esses espaços de militância torna-se evidente sua transincorporação. Ela ao mesmo tempo questiona a ordem heterossexual e cissexual,

quanto a reitera se autoconsiderando “atípica”, “anormal” ou como a injúria a que lhe foi dirigida no último dia de manifestação na Câmara Municipal para Beatriz: “aberração da natureza”. Para Beatriz, essa linha tênue entre questionamento e reiteração, só tornou-se superada ao seu favor quando, principalmente, realiza a depilação a laser da “barba” e este procedimento estético a faz sentir-se segura para ingressar na militância, segura porque a ausência dos pelos faciais não põe em questão sua mulheridade segundo ela.

Quando este processo de superação passa a pender mais para a desestabilização da ordem, é também quando Beatriz ao apreender as discussões da militância e ao agenciar sua transincorporação, as usa a seu favor e, por isso, insiste e decide pela permanência do pomo de Adão como forma de visibilidade, o ressignificando de marca masculina que denuncia sua “inadequação visual” para a denúncia da existência de pessoas trans.

Ao mesmo tempo, um segundo passo deste processo, ocorre depois de adquirida sua afirmação pelo pomo de Adão, Beatriz consegue ressignificar a injúria reelaborando a inscrição dela em seu corpo e em sua identidade como um ato seu de contestação ao que é considerado “não-aberrante” como as posturas lgbtfóbicas do representante católico e dos representantes políticos da câmara municipal aos quais, então Beatriz, se opõe como bruxa.

Assim estes deslizamentos e ressignificações não refletem ainda em uma transautonomia (BUTLER, 2009) porque não possuem uma adesão e compreensão para além da esfera dos sujeitos que realizam essas duas operações em suas autodenominações. Como coloca Preciado (2014) o corpo só tem sentido enquanto um corpo sexuado, logo a “barba” e o pomo de Adão não são prioritários naquela mesa de operações da tecnologia sexual da transincorporação de reatribuição de sexo. Contudo na compreensão de Butler (2009) sobre as ações difusas que provocam essas operações, a ação de Beatriz durante a Parada Gay de 2015, soma-se a outras como as da Parada Gay de São Paulo que mudam também a realidade das tecnologias de atribuição de sexo provocando paulatinas fissuras na compreensão de totalidade corporal em direção à possibilidade de autodenominação de gênero.

## **CONCLUSÃO**

Em tempo, a primeira consideração a ser feita, e que fica subtendida ao longo deste texto, é que esta pesquisa é fruto de um contexto de política pública de governo de inclusão social, que abordei mais especificamente no segundo capítulo, contexto que tornou-se possível

inclusive pelo engajamento e articulação dos movimentos de militância TLGB em impor e reivindicar suas demandas tanto fora quanto dentro do contexto acadêmico. No mais, nesta última seção, realizarei considerações gerais a partir de um breve resumo de meu texto dissertativo e fecharei com considerações específicas suscitadas após a avaliação desta pesquisa pela banca de defesa do mestrado.

O presente trabalho trouxe a história de vida de Beatriz uma trajetória de militância trans na cidade de Juiz de Fora entre 2011 e 2016 se dividiu em seis partes Introdução, quatro capítulos e a presente conclusão. Na Introdução foi feito o recorte analítico a que esta pesquisa se dedicou o processo de transformação corporal de Beatriz relacionado ao seu engajamento na militância que a permitiram alcançar um lugar de fala na Universidade Federal de Juiz de Fora. Assim ainda na introdução foi contextualizado o campo de possibilidades para o projeto individual de Beatriz como militante, ou seja, foi especificada a localização sócio-cultural dos movimentos universitários da diversidade sexual e de gênero no contexto da cidade de Juiz de Fora.

No primeiro capítulo por meio dos relatos sobre sua trajetória faço um recorte analítico a respeito da busca de Beatriz pela cirurgia de “transgenitalização”, neste sentido abordo desde a festa que se configurou como estopim para tomada de decisão para iniciar o processo até a concretização da retificação de seu nome civil pela justiça buscando compreender as intersecções das demandas particulares de Beatriz em relação ao Processo Transexualizador e o contexto da campanha a favor da despatologização da transexualidade.

Desta análise pude concluir, até por um argumento de Beatriz, que no contexto Brasileiro a despatologização da transexualidade seria um artifício a mais para o cerceamento do acesso à saúde de pessoas trans devido ao pensamento conservador de representantes políticos de orientação religiosa fundamentalista. Contudo o Processo Transexualizador também apresenta, em relação á sua normativa de funcionamento, falha no quesito integralidade em vários aspectos, mas que reunidos nos permite entender que colocavam Beatriz em uma rede informal de atendimento que, se por um lado possibilitou, posteriormente, a criação de uma rede catalizadora de demandas para a proposta de um ambulatório trans na cidade, por outro lado, reforçavam o aspecto paternalista do serviço público de saúde e ainda demandavam a atuação de Beatriz para assessorar pessoas trans no atendimento por conta de preconceitos e constrangimentos de funcionários do SUS, inclusive o desrespeito á portaria do nome social.

Assim, a pergunta que abre intitula aquele capítulo “A (des)patologização garante direitos?” é respondida positivamente. Mas esta resposta é afirmada após a análise dos desdobramentos do processo de retificação de nome civil de Beatriz condensadas nas falas e atitudes da Promotora de justiça que caminham para a negação de direitos a qualquer incongruência entre sexo e gênero.

No segundo capítulo usando da analítica de Rubin (1993) esboço um contexto de crise política no Brasil, que culminou com o impedimento da primeira presidenta eleita no Brasil, relacionado a uma guerra sexual. Assim são trazidas a tona as disputas suscitadas pelo programa Escola sem Homofobia em torno do qual foi gerado um pânico moral por causa do kit contra a homofobia a ser distribuído pelas escolas do país, mas que por conta deste ranço fundamentalista que agitou a opinião pública foi vetado pela presidenta. Decorreu daí um contínuo de disputas que gerou uma base parlamentar a nível federal que se fez sentir na câmara municipal de Juiz de Fora e é onde a trajetória de vida de Beatriz se intersecciona de forma mais direta com essa guerra sexual.

Ao mesmo tempo destaco repercussões destas políticas públicas na trajetória de Beatriz, por causa de um campo de possibilidades propício à sua inserção na universidade por meio de sua relação com núcleo de pesquisas, o Núcleo-PPS e em eventos como a I e II Semanas da Diversidade, o MUUD\*Se, o VisiTrans e o Coletivo “Duas Cabeças”, até com o movimento de ocupação da reitoria Ocupa UFJF.

Assim ainda nesta segunda parte da dissertação demonstro como o conflito consolidou a trajetória de Beatriz como militante, dando-lhe visibilidade e a colocando no campo de disputas políticas na cidade, e a faz tornar-se articuladora com outros movimentos sociais da universidade. Ao mesmo tempo mostro como no contexto de militância foi se impondo exercendo autonomia sobre as pautas dos grupos de militância, como o nome social no SUS e na Universidade e banheiro inclusivo na UFJF. Participação como delegada do VisiTrans na Conferência Municipal de Direito das Mulheres de 2015.

Neste capítulo então concluo que Beatriz, devido á articulação da militância universitária e juiz-forana, agindo em uma política de coalisão aberta, contestando lugares de fala hegemônicos e expondo seu corpo a ressignificações de injúrias contribui para o processo de instituição de pessoas trans como sujeitas de direito, e para a legitimidade da autodenominação de gênero.

No terceiro capítulo retomo a temática dos dois outros capítulos, os processos de transformação corporal e a militância para analisar o campo de possibilidades do projeto individual de Beatriz em constituir-se como sujeita de direitos em uma autodenominação de gênero corporificada. Analiso a trajetória de Beatriz com uma analítica de Preciado (2014) sobre tecnologias de transincorporação. Problematizo novamente os limites do Processo Transexualizador, quanto á integralidade ao analisar a trajetória de Beatriz a partir das limitações sociais impostas a ela por causa dos pelos faciais.

Analiso a partir da descrição da participação de Beatriz nas Paradas Gay de 2013, 2014 e 2015 como a intersecção de sua trajetória com a militância produzem uma ressignificação corporal e estratégias discursivas para a autodenominação da identidade de gênero empoderadoras, inspirando-se em outras militâncias trans. Assim trabalho desconstruindo a ideia de “período de transição”, demonstrando como na trajetória de Beatriz ele é negociado e ressignificado por meio da militância. A conclusão deste capítulo problematiza que estas ressignificações ainda que digam respeito a um significado compartilhado apenas por um grupo de pessoas em específico, operam de formas difusas e causam fissuras no campo de possibilidades, tornando-o propício a projetos individuais análogos ao de Beatriz.

Este trabalho, então, tem a pretensão de colaborar com esta ampliação de ações coletivas e difusas ao se lançar á análise da trajetória de vida de Beatriz objetivando compreender como alcança um lugar e conteúdo de fala que também somam a essas ações. No entanto, a pesquisadora não se abstém de reconhecer limites e falhas em possíveis análises esperando uma discussão franca e aberta com outras pesquisadoras, e inclusive, com a comunidade não acadêmica, para seu aprimoramento.

Após este breve resumo e considerações gerais vou especificar discussões que são tangenciadas pela minha pesquisa como foi requisitado pela banca de defesa. Portanto retomo e destaco três temas: a falha do princípio de integralidade do SUS no Processo Transexualizador, a retificação do nome de registro civil como demanda de pessoas trans e a laicidade do Estado Brasileiro e sua relação com o fundamentalismo religioso.

A falha na integralidade do serviço prestado pelo SUS no que concerne ao Processo Transexualizador observada em minha pesquisa também é destacada por outros estudos como de Souza e Prado (2014) no desenvolvimento do projeto “Transexualidades e saúde pública no Brasil” que se dedica especificamente á transmasculinidades. Análogo ao que ocorreu na história de vida de Beatriz, Souza e Prado (2014, p. 4) destacam “as diversas camadas

burocráticas e preconceituosas que os homens trans enfrentam desde o início do processo transexualizador”. Neste sentido o estado depressivo em que Beatriz se encontrou era motivado também por estas falhas na integralidade do serviço de saúde pública, corroborando com os atuais argumentos da área médica a favor da despatologização da transexualidade de Robles et al, (2016) e na necessidade da ampliação do conceito de saúde destacada por Adrián (2010).

A retificação do nome de registro de Beatriz, trabalhado no primeiro capítulo, denota também a problemática que envolve os conceitos de igualdade e equidade, sendo que o argumento da promotora se pautava no primeiro conceito, e o das professoras e de Beatriz no segundo. Ou seja a promotora se valia do argumento que a necessidade das certidões de idoneidade era um princípio aplicado a todas as pessoas que desejavam modificar o nome, e que por isso processos deste tipo também “caiam na vara comum”, onde todos são tratados iguais. Ao passo que as professoras e Beatriz argumentavam a especificidade da demanda de pessoas transexuais por uma retificação de nome em registro civil, a que deveria ser reconhecida a diferença de tratamento de uma retificação da vara comum, onde as perícias, que mesmo invasivas e por isso mesmo, já deveriam validar a mudança do nome. Ou melhor ainda estas perícias deveriam ter seu método revisto para contemplar a demanda trans de forma inclusiva e humana.

Quanto á laicidade do Estado Brasileiro Torres (2015) considera que

No Brasil a heteronormatividade tem sido sustentada em grande parte pela forte presença do cristianismo, ainda que muitos cristãos tenham questionado ou proposto rupturas com a moral sexual religiosa. As liberdades de cada um e de todos se constituem de modos bastante complexo no contexto sócio-histórico em que elas são proclamadas. No contato com os/as entrevistados/as, analisando textos e documentos, pude constatar como os sujeitos estigmatizados pelas sexualidades têm sido tratados com uma violência triunfante, por vezes sustentada por argumentos religiosos, na sociedade contemporânea. Assim, pondero que a laicidade no Brasil é precária, isto é, difícil de ser efetivada e duvidosa nas articulações do poder legislativo brasileiro que atualmente está marcado pelas bancadas religiosas. (TORRES, 2015, p. 108)

Desta forma, no segundo capítulo abordei a relação entre um contexto específico de política pública de governo de inclusão social no que concerne a gênero e sexualidade e o crescimento do fundamentalismo religioso nas esferas do governo. Assim, demonstrei o quanto o princípio de laicidade no Estado Brasileiro é limitado, e como existe uma preocupação constante da militância em tornar efetivo tal princípio principalmente pelo pânico moral que interpretações religiosas suscitam em torno de políticas de direitos demandas por TLGB.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADRIÁN, Tamara. Un ensayo de determinación de la situación actual del problema a la luz del examen del derecho comparado. *In*: Arilha, M.; Lapa, T.S.; Pisaneschi, T.C. (orgs.). **Transexualidade, travestilidade e direito à Saúde**. São Paulo, Oficina Editorial, 2010.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Nomes e diferenças**: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BENEDETTI, Marcos R. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Gramond, 2006.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual . Rio de Janeiro: Gramond, 2006.

BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. *In*: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. P. 183-191.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRASIL, Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009. Dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 14 abr. 2009. Disponível em: [http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820\\_13\\_08\\_2009.html](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt1820_13_08_2009.html) Acesso em: 9 de março de 2015.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. A presença do autor e a pós-modernidade em antropologia. *In*: **Revista Novos Estudos**, nº 21, julho de 1988.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica**: Antropologia e Literatura no século XX. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011.

COLLING, Leandro. **Que os outros sejam o normal: tensões entre o movimento LGBT e ativismo queer**. Salvador: EDUFBA, 2015.

DURHAM, Eunice R., 1978. A pesquisa antropológica com populações urbanas: problemas e perspectivas. *In*: CARDOSO. R. (org.) **A Aventura antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p.17-34.

FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas: Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo. Tese de doutoramento apresentada à banca em Junho de 2002.

FACHINETTO, Jéssica Lopes. **Militância Universitária pela diversidade sexual no grupo MUDD\*SE de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado apresentada a banca em Junho de 2014. Programa de pós-graduação em Ciências Sociais UFJF



FONSECA, Cláudia. Quando cada caso não é um caso. In: **Revista Brasileira de Educação**, n. 10, p. 58-78, 1999.

FRANÇA, Isadora Lins. **Cercas e pontes: O movimento GLBT e o mercado GLS em São Paulo**. Dissertação de Mestrado apresentada a banca em Março de 2006.

FRANCHETTO, Bruna et all. Antropologia e feminismo. In: **Perspectivas Antropológicas da Mulher 1**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GEBRATH, Zélia Lima e SANTOS, Márcia Cristina. **Processo Transexualizador no Rio de Janeiro: possibilidade e limites para a constituição de uma assistência interdisciplinar**. Anais do II Seminário Internacional: corpo, gênero e sexualidade, 2014. (p. 1595-1605)

HEILBORN, Maria Luiza. Rubin, Gayle. In: COLLING, A. M., TEDESCHI, L.A. **Dicionário Crítico de gênero**, 2015. (p. 589-593)

JESUS, Jaqueline Gomes de. et all. **Transfeminismo: Teoria e Prática**. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2014.

KULICK, Don. **Travesti: Prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fio Cruz, 2008[1998]

LEITE JR, Jorge. **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. São Paulo: Annablume, 2011.

MACHADO, P. S. *O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural*. In: **Cadernos Pagu**, n. 24, p. 249-281, 2005a. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n24/n24a12.pdf>.

MACHADO, P. S. Quimeras da Ciência: a perspectiva de profissionais da saúde em casos de intersexo. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n.59, p. 67-80, 2005b Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a05v2059>.

MALUF, Sônia Weider. Corporalidade e desejo: Tudo Sobre minha mãe e o gênero na margem. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 1, p.143-152 (2002)

MELLO, Luiz. FREITAS, Fátima. PEDROSA, Cláudio. BRITO, Walderes. **Para além de um kit anti-homofobia: políticas públicas de educação para a população LGBT no Brasil**. **Bagoas**. n. 07, 2012, p. 99-122.

MOORE, Henrietta. Understanding sex and gender. In: Tim Ingold (ed.), **Companion Encyclopedia of Anthropology**. Londres, Routledge, 1997.

NERY, João W. **Viagem solitária: memórias de um transexual 30 anos depois**. São Paulo: Leya, 2011

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. In: **Revista Estudos Feministas**, ano 8, 2000, p. 9-41.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. In: **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 20, n.42, p. 377-391, jul./dez. 2014.

PELÚCIO, L. & BENTO, B., Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. In: **Revista Estudos Feministas**, maio-agosto, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v20n2/v20n2a17.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2015

PELÚCIO, L. & MISKOLCI, R., **Fora do sujeito e fora do lugar**: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis. In: *Revista Gênero*, vol. 7, nº 2, 1. sem, Niterói, 2007. Disponível em: <http://www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/02112009-124220miskolcipelucio.pdf>. Acesso em: 08 de mar. 2015.

PELÚCIO, L. Marcadores sociais da diferença nas experiências travestis de enfrentamento à aids. In: *Saúde e Sociedade*, v.20, n. 1, 2001. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/sausoc/article/view/29772>.

PELÚCIO, L. Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids. In: *Revista de Estudos Feministas*, v. 20, n.1, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2012000100019>.

PERUCCHI, et all. Gênero, sexo e corpos trans: Um relato de experiência de extensão universitária a partir da construção de um grupo de apoio e militância com travestis e transexuais. In: **Revista Feminismos**, v. 3, n.1, 2015.

PINTO, Céli R. J. **Feminismo, história e poder**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v.18, n.36, p.15-23, jun, 2010.

PRECIADO, B. P. Multidões queer: notas para uma política dos anormais. *Revista Estudos Feministas*. v. 19, n. 1, jan-abr, 2011.

PRECIADO, B.P. **Manifesto Contrassexual**. Editora: n-1, 2014

RABINOW, Paul, 1999. Representações são fatos sociais: modernidade e pós-modernidade na antropologia. In: **Antropologia da razão**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Rio de Janeiro, p. 71-107.

RICH, Adrienne. **Heterossexualidade compulsória e existência Lésbica [1980]**. Bagoas, n. 5, p. 17-44, 2010.

ROBLES, et all. **Removing transgender identity from the classificatin of mental disorders: a Mexican field study for ICD**. 2016. Disponível em: [http://www.thelancet.com/pdfs/journals/lanpsy/PIIS2215-0366\(16\)30165-1.pdf](http://www.thelancet.com/pdfs/journals/lanpsy/PIIS2215-0366(16)30165-1.pdf). Acesso em: 29 de julho de 2016.

RODRIGUES, Marcelo Carmo. **Miss Brasil Gay, polêmica na passarela: eventos como instrumento de comunicação alternativa**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação de Comunicação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

RUBIN, Gayle. **Pensando o Sexo: notas para uma teoria radical das políticas da sexualidade.** (Tradução em português de circulação restrita). In: ABELOVE, H.; BARALE, M.; HALPERIN, D. (Org.). *The lesbian and gay studies reader*. Londres: Routledge, 1993.

\_\_\_\_\_. **O Tráfico de mulheres: notas sobre a “Economia Política” do Sexo.** (Tradução em português de circulação restrita). In: ABELOVE, H.; BARALE, M.; HALPERIN, D. (Org.). *The lesbian and gay studies reader*. Londres: Routledge, 1993.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SANTOS e ALMEIDA. Extensão Universitária e Serviço Social: Uma experiência exitosa no trabalho junto ao processo transexualizador no Rio de Janeiro. In: **Revista Feminismos**, v. 3, n.1, 2015.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 16. n. 2, p. 5-22, jul/dez, 1990.

SILVA, Hélio. **Travesti: a invenção do feminino.** Relume-Dumará, Rio de Janeiro, 1993.

SOUZA, E. & PRADO, M. “E a fila não anda”: questões sobre transexualidade masculina e saúde. In: **Anais do VI Congresso internacional de estudos sobre diversidade sexual e de gênero da ABEH.** 7, 8 e 9 de maio de 2014. Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

TORRES, Marco A. A importância da Laicidade para a Liberdade Sexual e sexualidades im/possíveis em contextos heteronormativos. In: SARDI, H. C; MACHADO, P. S.; SILVEIRA, R. S. (Org.) **Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso?** Porto Alegre, Deriva, ABRAPSO, 2015.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. **O vôo da beleza: travestilidade e devir minoritário.** 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

VENCATO, Anna Paula. **Existimos pelo prazer de ser mulher: uma análise do Brazilian Crossdresser Club.** Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://www.bcccclub.com.br/teste/teses/AnnaPaulaVencato.pdf>. Acesso em: 01 de mar. 2015.

VERGUEIRO, Viviane. Pela descolonização das identidades trans. In: **Anais do VI Congresso internacional de estudos sobre diversidade sexual e de gênero da ABEH.** 1 a 3 de agosto de 2012. Salvador, Bahia.

WAGNER, Roy. **A invenção da Cultura.** São Paulo: Cosac Naify, 2010.